



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

CILENE DESPONTIN MALVEZZI

**REDES: INTERSETORIAIS?
DESCREVENDO CONEXÕES À LUZ DA TEORIA ATOR-REDE
(OU UMA FORMIGA SEGUINDO RASTROS)**

CAMPINAS - SP
OUT/2022

CILENE DESPONTIN MALVEZZI

**REDES: INTERSETORIAIS?
DESCREVENDO CONEXÕES À LUZ DA TEORIA ATOR-REDE
(OU UMA FORMIGA SEGUINDO RASTROS)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para o título de Doutora em Saúde Coletiva, na área de concentração em Ciências Sociais em Saúde.

ORIENTADORA: PROF. DRA. JULIANA LUPORINI DO NASCIMENTO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA
ALUNA CILENE DESPONTIN MALVEZZI E ORIENTADA PELA
PROF^a. Dra. JULIANA LUPORINI DO NASCIMENTO.

CAMPINAS - SP

OUT/2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Patricia de Paula Ravaschio - CRB 8/6426

M299r Malvezzi, Cilene Despontin, 1965-
Redes: Intersectoriais? Descrevendo conexões à luz da Teoria Ator-Rede (ou uma formiga seguindo rastros) / Cilene Despontin Malvezzi. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Juliana Luporini do Nascimento.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Políticas públicas. 2. Intersectorialidade. 3. Redes de apoio social. 4. Teoria social. I. Nascimento, Juliana Luporini do, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Networks: Intersectorial? Describing connections in the light of Actor-network Theory (or an ant following nets)

Palavras-chave em inglês:

Public policies

Intersectoriality

Social support networks

Social theory

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Titulação: Doutora em Saúde Coletiva

Banca examinadora:

Juliana Luporini do Nascimento [Orientador]

Gustavo Tenório Cunha

Sérgio Resende Carvalho

Alana de Paiva Nogueira Fornereto Gozzi

Cristiane Spadacio

Data de defesa: 25-10-2022

Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <http://orcid.org/0000-0002-8878-1109>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4789574564576137>

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO

CILENE DESPONTIN MALVEZZI

ORIENTADOR: JULIANA LUPORINI DO NASCIMENTO

MEMBROS TITULARES:

1. PROF. DRA. JULIANA LUPORINI DO NASCIMENTO

2. PROF. DR. GUSTAVO TENORIO CUNHA

3. PROF. DR. SERGIO RESENDE CARVALHO

4. PROF. DRA. ALANA DE PAIVA NOGUEIRA FORNERETO GOZZI

5. PROF. DRA. CRISTIANE SPADACIO

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da FCM.

Data de Defesa: 25/10/2022

AGRADECIMENTOS

À Juliana Luporini por todos os anos de parceria na orientação deste trabalho. Pelas contribuições para minha formação acadêmica e por ampliar meu olhar sobre as questões do social. Isso transformou minha vida!

Ao Prof. Everardo pela participação na qualificação e as considerações que contribuíram para ampliar meu olhar sobre a ANT.

Ao Rafa pelas palavras de incentivo nas disciplinas e na qualificação, e pelas reflexões sobre o termo rede que contribuíram para o artigo como pré-requisito para este trabalho.

Aos inúmeros trabalhadores e colegas do SUS e SUAS de Campinas pelo compartilhamento de ideias, pelas discussões calorosas, pelos projetos em comum e pelas redes de afeto, solidariedade e de trabalho que construímos.

Aos usuários que estiveram comigo e me deram a oportunidade de crescer pessoal e profissionalmente.

À Sílvia e aos demais representantes da gestão, pessoas com quem tive a oportunidade de formar laços para além do profissional e a facilitação para que este trabalho fosse viabilizado.

Ao Edson, meu companheiro de longa data, pelo apoio quando pensei que não valeria a pena continuar, pelas taças de vinho enquanto conversávamos e pela força em todos os momentos.

Manoel por Manoel

Cresci brincando no chão entre formigas.

De uma infância livre e sem comparamentos.

Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação.

*Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz
comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças,
de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes crianceiras e visão
comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina.*

É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor.

Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança.

*Em algum lugar perdido onde havia transfusão
da natureza e comunhão com ela. Era o menino e os bichinhos.*

Era o menino e o sol. O menino e o rio.

Era o menino e as árvores.

Manoel de Barros

Resumo

Em meio às transformações ocorridas no mundo contemporâneo, as organizações em rede habitam as novas realidades política, econômica, ambiental, cultural e social. Uma complexidade de sentidos incide sobre o termo rede nos âmbitos das ciências exatas, biológicas, sociais e da vida cotidiana. Em sua essência, as redes visam integrar e conectar pessoas, objetos ou ideias, com vistas a descentralizar as práticas e estabelecer relações mais horizontais entre os elementos. No campo das políticas públicas, a lógica da intersectorialidade e das redes intersectoriais surge como uma estratégia do Estado para promover a articulação entre o setor público, privado e a sociedade civil dada à complexidade dos problemas e a escassez de recursos. À luz dos conceitos da Actor-Network Theory de Bruno Latour, o objetivo deste estudo foi descrever e analisar o fenômeno das redes intersectoriais e suas conexões no âmbito das políticas públicas sociais no município de Campinas-SP. Essa estratégia metodológica permitiu identificar os atores-rede envolvidos, o fluxo das associações, os consensos e as controvérsias e os elementos capazes de influenciar no movimento dessas redes. O estudo utilizou das técnicas de observação participante nas reuniões de redes intersectoriais e entrevista individual. Além destas, a análise documental prévia e demais instrumentos evocados pelos sujeitos foram transversais a todas as etapas do estudo. Nos resultados foi possível identificar outros atores não humanos como documentos, ideologias, comportamentos que conferem maior ou menor poder de articulação entre os segmentos, dando maior ou menor sentido às formações dessas redes. As práticas evidenciaram as diferenças entre os interesses governamentais, dos trabalhadores e da comunidade quando se trata da construção de políticas públicas para assegurar a melhoria da qualidade de vida nos territórios. Relações permeadas por afetos e desafetos, consensos e discordâncias, inerentes aos processos coletivos. Os resultados evidenciaram as diferentes formas de se pensar as Intersectorialidades e outras formações em rede capazes de produzir transformações na sociedade.

Palavras Chave: Políticas públicas; Intersectorialidade; Rede de apoio social; Teoria Social.

Abstract

In the midst of the transformations that have taken place in the contemporary world, network organizations inhabit new political, economic, environmental, cultural and social realities. A complexity of meanings affects the term network in the realms of exact, biological, social sciences and everyday life. In essence, networks aim to integrate and connect people, objects or ideas, with a view to decentralizing practices and establishing more horizontal relationships between elements. In the field of public policies, the logic of intersectorality and intersectoral networks emerges as a State strategy to promote articulation between the public, private and civil society given the complexity of the problems and the scarcity of resources. In light of Bruno Latour's Actor-Network Theory concepts, the objective of this study was to describe and analyze the phenomenon of intersectoral networks and their connections within the scope of social public policies in the city of Campinas-SP. This methodological strategy made it possible to identify the actors-network involved, the flow of associations, consensus and controversies and the elements capable of influencing the movement of these networks. The study used participant observation techniques in meetings of intersectoral networks and individual interviews. In addition to these, the previous document analysis and other instruments evoked by the subjects were transversal to all stages of the study. In the results, it was possible to identify other non-human actors such as documents, ideologies, behaviors that confer greater or lesser power of articulation between the segments, giving greater or lesser meaning to the formation of these networks. The practices highlighted the differences between the interests of the government, workers and the community when it comes to the construction of public policies to ensure the improvement of the quality of life in the territories. Relationships permeated by affections and disaffections, consensus and disagreement, inherent to collective processes. The results showed the different ways of thinking about Intersectorialities and other network formations capable of producing transformations in society.

Keywords: Public policies; Intersectorality; Social support networks; Social Theory.

Lista de abreviaturas e siglas

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

ANT – Actor-Network Theory

TO – Terapia Ocupacional

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

OSC - Organização da Sociedade Civil

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

CS – Centro de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

TV – Televisão

HDMI - High-Definition Multimedia Interface

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

CAD ÚNICO – Cadastro Único

FUMEC – Fundação Municipal para a Educação Comunitária

PROCON – Serviço de Proteção ao Consumidor

TRANSURC – Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Campinas

DEVISA – Departamento de Vigilância Sanitária

EPI – Equipamento de Proteção Individual

DAS – Distrito da Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PTS – Projeto Terapêutico Singular

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Sumário

Apresentação.....	11
Capítulo 1 - A polissemia do termo rede.....	18
Rede como técnica/objeto.....	18
Rede como organismo	19
Rede como emergência contemporânea/redes sociais	21
Rede como um modelo ou um princípio político	26
A intersetorialidade nas políticas públicas	29
Objetivos	37
Capítulo 2 – Metodologia	38
3.1 Epistemologia do conhecimento.....	38
3.2 Actor-Network Theory.....	45
3.3 Percurso metodológico	56
Definindo as técnicas.....	58
Capítulo 3 - Resultados: Descrevendo os fenômenos.....	63
Os primeiros contatos que antecederam a entrada nas reuniões das redes.....	64
REDE INTERSETORIAL 1.....	69
REDE INTERSETORIAL 2.....	92
REDE INTERSETORIAL 3.....	108
Integrando as redes e dando sentido às conexões.....	122
Considerações finais	128
Referências	132
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista	137
Apêndice 2 – Mapa das redes	138
Apêndice 3 – Caminhar cronológico no campo	139
Apêndice 4 – Uma formiga seguindo rastros	140

Apresentação

A ciência pode ser comparada a uma bela tapeçaria tecida com diferentes fios, que possuem características comuns, mas também demonstra a extraordinária diversidade do pensamento humano criativo¹. (p. 11)

Este estudo foi construído com base nas áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, e teve como marco teórico principal Bruno Latour e a *Actor-Network Theory*^a (ANT).

Apesar de minha história profissional ser atravessada pelas Ciências Sociais e a Sociologia, não posso negar os limites para este estudo e a ousadia de utilizar como marco teórico um autor e uma ideia inovadora de compreensão dos fenômenos sociais. Espero tê-lo feito com a justiça e consideração que o autor merece.

Alguns aspectos foram fundamentais e facilitadores do processo de pesquisa. Entre eles destaco as disciplinas cursadas no mestrado e doutorado no Departamento de Saúde Coletiva, na área de Ciências Sociais e ter tido como orientadora uma socióloga.

A ciência não descobre, cria, e o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto, tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. [...] A ciência é assim, autobiográfica². (p. 67)

Fazendo jus à citação de Santos², durante a construção das tramas deste estudo, evoquei por inúmeras vezes minha história pessoal e profissional. Por se tratar de uma pesquisa no campo da Saúde Coletiva, não poderia fugir das minhas origens enquanto profissional de saúde. Na época de escolha do que gostaria de cursar na faculdade, fui conhecer uma instituição que trabalhava com deficientes visuais, e lá, fui apresentada à Terapia Ocupacional (TO). Tinha algumas certezas naqueles tempos: queria trabalhar com humanos e na área de saúde. Na época, minha formação mais conservadora e binária classificava a Medicina como responsável pelo corpo, e a Psicologia pela mente. Não contente com essas, encontrei na Terapia Ocupacional a possibilidade de integrar corpo e mente, e

^a Actor-Network Theory ou Teoria do Ator-Rede. Optei por utilizar a sigla ANT pois ela remete à metáfora da formiga em inglês, como um viajante cego, míope e farejador, fazendo jus aos princípios da teoria.

desbravar os caminhos do fazer humano considerando toda a pluralidade e diversidade presente nesta ação.

Formada, iniciei minha atuação profissional em uma instituição privada para reabilitação de pacientes neurológicos. Hoje faço uma crítica de que as práticas naquela época eram normatizadoras e marcadas por protocolos que tendiam a colocar o sujeito em “caixinhas”, determinando o melhor padrão de movimento. Tempos depois, na década de 1990, com o ingresso no serviço público, em um momento em que a Reforma Psiquiátrica, Sanitária e as práticas interdisciplinares estavam em evidência, pude transformar minha prática.

A TO é uma profissão amparada por uma gama de áreas de conhecimentos: as ciências médicas, exatas, biológicas, humanas, psicossociais, econômicas, políticas, religiosas etc. Ela se interessa pelo Homem, pela ação humana e sua vida de atividades cotidianas (autocuidado: higiene, alimentação, locomoção, sono; trabalho, estudo, lazer etc.). O uso de atividades e do fazer humano funcionam como um elemento mediador na relação terapeuta-sujeito e se constituem na essência do processo terapêutico. O caráter simbólico e criativo e as multi possibilidades presentes no uso de atividades permitem que o sujeito estabeleça conexões com outros objetos, outros sujeitos e com o mundo, em uma perspectiva que gere autonomia e faça sentido para ele.

O fazer humano tem o potencial de gerar transformações se tiver significado para quem o realiza. Em um paralelo com os princípios latourianos, entendo que as intencionalidades presentes no fazer humano podem funcionar como um ator-rede. Ator-rede, definido por Latour³ como aquilo que age sobre o mundo deixa um traço e faz o outro fazer algo permitindo novas conexões.

Para estudar as redes, fiz uma imersão na polissemia do termo *rede*. E ao fazê-lo, lembrei-me das redes de descanso que via meu pai tecer e do *rabo de gato* (Figura 1) feito de carretel onde iniciei meu contato com fios. Posso dizer que através dos fios e de suas tramas fui me conectando ao mundo. Seja nas blusas que exibia nas festinhas, ou nos cachecóis que dava de presente, ou nas mantas que mais tarde, teci para os meus filhos. Atividades que favoreceram minhas conexões com o mundo e contribuíram para a ampliação das minhas redes.



Figura 1 - Rabo de Gato

O interesse pelas redes intersetoriais surgiu no contato com a ANT de Bruno Latour, ao longo das disciplinas do primeiro ano de doutorado. Compreender esse fenômeno de construção coletiva faz parte de meu cotidiano, permeado pelo trabalho interprofissional. E sob à luz latouriana e da ANT, vi que poderia estudá-lo para além das interações humanas, considerando os objetos heterogêneos que compõe o social.

As organizações em redes intersetoriais passaram a fazer parte dos arranjos técnicos nas políticas públicas influenciadas pela inclusão das dimensões sociais no processo saúde-doença. Elas foram organizadas em função da complexidade dos problemas que acometem a população, a escassez de recursos advindos do Estado e a multiplicidade de atores envolvidos. Falarei detalhadamente sobre isso no item: Rede como um modelo ou um princípio político.

Uma de minhas funções como TO na Unidade Básica de Saúde é participar das reuniões de rede intersetorial. Espaço institucionalizado no âmbito das políticas públicas sociais do município de Campinas- SP e onde a pesquisa foi realizada. Espaço que se caracteriza por encontros periódicos entre trabalhadores e gestores de diferentes setores (Saúde, Assistência Social, Educação e demais setores das políticas públicas sociais), moradores e sociedade organizada, com o objetivo de discutir assuntos pertinentes às demandas sociais dos territórios e propor ações intersetoriais. Responde a uma série de ordenamentos pré-estabelecidos (local, participantes, temas para discussão, práticas realizadas etc.)

Algumas inquietações já me acompanhavam e ao ler o artigo de Caponi⁴, *Viver e deixar morrer*, fiquei interessada em compreender os propósitos desse modelo de rede. Quem eram os sujeitos escolhidos como foco das ações? Elas estariam contribuindo para promover autonomia e transformação social ou teriam um caráter de controle normativo? Ao intervir nas

condições de moradia, impor normas de alimentação, de higiene, de saúde, de educação sem uma problematização sobre isso na vida de cada sujeito, não estariam apenas reproduzindo uma prática de poder autoritária?

É fato a existência de uma gama de sujeitos vulneráveis nos territórios e expostos a riscos sanitários e sociais. Sujeitos para os quais as políticas públicas se organizam para as ações preventivas e securitárias. No entanto, como propiciar que as ações aconteçam em uma relação mais participativa? Vejo nas práticas intersetoriais uma possibilidade para tal. No entanto, distante na prática. Sua configuração parece servir para definir fluxos e apontar os “melhores” caminhos, do que contribuir para uma relação dialógica e propulsora de autonomia para os sujeitos que vivem nas comunidades. Uma relação que respeita pouco as conexões que fazem sentido e que surgem espontaneamente entre eles.

Tinha conhecimento de que as reuniões de rede intersetoriais aconteciam em todo o município e imaginei que poderia circular pelos diversos territórios acompanhando os movimentos de cada uma. Mas porque fazer isso a partir de uma proposta metodológica, a ANT, um tanto desconhecida para mim? Uma *teoria* que na verdade se propõe a ser um método. A palavra *ator*, não se restringindo só ao elemento humano. E quanto ao termo *rede*, entendido não como uma estrutura e sim, definida nas conexões produzidas na relação entre os elementos humanos e não humanos. Talvez esteja aqui mesmo a resposta: olhar para a rede enquanto um ator-rede capaz de produzir conexões incontroláveis e inovadoras, para além do que está estabelecido ou sugerido nas diretrizes políticas.

Mas, como fazer um bom relato textual, capaz de capturar todos os aspectos da realidade e do social? Conforme diria Latour³, *um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando* (p.189). No entanto, sempre será uma escolha particular onde o narrador é refém de seu tempo, sua história e seus interesses.

Ao finalizar os trabalhos de campo e retomar o relato desta tese me pus a pensar: O que fazer com a enormidade de material produzido? Será que descrever as cenas observadas, as entrevistas realizadas despertarão o interesse de alguém? Meu intuito não foi testar hipóteses como se faz em algumas pesquisas. Acredito que a ANT me desafiou a tecer o estudo tal qual uma tapeçaria composta por diversos e diferentes retalhos. E ainda que peça uma finalização, pode ser continuada conforme novos tecidos, novos olhares forem sendo agregados.

Para Latour⁵, o estudo da ciência em construção^b, quando ela ainda não está encerrada em uma verdade absoluta, permite capturar o movimento dos atores e os novos elementos que vão se revelando no caminhar lento e minucioso da pesquisadora.

Em um estudo ator-rede, devo agir como as formigas que andam por aí mantendo o nariz colado nas pistas e nos rastros deixados pelos atores. Nesse caminhar, abandonar as hipóteses previamente formuladas, observando o movimento e as conexões dos atores que fazem sentido para eles.

A partir da metáfora das duas faces de Jano^c como as duas faces da ciência, Latour⁵ estabelece paralelos entre 1) a ciência pronta: que sabe tudo, que aceita os fatos sem discutir, que não se dobra às opiniões, que se encerra em caixas-pretas; e 2) a ciência em construção: que ainda não sabe tudo, que vai em busca de novos argumentos e que se considera ainda uma caixa-cinza. A própria representação gráfica confere às faces um rosto mais velho à esquerda, como algo cristalizado e imutável, em contraposição a um rosto mais jovem, à direita, aberto às mudanças e transformações.



Figura 2 - As Duas Faces de Jano

No entanto, teria eu ingênua e apressadamente, estabelecido uma relação entre seguir os processos coletivos das redes intersetoriais e o termo rede em Latour?

^b Essa é a primeira decisão que temos de tomar: nossa entrada no mundo da ciência e tecnologia será pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da ciência acabada. (LATOUR, 2000, p.17)

^c Deus romano que simbolizava as mudanças e transições, representado por duas faces que olham em direções opostas (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Janus> em 11/09/2019).

Quando falamos em rede facilmente evocamos às inúmeras organizações que habitam o mundo contemporâneo. Formas de organizar as inter-relações sociais que, aceleradamente, vêm passando por transformações acompanhadas de novos modelos para as novas realidades política, econômica, ambiental, cultural e social. Configuradas de acordo com os objetivos esperados temos uma infinidade de possibilidades de redes: redes de computadores, redes de eletricidade, redes de comunicação, redes de sustentabilidade, redes de solidariedade, redes de energia, redes sociais, redes de aprendizagem, gestão em redes, sistema em redes, etc.

No entanto, para Latour o termo rede se define a partir do que ela não é. Não é uma rede técnica de esgoto ou ferroviária onde o produto das conexões se pressupõe estabilizado. Não é uma rede de atores humanos exclusivamente. Não se propõe a ser uma rede de informações que caminha favorecendo a comunicação humana. Ao contrário disso, o que importa é a conectabilidade entre os elementos, mais do que a proximidade. Podemos ter vários elementos em um grupo e apenas alguns deles realmente conectados. Da mesma forma, a rede não é grande ou pequena e sim mais duradoura ou mais intensamente conectada, conforme as inter-relações acontecem e fazem sentido aos elementos. Não há um dentro ou fora, ou superfície planas, bi ou tridimensionais. A rede se dá pela quantidade de conexões que a sustenta⁶.

Estabelecendo um paralelo com as redes intersetoriais, temos que olhá-las como um fenômeno complexo que não pode ser capturado por noções como estrutura, tamanho, número de participantes e sim pelas múltiplas relações e associações produzidas pelos atores, e como se articulam e influenciam os movimentos subsequentes.

Apesar do termo rede para Latour estar distante das conceituações sobre rede presentes em algumas áreas de conhecimento, realizei uma busca pela polissemia do termo no sentido de conhecer outras possibilidades e relacioná-las ou não ao termo na ANT. Nesta busca, foi produzido um artigo^d que teve por objetivo apresentar a ANT como uma estratégia metodológica que permitiu descrever e analisar as redes intersetoriais, os atores-rede, o fluxo das associações, os consensos e as controvérsias que permeiam as relações.

Assim, a estrutura desta tese compreendeu a Apresentação, os Objetivos, os 03 Capítulos, as Considerações, Referências e os Apêndices. No Capítulo 1 - A polissemia do

^d Malvezzi, CD, & Nascimento, JL. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersetorialidade nas políticas públicas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 24, e190341. Epub March 16, 2020. <https://doi.org/10.1590/interface.190341>.

termo rede, trago os aspectos sobre as terminologias de rede e o conceito de intersectorialidade nas políticas públicas, e as interfaces com a ideia de rede em Latour. Esse exercício de aproximação e afastamento contribuiu para rever as ideias instituídas sobre o termo rede, explorando novas possibilidades e qualificando este trabalho. No Capítulo 2 trago a metodologia, onde discorro sobre a Epistemologia do conhecimento, trazendo elementos sobre o processo de produção de conhecimento no estudo de fenômenos sociais; a biografia de Bruno Latour e a Teoria Atore-rede; e o passo a passo do caminho do estudo. No Capítulo 3 apresento os resultados nas 3 Redes observadas. Por fim, as considerações, referências e apêndices.

Boa viagem através dessa trama!!

Capítulo 1 - A polissemia do termo rede

Rede como técnica/objeto

Pra que serve uma rede? Bem, a rede lá do meu Ceará serve pra balançar e tirar um sono gostoso!!! (anônimo)

Derivada do latim *retis*, o termo rede representa a técnica da tecelagem de fios na produção de mantas, tecidos, redes de pesca, de caça. Nascida no Oriente a cerca de 3000 anos a. C é considerada uma das atividades mais antigas do homem e se perpetua até os dias de hoje. Sua associação com fios remete à figura mitológica do labirinto (lugar onde se vaga sem rumo por um caminho de incertezas) e faz referência ao mito de Teseu, que recebeu um novelo de lã para guiá-lo no combate ao monstro Minotauro⁷.

Enquanto a tessitura dos fios em suas inúmeras conexões produz objetos significativos, o fio que conduziu e conectou Teseu ao Minotauro funcionou como um elemento mediador nessa relação. Ainda que vagasse por um caminho de incertezas encontrou em algum momento seu objetivo (o Minotauro), transformando a história e sendo transformado por ela.

Em relação às redes de pesca, Rubem Alves⁸, constrói uma metáfora relacionando-as às teorias científicas e a ação de coletar e analisar de dados: “*redes não se constroem com peixes. Redes são feitas para apanhar peixes, assim como teorias não se constroem com dados. Teorias são feitas para apanhar dados*” (p.115). A depender da proximidade dos nós das redes, peixes maiores ou menores serão capturados. Por analogia: teorias que não delimitam seu objeto de conhecimento podem selecionar uma quantidade de dados e, ao mesmo tempo, deixar vaziar outros⁸.

Contrário à ideia de rede como objeto, técnica ou teoria, Latour⁵ não delimita um contorno para a rede. Ele vai além, valorizando todos os elementos presentes na cena. Retidos ou não nas tessituras. Para o autor, os elementos que vazam ou os fios soltos que ainda não se conectaram, se constituem como um princípio importante na apresentação dos dados de uma pesquisa. O que é valorizado e o que é descartado importam na constituição do social e contribuem para a compreensão do fenômeno estudado.

Nesse sentido, não podemos olhar para as redes intersetoriais como se fossem um objeto, uma estrutura institucional fixa e que se reúne periodicamente. Há diversos elementos que fazem parte ou não dessa rede, para além do que um olhar desatento pode capturar numa imagem instantânea das reuniões de rede. Elementos que esta pesquisadora buscou seguir durante todo o trabalho de campo e que apresentarei nos resultados.

Rede como organismo

Em outra perspectiva, a rede sai das tecelagens/objeto/técnica e passa a fazer parte do vocabulário da Medicina delimitando o extenso sistema de vascularização sanguínea que mantém o organismo vivo. A interdependência dos órgãos do corpo ditada por uma “ordem em rede” formaliza um modelo de racionalidade representativo para a sociedade. Até o final do século XVIII, as perspectivas das formações em rede respondiam a uma “ordem em rede”, com tudo perfeitamente encaixado, cumprindo as funções e mantendo vivo o organismo⁷.

Na virada do século XVIII para o século XIX houve uma ruptura significativa na perspectiva da “ordem em rede”, na “saída da rede do corpo”.

A rede não é mais apenas observada sobre ou dentro do corpo humano, ela pode ser construída. [...] De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. O engenheiro a concebe e a constrói (artificial) enquanto o médico se contenta em observá-la (natural). A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço⁷. (p.20)

Ao se tornar objeto pensado em sua relação com o espaço ela passa a ser um objeto artificial, não mais natural, que pode ser construído e moldado conforme os interesses dos sujeitos e do momento. Isso permitiu sua transposição para o ato de pensar a gestão do espaço e do tempo e por analogia, a administração do Estado.

Por exemplo, toda a malha ferroviária, telegráfica e os sistemas de irrigação na agricultura se estruturaram a partir de uma matriz técnica. Esse fenômeno estruturado modificou a relação com o espaço, o tempo e viabilizou novas possibilidades de organização social. Possibilidades que se perpetuam até os dias de hoje em uma complexidade de sistemas a cada nova invenção tecnológica.

A rede designa o espaço do território sobre o qual se conectam dispositivos de fortificação ou de circulação. Controlar ou fazer circular, essa é a ambivalência original da rede⁷. (p. 23)

Quais as aproximações e distanciamentos possíveis com Latour, nessa forma de conceber rede? O fluxo de informações que vemos circular pelas redes intersetoriais através dos dispositivos de e-mail ou WhatsApp talvez respondam a uma ordem em rede que controla e faz circular aquilo que interessa aos atores em cena. Porém, tudo que circula pelas redes só terá a capacidade de agir como um ator-rede, como um elemento mediador se puder ser transformado em algo significativo nas mãos dos outros. Informação por informação, não transforma.

Uma ideia que não circula, que não é discutida, desmembrada, recomposta, é uma ideia morta, sem futuro. E a partir do momento que uma ideia começa a viver, a partir do momento em que ela circula, ela suscita reações de todo tipo. [...] A informação não existe a priori. Ela é fabricada à medida que a negociação avança⁹. (p.70)

Segundo Bondía¹⁰, o excesso de informações a que estamos expostos no dia a dia não se traduz em experiência. É quase que o contrário disso. E a ênfase contemporânea de estarmos sempre bem-informados, traz uma saturação cognitiva que impede as possibilidades de experiência. Experiência entendida como aquilo que nos afeta e não como algo que passa por nós, como mera informação.

Viver a experiência deve ser visto como um território de passagem, uma superfície sensível que se deixa afetar, que inscreve marcas, produz efeitos e deixa vestígios. E tão importante quanto viver a experiência é pensar em como damos sentido aquilo que nos acontece. Esse sentido é único e individual.

A experiência de participar das redes intersetoriais traz ou não traz sentidos, de forma única para cada um. Como diria o autor, é particular, singular, contingente, pessoal e relativo¹⁰.

Da mesma forma, quando as redes intersetoriais delimitam quem deve ou não participar e o que pode ser discutido, está se privando de olhar para outras configurações que

façam sentido para os sujeitos e para a constituição das políticas públicas de forma mais abrangente e participativa.

Até o momento, apresentei duas possibilidades de se pensar a rede: como objeto e como organismo, ambas se encerrando em um corpo delimitado. Na sequência trarei conceitos de rede mais coerentes com a ideia de rede em Latour⁵ que consideram as relações e conexões entre os corpos, para além de sua estrutura e atento aos elementos que vazam.

Rede como emergência contemporânea/redes sociais

Na sociedade contemporânea, vemos surgir constituições em rede que funcionam como uma emergência, apoiando as inúmeras transformações ocorridas nos vários âmbitos que compõe a vida comunitária. O sociólogo John Arundel Barnes (1918-2010) é apontado como o pioneiro a utilizar o conceito de rede social para se referir às interações individuais dentro da estrutura social.

Para o autor, os indivíduos estão em contato uns com os outros em diferentes graus de associação, em ligações mais ou menos fortes e com características diferentes entre os vínculos seja de parentesco, vizinhança ou laços políticos¹¹. Configurações que se aproximam das concepções latourianas ao considerá-las a partir de associações mais fortes ou mais fracas.

Semelhante a Barnes, o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), olha para o indivíduo e a sociedade e evidencia o caráter de interdependência nessa relação. Não distingue importância diferenciada a um ou outro elemento, sintetizando o conceito de figuração. Neste, indivíduos e comunidades estão sempre se relacionando, possuem mutabilidade, formam redes e figurações sociais de acordo com as relações de interdependência estabelecidas. Nessas redes os indivíduos desempenham suas funções sociais e contribuem para a estruturação da sociedade, ainda que nem sempre, de forma harmoniosa¹².

Trazer o conceito de rede de interdependência para as interações das redes intersetoriais, permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social e o modo como influem sobre esse tecido. Compreender as necessidades, os desejos, as contradições e as tensões presentes nos processos de interação humana, permite revelar a complexidade das formações em rede e o potencial de operar transformações na sociedade.

Para Elias¹², há diversas forças sociais exercidas pelos indivíduos sobre outros indivíduos e sobre si próprios. Forças que condicionam as configurações em rede e contribuem mais ou menos para as transformações sociais. Acompanhando o processo de interdependência se pode compreender o que liga ou não os indivíduos entre si. Que elementos contribuem mais ou menos para que as transformações ocorram. Quais as motivações que levam os indivíduos a construir suas teias de interdependências. Qual o papel das necessidades biológicas na interdependência e qual o papel das necessidades socialmente geradas nas relações no trabalho, nos vínculos afetivos, na escola, na religião etc.

Outro conceito importante apresentado por Elias¹³ em sua obra *A Sociedade de Corte* foi o de configuração. Este concebe o indivíduo como parte das instituições (escola, família, trabalho, igreja) e inscrito dentro de uma rede de relações, que rompe com um pensamento dicotômico que opõe o “eu particular” das estruturas sociais onde estão os “outros eus”. Tudo é uma só coisa e os fenômenos sociais originam-se da ação individual imersa nos contextos de interação social.

A partir do exposto gostaria de estabelecer um paralelo entre Latour e Elias. Um elemento inovador em Latour³ foi incluir, além das interações entre humanos, as interações com elementos heterogêneos como objetos e coisas. A ideia de rede de interdependência de Elias e a de associação entre humanos e não humanos de Latour permite pensar que apesar da pele que contorna nosso corpo, os elementos presentes no social perpassam essa pele. De dentro para fora e de fora para dentro. Existe uma permeabilidade nos conceitos de rede desses autores que influencia e contribui para o dinamismo das transformações sociais.

Coerente com Elias, o termo rede na ANT, não significa algo estruturado, ou que tem um contorno delimitado. A rede é dinâmica e formada pelas conexões que os atores estabelecem e pelos fios soltos a espera de novas conexões. Nesse sentido, o campo das redes intersetoriais ultrapassa os limites institucionais conferidos às mesmas como: dia, horário, local das reuniões, participantes humanos, pautas etc. Os atores evocam outras redes nas associações que fazem ao longo da experiência de participação nas reuniões.

Outra contribuição sobre rede vem do sociólogo espanhol Manuel Castells, ao pesquisar os reflexos da sociedade em rede na economia e na convivência social a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação¹⁴. O crescimento das redes interativas de computadores viabilizou o surgimento de novas relações entre os sujeitos. Embora inegável o quanto o acesso globalizado às informações contribua no processo de desenvolvimento da

sociedade, há ainda uma desigualdade no acesso às informações e o infortúnio das *fake News* que disseminam conteúdos mentirosos de forma massiva pelas redes sociais.

Segundo Castells¹⁴, essas transformações ocorridas ainda que, de forma desigual em cada sociedade, apontam para um dilema entre o ser e a rede, entre o particular e o universal, entre o individual e o coletivo. Embora haja uma tendência crescente de reagrupamento em torno de identidades religiosas, étnicas e territoriais, cada vez mais esses grupos se fecham em verdades absolutas e passam a encarar o outro como um inimigo, propagando uma fragmentação social.

De forma contínua e arbitrariamente ditada pelos poderes do Estado, da religião ou da ciência, os indivíduos são conectados ou desconectados às mais diversas redes, sem uma reflexão sobre esse movimento. As oportunidades de ação coletiva trazem um potencial transformador da sociedade desde que seja possível refletir sobre a dinâmica interacional presente seja nos movimentos sociais, na interação afetiva da vida cotidiana ou ainda nas organizações do Estado¹⁴.

Fazendo uma analogia com as redes intersetoriais, se não olharmos para essas redes como um fenômeno complexo de inter-ação entre sujeitos distintos, observando e refletindo sobre como estabelecem as relações, o que motiva suas ações, que sentidos identificam ao participar desses espaços, estaremos como aponta Castells¹⁴, apenas reproduzindo um discurso inter-setorialista sem promover o caráter potencializador de transformações societais que processos pragmáticos de fenômenos sociais podem favorecer.

Em um paralelo com a ANT, acredito que, neste estudo, identificando os atores rede e o fluxo que estabelecem a partir das redes intersetoriais, contribuirei para a um olhar reflexivo sobre esse espaço institucional e seu potencial transformador.

Autores da antropologia, sociologia e filosofia abordam a lógica de rede enquanto estratégia para ampliar a compreensão sobre os fenômenos sociais e as redes de interação. Entre eles, destaco Michel Foucault (1926-1984) e Tim Ingold (1947).

Embora Foucault não fale em “rede” enquanto um conceito é um termo citado com certa regularidade em suas obras como um mecanismo articulador de suas reflexões. Interessado no estudo da constituição do sujeito, o autor reconhece a existência de três “redes” de Poder: a rede arqueológica, a rede genealógica e a rede da estética e da existência¹⁵.

1. A rede arqueológica tem seu foco no corpo e nos mecanismos de controle biopolítico-social. Entende o homem como figura passível de pesquisas, submetido a uma série de discursos científicos advindos da Medicina Clássica do século XVIII, e dicotomicamente segregados em loucos e sãos, criminosos e bons, ricos e pobres.
2. A rede genealógica é exercida no contexto das relações do sujeito, dos valores histórico-culturais e dos confrontos entre os saberes e os poderes. Trata-se de um complexo jogo de forças que funcionam como dispositivos de poder e atravessam as instituições e toda a vida social (rede disciplinar, rede prisional, rede da sexualidade). Espaços permeados por regras que condicionam o comportamento e impedem a liberdade de expressão e a autonomia dos sujeitos.
3. A rede da estética da existência relaciona-se com o processo de constituição de uma vida bela e justa. Responde a critérios de estilo e padrões de normalidade. Determina o que é qualidade de vida, o que é bem-estar, o que é vida saudável, e fornece um modelo de comportamento universal.

Sob a ótica de Foucault, ao estudar o fenômeno das redes intersetoriais, posso reconhecer a complexa rede de relações de força e analisar o quanto cada uma delas está presente nas interações. Embora a sociedade disciplinar de Foucault, dos asilos, hospitais e presídios, venha sendo substituída por uma sociedade das academias, dos prédios de escritórios, dos shoppings, ambas se impõem aos sujeitos como uma sociedade da obediência. Obediência externa, às instituições, e obediência interna, aos valores dos sujeitos condicionando-os à busca incessante pela melhoria no desempenho e na produção.

Em *Sociedade do cansaço*, Han¹⁶ sugere que aquele que explora é ao mesmo tempo o explorado. Não é necessária a atuação das instituições de poder e controle sobre os corpos uma vez que os sujeitos incorporaram uma norma que incita cada um a comprometer-se consigo mesmo em busca do melhor desempenho e produção. Para o autor, essa auto referencialidade gera uma liberdade paradoxal que se transforma em violência contra o sujeito. No mesmo sentido, os adoecimentos psíquicos da sociedade contemporânea como a depressão e o *Burnout* são manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal.

Trarei a seguir as ideias de outro antropólogo, Tim Ingold¹⁷, para refletir sobre redes. Embora o mesmo, traga pontos em comum com a ANT de Latour³ ao considerar a

heterogeneidade dos elementos que compõe uma rede, ele faz uma crítica afirmando que Latour mantém e reproduz uma divisão entre sujeitos e objetos e ignora a distribuição desigual de fluxos e sentidos ao longo da rede.

Ingold¹⁷ distingue objeto de coisa. Em sua perspectiva, o objeto (de Latour) é um fato consumado/congelado (documentos, diretrizes, atitudes). Já a coisa, na perspectiva de Ingold, representa um parlamento de fios, um acontecer onde vários acontecimentos se entrelaçam temporariamente e transbordam pelas superfícies, formando malhas ao invés de redes. Seria como imaginar uma pedra (coisa) exposta à ação do vento, da chuva, da seca e o que aconteceria com esta pedra. Ela não seria o mesmo objeto (pedra) após essa exposição aos agentes naturais. É preciso olhar para os acontecimentos que permeiam as coisas e identificar o que contribui para a transformação de um fenômeno em rede.

Existe em Ingold¹⁷ uma perspectiva de valorizar as coisas e as forças exercidas pelas mesmas sobre elas, e os processos de formação que ele chama de parlamento de fios. O conceito de malha (*meshwork*) é utilizado para pensar as relações de comunicação, integração e fluxo entre as coisas. Malha no sentido de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento, permitindo novos nós e entrelaçamentos, e não apenas conexões entre uma coisa e outra. Malha onde alguns fios têm a possibilidade de não se unir a outros, e sim, seguirem como filamentos desconectados.

Em uma analogia ao papel do pesquisador, seguir os fluxos das coisas, entendendo que, *“não é apenas a mente que vaza, mas as coisas de modo geral. E elas o fazem ao longo dos caminhos que seguimos à medida que traçamos os fluxos de materiais”*¹⁷ (p.42).

Posso arriscar dizer que, enquanto algumas configurações intersetoriais tentem estabelecer conexões entre setores e conjugar ações, o mundo dos sujeitos é um mundo vivo. As conexões não se fecham e sim, se ramificam como uma malha, um parlamento de fios que não tem a intenção de se conectar necessariamente. Os caminhos ou trajetórias percorridas pelos sujeitos não são conexões entre uma coisa e outra e sim linhas ao longo das quais as coisas são continuamente formadas e entrelaçadas. Assim como a aranha, a vida das coisas geralmente se estende ao longo não de uma, mas de múltiplas linhas, enredadas no centro, deixando inúmeras *“pontas soltas”*¹⁷ (p.41).

Outros elementos valorizados pelo autor fazem parte da pluralidade dos sujeitos. Eles agem e se expressam não só pelas palavras. Os gestos, as roupas que vestem, os objetos que carregam representam os acontecimentos em Ingold¹⁷.

Ao longo do estudo, verãõ que evidenciei significativa relaçaõ entre Ingold e Latour, apontando e fazendo as consideraçaõs pertinentes.

Na sequênciã trarei o conceito de rede para as políticãs pùblicas e sua aproximaçaõ com as redes deste estudo.

Rede como um modelo ou um princípio político

A ideia de rede como um modelo ou um princípio político de organizaçaõ estatal, para gerir políticãs pùblicas sociais, surgiu em funçaõ de alguns fatores imbricados: a complexidade dos problemas que acometem a populaçaõ, a escassez de recursos advindos do Estado e a multiplicidade de atores envolvidos.

Embora essa construçaõ em rede faça parte de um processo dinâmico e sem uma estrutura delimitada, quando ele se apresenta como algo imposto e normativo pode limitar as possibilidades de transformaçaõs.

Dois modelos paradigmáticos contribuem para pensar distintas concepçaõs do papel do Estado. O primeiro deles é chamado de “*incorporaçãõ modernizante*”¹⁸ (p.103) e visa promover uma adaptaçaõ sociocultural a partir de parâmetros hegemônicos e cristalizados.

Neste, a rede social se reduz a um instrumento de captura dos pobres e desviantes sociais, uma mera estratégia pragmática e operacional para intensificar de modo capilar o cerco aos indivíduos em situaçaõ pessoal e social de risco, fazendo-os circular pelas várias agênciãs sociais¹⁹. (p.70)

Sob a lógica do modelo de “*incorporaçãõ modernizante*”, as políticãs pùblicas sociais como educaçaõ, assistênciã social, saúde, habitaçaõ têm sido alvo de críticãs por sua atuaçaõ setorial desarticulada e centralizadora, onde cada setor tem sua rede própria de instituiçaõs e serviços, e desempenham funçaõs de forma isolada e paralela às demais políticãs. Constituem-se por práticas assistencialistas que não contribuem para a autonomia dos sujeitos e se quer os inclui nas decisões políticãs ou espaços democráticos de discussãõ²⁰.

A própria ideia de modernidade e modernizaçaõ presente no modelo de incorporaçaõ modernizante, ancora-se no modelo capitalista de consumo que dita os padrões considerados “modernos” e pressiona os sujeitos a adotar e seguir uma única forma de viver. Processos que

não incluem os movimentos que surgem espontaneamente. Processos que não valorizam as construções de redes tecidas nas periferias e nas comunidades.

Cabe aqui citar Caponi⁴ sobre os processos de gestão das populações. Processos que visam manter o estado de equilíbrio do Estado e a governamentalidade sobre os sujeitos, a partir de uma variedade de estratégias instituídas. Ainda, conforme define Dardot & Laval²¹ a ideia de sujeito neoliberal, produtivo, competitivo e autossuficiente. Um sujeito que trabalha para as instituições, como se trabalhasse para si mesmo. Aquele que “veste a camisa”, estimulado por técnicas de motivação e incentivo.

Frente a isso, Santos²² traz uma reflexão ao falar do papel dos movimentos sociais na luta frente aos poderes hegemônicos do Estado:

Ao identificar novas formas de opressão que extravasam as relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os Novos Movimentos Sociais denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive: a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos²². (p. 222)

A proliferação de movimentos sociais pode ser considerada uma esperança na luta contra hegemônica frente ao neoliberalismo do Estado e na garantia dos direitos constitucionais. Esse espírito de cidadania coletiva pode contribuir para fortalecer a autonomia dos sujeitos²³.

Durante o estudo, evidenciei movimentos que surgiram espontaneamente nos territórios das redes intersetoriais e as influências para ela. Trarei e farei considerações no momento oportuno.

Contrário ao modelo de “incorporação modernizante”, temos o modelo de “transformação social”, onde a perspectiva é de abertura ao devir, se constituindo por uma prática social e política que inclui as diferenças e os diferentes na mesma rede. Neste,

a rede se conecta a tudo e a todos numa teia em permanente ampliação e extensão, em fluxos abertos e em vetores multidirecionais para todos os

lados, em todos os sentidos, em múltiplos planos, em abertura incomensurável e imprevisível¹⁹. (p.69)

Modelo que se assemelha à ideia de rede em Latour³ e Ingold¹⁷, considerando a complexidade de elementos, vetores e fluxos para todos os sentidos, indefinidamente.

Caminhando em sentidos opostos, o primeiro modelo (incorporação modernizante) explicita uma concepção de sujeito expropriado de desejo e de autonomia, e subordinado às demandas do Estado e a uma rede de normatizações socialmente constituídas. Já o segundo, se pauta pela abertura à diversidade de práticas sociais, indutoras de transformação social. A adoção de um ou de outro por parte do Estado influencia diretamente na maior ou menor participação da sociedade no desenvolvimento das políticas públicas.

A lógica da estratégia das redes intersetoriais pode se apresentar como uma possibilidade de rompimento com um modelo centralizador e hierárquico, e uma abertura às práticas cooperativas entre os setores públicos, privados e a sociedade civil.

Segundo Santos²⁴, em um estado democrático, os sujeitos devem ter seus direitos concretizados através de políticas públicas que respeitem a multiculturalidade e reconheça a incompletude das culturas. Deve-se agir de forma a recuperar os saberes dos considerados excluídos e assujeitados: o saber do doente, o saber do delinquente, os saberes populares de cada cultura, em uma luta contra o poder hegemônico do saber científico e de uma só cultura. Algo que o autor chama de diálogo intermovimentos e intercultural.

No entanto, parece haver atualmente um esvaziamento do termo democracia conforme define Brown²⁵: *a democracia desfruta de uma popularidade mundial sem precedentes na história, porém nunca foi tão conceitualmente imprecisa substancialmente vazia aos quais todos e cada um podem vincular seus sonhos e esperanças* (p.291). Um fetichismo que separa a imagem do produto a vender, do seu conteúdo real. É como um discurso vazio onde todos tem algo a dizer mesmo que o que digam não se aproxime em nada com a ideia original do termo Democracia = poder do povo.

Um olhar atento sobre o fenômeno das redes intersetoriais permite captar os elementos que vazam entendendo-os como fenômenos não instituídos, não ditados por uma “ordem em rede” e sim como fios soltos que podem seguir com intencionalidades diferentes. Fios que podem estabelecer novas conexões, a partir das interações que fazem sentido para os sujeitos, presentes nos afetos e desafetos da vida cotidiana.

De que forma as forças exercidas pelo Estado, pela família, pela igreja, pela escola enquanto instituições de controle bio-político-social sobre o corpo, tem permitido que a comunidade estabeleça conexões com sentido para ela? Conexões movidas por elementos mediadores funcionando como atores-rede. Que qualidade de tecido social vem sendo produzido nessas conexões?

As redes intersetoriais estariam funcionando como mais uma estratégia de “incorporação modernizante” a serviço de um Estado controlador e pouco propulsor de autonomia para a comunidade?

Nesse sentido, o estudo permitiu observar outras lógicas presentes nas redes, surgidas espontaneamente nas comunidades e como se relacionam com as políticas públicas. Isso será trazido nos resultados.

Para ampliar o assunto, trarei a seguir como o conceito de intersetorialidade foi sendo incorporado às diretrizes governamentais e fomentou a formação de redes intersetoriais nas políticas públicas.

A intersetorialidade nas políticas públicas

As políticas públicas sociais que incidem sobre a vida das pessoas estão intrinsicamente ligadas aos modelos de gestão pública. A experiência brasileira de proteção social e as ações de saúde pública teve sua trajetória influenciada pelas mudanças econômicas e políticas de cada época. Antes de 1930, as ações praticadas pelo Estado estavam voltadas para os grandes centros urbanos tendo como foco as doenças endêmicas. As chamadas campanhas sanitárias tinham um caráter análogo às operações militares com vistas a eliminação dos vetores transmissíveis de doenças como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica na ordem do cumpra-se²⁶. Ações desenvolvidas no sentido de garantir o desenvolvimento da economia e da agro exportação e não como uma preocupação com a saúde e os direitos sociais dos trabalhadores.

A crise econômica mundial de 1929 desencadeou profundas mudanças. Embora mantivesse sua base agrária, o Brasil caminhava para uma urbanização com a vinda da população rural para os centros urbanos. Foram instituídas as Caixas de Aposentadorias e

Pensões voltadas aos trabalhadores das empresas ferroviárias, inaugurando uma conformação de previdência social no país.

Em 1941, na cidade do Rio de Janeiro foi realizada a 1ª. Conferência Nacional de Saúde que discutiu a organização sanitária estadual e municipal, a ampliação e sistematização das campanhas contra a lepra e a tuberculose, o desenvolvimento de serviços básicos de saneamento e um plano de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Marcou o início de uma preocupação com alguns segmentos populacionais específicos e mais vulneráveis²⁶.

Ainda em 1945, um processo de redemocratização do país levou à criação de vários partidos políticos. No âmbito da saúde pública, o modelo campanhista, centralizador e autoritário, destinado a combater epidemias através da organização e higienização dos espaços humanos foi confrontado por um movimento liderado por médicos sanitaristas. O chamado sanitarismo desenvolvimentista^e do segundo governo de Getúlio Vargas consolidou-se, juntamente com a adoção do modelo de seguridade social, ampliando os direitos de trabalhadores.

O período entre o golpe militar de 1964 e a Lei Orgânica da Saúde em 1990 foi marcado por peculiaridades no que tange à saúde pública. Nos primeiros dez anos, a cobertura previdenciária garantia assistência aos trabalhadores formalmente inseridos. Privilegiava-se uma prática individual e especializada em detrimento de ações de caráter preventivo e coletivo. Os demais cidadãos obtinham atenção nos postos de saúde pública desde que se integrassem nos programas materno-infantil, de tuberculose e hanseníase, ou nos serviços de filantropia (Santas Casas) e consultórios privados²⁶.

Esse modelo dos “postinhos de saúde”, voltados às ações preventivas e restritas, foi fortemente incorporado no imaginário de grande parte da população. Está presente até os dias de hoje, gerando preconceito e desconhecimento em relação às diversas ações desenvolvidas nos postos de saúde atuais a partir do SUS.

As experiências de ações preventivas e comunitárias viriam entre as décadas de 1960 e 1970, estimuladas por órgãos internacionais como a OPAS e influenciaram no movimento de reforma sanitária e transformação do Sistema Nacional de Saúde no Brasil. A adoção de conceitos básicos como a determinação social da doença, a historicidade do processo saúde-

^e A ideia desse pensamento era de que o nível de saúde de uma população depende, em primeiro lugar, do grau de desenvolvimento econômico de um país ou de uma região e que, portanto, as medidas de assistência médico-sanitária são, em boa parte, inócuas quando não acompanham ou não integram esse processo. (GIOVANELLA, 2012, p.310)

doença, a medicina como prática social, entre outros, contribuiu para uma ampliação da consciência sanitária^f e a articulação do movimento sanitário^g.

Esse percurso histórico contribuiu para o movimento pela Reforma Sanitária que aglutinou profissionais e estudantes da saúde, descontentes com os rumos da assistência à saúde no Brasil. Esse movimento constituiu-se em um “projeto civilizatório” centrado nos seguintes elementos: democratização da saúde garantindo o acesso universal e igualitário e a participação social; democratização do estado e seus aparelhos respeitando o pacto federativo e a descentralização dos processos decisórios; democratização da sociedade a partir do conjunto de políticas públicas e de práticas de saúde²⁶.

De igual importância, a 8ª. Conferência Nacional de Saúde de 1987 foi um marco fundamental no processo de reforma do sistema de saúde e propulsora da implantação do SUS a partir da Lei Orgânica da Saúde no. 8080, de 19 de setembro de 1990. Orientada por um conjunto de princípios e diretrizes está em construção até os dias de hoje e é o modelo de saúde que define as bases da política nacional de saúde no Brasil.

Considerando que os problemas de saúde se distribuem de forma única em cada território ou região do país, e envolvem recursos e tecnologias diferentes a depender das particularidades de cada espaço geográfico, se fez necessária a organização de Redes de Atenção à Saúde (RAS).

Entende-se por rede de atenção à saúde o conjunto de estabelecimentos, de diferentes funções e perfis de atendimento, que operam de modo ordenado e articulado no território, de modo a atender as necessidades de saúde de uma população. Os diversos equipamentos e serviços que compõem uma rede de saúde, na prática, funcionam como pontos de atenção onde o cuidado à saúde é oferecido. Diferentes redes de atenção à saúde podem ser encontradas em decorrência das ações desenvolvidas, dos tipos de casos atendidos e das formas como estão articulados e são prestados os atendimentos²⁶. (p. 369)

Um crescente processo de proliferação de redes tem ocorrido no campo das políticas públicas sociais e na organização do Estado. Enquanto promotor de ações que contribuam

^f Conceito formulado por Giovanni Berlinguer (1978) é a ação individual e coletiva para alcançar a saúde como um direito da pessoa e um interesse da comunidade. (p.341)

^g Movimento de profissionais da saúde e pessoas vinculadas ao setor que compartilha o referencial médico-social na abordagem dos problemas de saúde e que, por meio de determinadas práticas políticas, ideológicas e teóricas, busca a transformação do setor saúde no Brasil, em prol da melhoria das condições de saúde da população brasileira, na consecução do direito de cidadania. (p. 341)

para diminuir as desigualdades sociais e estimular o desenvolvimento, seu papel tem exigido uma forma de organização pautada por modelos que favoreçam a descentralização dos saberes e as parcerias com organizações da sociedade civil.

No âmbito das políticas públicas de saúde e da assistência social, a operacionalização do trabalho em redes, se consolidou a partir da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 1993. Desde então, têm sido uma das estratégias utilizadas no processo de gestão para garantir os direitos de saúde e sociais, e atender à complexidade e integralidade das necessidades dos sujeitos²⁷.

O termo intersetorialidade surge como um princípio coerente com a complexidade das demandas sociais e ancorado em três pilares: 1) nos princípios que regem o SUS (integralidade da atenção e dos serviços, descentralização, horizontalidade, participação social); 2) no conceito de determinantes sociais, que afirma que saúde e bem estar estão diretamente relacionados às condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, entre outras²⁸; e 3) no princípio da territorialização do SUAS, que têm a função de identificar, reconhecer e articular os serviços da região de acordo com as demandas dos sujeitos em sua diversidade e singularidade²⁹.

Assim como as organizações em redes são apontadas como estratégia para lidar com a pluralidade das realidades política, econômica, ambiental, cultural e social; a lógica de se operar de forma intersetorial figura entre as estratégias governamentais para abarcar a complexidade do enfrentamento das questões sociais. O princípio da intersetorialidade pressupõe a integração do público e do privado na articulação das ações políticas³⁰.

Embora a intersetorialidade aponte para um olhar ampliado sobre o humano, as diretrizes políticas podem incorrer em sistemas normativos, que impedem que a sociedade, transite criando seus próprios fluxos de interação e transformação.

Segundo Santos³¹,

A intersetorialidade é, porém, resultado de um processo ainda pouco claro e descoordenado de modelo de gestão de políticas públicas, cuja problematização impõe o desenvolvimento de modelos integrativos de gestão governamental. Pouco clara, pois a normatização associada aos programas somente recentemente forneceu orientações aos municípios sobre quais as ações e estratégias configuram uma ação intersetorial. Descoordenada, no sentido que os setores envolvidos interagem pouco para produzir os resultados previstos pelo programa, ou seja, o elo entre os setores ainda é fraco, com baixa troca de informações, experiências e trabalho em equipe. (p.32)

Desde a década de 1990, as políticas sociais de saúde e assistência social, incorporaram o caráter intersetorial em suas estratégias. No caso das políticas de desenvolvimento urbano, de saneamento, de habitação, ambiental, de mobilidade urbana, de desenvolvimento territorial, de geração de emprego e renda o termo intersectorialidade não é citado, porém, em seu escopo, figuram termos como estabelecer parceria, trabalho cooperativo e ações integradas que podem representar compreensões análogas²⁷.

Enquanto no SUS, as Redes de Atenção à Saúde se propõe a otimizar recursos, garantir qualidade da atenção, facilitar acesso, integrar serviços; no SUAS, a gestão se organiza em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica, representada pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) de caráter preventivo e voltado para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a Proteção Social Especial, representada pelos CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social) direcionada a situações de violação de direitos^{32,33}.

Saúde e Assistência Social configuram suas redes a partir de demandas governamentais. A participação social é um princípio norteador em ambas, seja através dos conselhos locais ou das Organizações da Sociedade Civil (OSC). No entanto, o poder de influenciar na construção das diretrizes políticas ainda é insipiente³⁴.

As formações de redes intersectoriais se constituem como uma possibilidade para a articulação entre o público, o privado e os sujeitos em seus territórios; e a diversidade e a complexidade desta relação interfere na capacidade de articulação das ações. Segundo Silva³⁵:

Rede não é o simples ajuntamento de serviços ou organizações – requer a adoção de elementos que deem sentido a esse entrelaçamento de ações e processos. Há de se garantir uma institucionalidade, uma organicidade à rede e governança com o fim de potencializar seus recursos e meios [...] todos devem reconhecer suas dependências e interdependências, não havendo espaço para poderes centralizados, imposições, desníveis de mando. (p.31)

Citação que converge com Elias e Latour. Ambos entendem rede como um processo de interação, de dependências e interdependências sem espaço para as normatizações, atenta aos fios soltos e às possibilidades de conexão de novos atores e novos caminhos.

SCHUTZ e MIOTO³⁶ definem intersectorialidade como uma prática complementar entre os setores das políticas públicas, os setores privados e a sociedade. Cada um

contribuindo com o seu saber e fazer na construção de práticas que priorizem o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulneráveis do território.

No entanto, assim como o termo rede, o conceito de intersetorialidade também se apresenta a partir de uma polissemia de significados e responde às questões distintas a depender de quem protagoniza o discurso intersetorial. Isso remete às múltiplas formas de governança intersetorial exercida por alguém ou algo que alinhe as conexões entre os setores. Seria o Estado? Mas de que forma? Mais ou menos interventor, mais ou menos aberto à participação social? Seria a intersetorialidade uma alternativa para uma gestão mais participativa? Para aumentar a participação de quem está fora do jogo? A figura abaixo ilustra bem essa ideia.



Figura 3 – Para entrar no jogo! https://encrypted-bn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRYh9tc8wi490Isy2sO2-UyOXzllwCu8eXTcY4SRt0xWqnTnvtZryJGy-7BORTqIkVR_w&usqp=CAU

Apesar do reconhecimento das insuficiências das ações setoriais isoladas para enfrentar os problemas que afetam a comunidade, segundo Akerman et al³⁷, há *um ativismo intersetorial que ainda não se funda numa práxis que tenha potência criativa suficiente para influenciar novas arquiteturas de governança das políticas públicas* (p. 4294). Inspirada no autor, a tirinha abaixo possibilita uma reflexão sobre como pode haver um resultado em comum diante de uma diversidade de interesses?



Figura 4 - Paz ou Harmonia – Hagar (Tirinha de Chris Browne: <https://br.pinterest.com/pin/337981147034824350/>)

Se a paz significa ausência de conflitos, uma relação não conflituosa entre os setores pode até existir. Porém, o quanto conseguirão agir em harmonia produzindo algo que responda aos anseios de todos os envolvidos, é um dos desafios propostos para as práticas intersetoriais.

Akerman et al³⁷ explicitam algumas das inquietações deste estudo junto às redes intersetoriais: Qual o contexto político onde as redes acontecem? Quais os atores que participam e em torno de quais objetivos? O que os atraem e o que os afastam desses espaços? As ações facilitam ou impedem a participação popular? Haveria dissonâncias entre as formulações dos gestores e trabalhadores e as necessidades percebidas pelos sujeitos nos territórios? Que outras redes são tecidas por eles em busca de suas necessidades?

Questões que apontam para pelo menos quatro pontos a serem observados no exercício das práticas intersetoriais e que podem contribuir para um olhar mais crítico e ampliado sobre elas:

1. O quanto estão subordinadas exclusivamente às decisões normativas por parte do Estado?
2. Qual é a qualidade das interações entre os envolvidos?
3. Como se dá a participação popular?
4. Qual é o bem comum que se busca e quem o define?

Em uma revisão nos estudos que avaliaram o impacto do trabalho em redes fiz as seguintes considerações: 1) Uma preocupação em identificar os aspectos que reafirmem o papel do Estado enquanto propulsor do que ele julga ser o melhor para os sujeitos. 2) Avaliações construídas por iniciativa governamental e não na rede heterogênea de sujeitos. 3) Avaliações que valorizam o comportamento individual e a personalidade de cada um e não as interações. 4) Pouco ou quase nada foi dito quanto à participação popular, embora a baixa participação tenha sido apontada como comprometedora para as avaliações^{38,39}.

Buscando ampliar os estudos acima, esta pesquisa propõe olhar para as motivações dos sujeitos na participação nas redes, como se dá a interação entre eles, quais as dissonâncias e às múltiplas lógicas que atravessam os espaços intersetoriais, e os dilemas que envolvem a construção de alternativas para lidar com a complexidade das questões sociais.

Acreditando que a proposta metodológica da ANT de Latour possa me ajudar nessa caminhada, trago a seguir os objetivos e o delineamento da metodologia do estudo.

Objetivos

Geral

Descrever e analisar o fenômeno social: redes intersetoriais no município de Campinas-SP

Específicos

1. Identificar como se formaram as redes intersetoriais.
2. Explorar os conceitos sobre intersetorialidade.
3. Identificar os atores-rede.
4. Mapear os consensos e as controvérsias.
5. Descrever e analisar as práticas produzidas nas redes.

Capítulo 2 – Metodologia

A metodologia deste estudo será apresentada em 3 tópicos seguindo os rastros que essa pesquisadora fez para dar sentido e apreender o processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. Começo com um relato do processo histórico de constituição do conhecimento ancorada nos autores que se destacaram e nas transformações da sociedade a partir do século XVIII. Apresento a biografia de Bruno Latour e sua trajetória nas pesquisas sociais e os princípios que estruturaram a Teoria Ator-Rede. Finalizo o capítulo com o passo a passo metodológico deste estudo bem como a definição das técnicas utilizadas.

3.1 Epistemologia do conhecimento

A epistemologia está relacionada com as bases do conhecimento e em como o pesquisador pode entender o fenômeno investigado e transmiti-lo aos outros. Várias correntes de pensamento foram se delineando ao longo do processo histórico de produção científica.

A complexidade das transformações ocorridas na sociedade nos séculos XVIII e XIX na Europa e a necessidade de se pensar a nova realidade e a produção do conhecimento contribuiu para a Sociologia do Conhecimento. Um dos precursores desse pensamento foi o sociólogo alemão, Karl Mannheim. Os pressupostos da Sociologia do Conhecimento se delinearam na Alemanha em meados de 1950, no pós-guerra, em uma sociedade em ruínas, que precisou se reorganizar não apenas a partir das demarcações rígidas impostas pelas ciências naturais, e sim, resgatando o pensamento reflexivo capaz de dar sentido à vida social⁴⁰.

Em paralelo e amparado pelos estudos europeus sobre a Sociologia do Conhecimento, o sociólogo americano Robert K. Merton, consagrado como um importante sociólogo do século XX, falecido aos 92 anos em 2003, deixou um legado significativo no campo da sociologia na educação médica e pela quantidade de conceitos incorporados aos domínios dos cientistas sociais⁴¹. Sob a designação de Sociologia da Ciência, a centralidade de sua ideia está voltada para a identificação da estrutura cultural da ciência, ou seja, para os costumes e valores sociais que fazem sentido e são seguidos pelos cientistas.

Merton desenvolveu o conceito de *ethos* social da ciência estruturado em quatro imperativos, ou seja, valores que o pesquisador deveria seguir no processo de produção do

conhecimento: o universalismo (considerar que as alegações devem ser submetidas a critérios impessoais e não particulares seguindo padrões universais de avaliação), o comunismo (olhar a pesquisa como um patrimônio comum, compartilhável e não privado), o desinteresse (tratar da responsabilidade dos cientistas em relação aos seus pares e do objetivo da pesquisa visando a ampliação do conhecimento) e o ceticismo organizado (privar-se de preconceitos e conclusões precipitadas). O *ethos* da ciência seria esse complexo afetivamente modulado por normas e regras⁴².

Embora o autor defenda uma postura talvez romântica e de pureza da ciência, a produção científica está constantemente submetida às pressões da economia, religiosas, do Estado e à relação de forças que se estabelece entre os envolvidos. No entanto, Merton abriu caminho para sucessores no campo dos estudos sociais da ciência.

No século XX, junto aos precursores do construtivismo como David Bloor e Thomas Kuhn, a Sociologia do Conhecimento Científico teve o Programa Forte como uma das principais escolas e buscou garantir o rigor metodológico e a legitimidade da produção científica⁴⁰.

O conceito de Programa Forte se apoia em quatro princípios: causalidade relacionando variáveis sociais aos conteúdos científicos; imparcialidade investigando tudo (a verdade e a falsidade, o fracasso e o sucesso, a irracionalidade e a racionalidade) sem restrições ou valorações pessoais; simetria considerando aspectos científicos e senso comum com a mesma importância, e reflexividade não colocando as ciências sociais em segunda ordem. A esses quatro princípios são acrescentados outros cinco conceitos: científicismo, empirismo, naturalismo, materialismo e ciência como cultura⁴³.

Embora as concepções de produção de conhecimento em Latour e do Programa Forte de Bloor⁴³ sejam frequentemente classificadas sob o rótulo de construtivismo social, não são consideradas da mesma forma. Os próprios autores que pareciam partilhar de um projeto em comum, protagonizaram uma disputa explícita em suas formas de conceber a produção científica^h.

Apesar de se distanciar de Bloor, dois princípios seguiram dando sustentação as ideias de Latour: o de imparcialidade e o de simetria. A partir deles, Latour inovou incluindo humanos e não humanos ao princípio de Simetria⁴⁴.

^h Para mais detalhes sugiro consultar a tese de doutorado em Filosofia: Tozzini, Daniel Laskowski. Programa Forte em Sociologia do Conhecimento e Teoria Ator-Rede: a disputa dentro do *Science Studies*. Curitiba, 2019.

No livro *Jamais Fomos Modernos*, Latour⁴⁵ argumenta sobre o tratamento assimétrico nos procedimentos desenvolvidos pelas pesquisas tradicionais, privilegiando alguns fatos em detrimento de outros. Propõe abolir as rupturas no tempo e na hierarquia das ideias feita por àqueles que se diziam modernos. Sob a prerrogativa de que não podemos calcular o tempo a partir de começos miraculosos como a vacina ou a bomba atômica, o autor reforça a ideia de que não há uma passagem ordenada e sistemática do tempo. Este acontece como uma espiral onde as coisas antigas se aproximam das novas continuamente. *Nós nunca avançamos nem recuamos. Sempre selecionamos ativamente elementos pertencentes a tempos diferentes*⁴⁵ (p.75).

O autor designa dois conjuntos de práticas que precisariam ser apartadas: 1. As práticas de “tradução” que, responsáveis pelas misturas, fazem surgir os híbridos de natureza e cultura; e 2. As práticas de “purificação” que negam as misturas entre humanos e não humanos e reafirmam as separações entre o antigo e o novo, natureza e sociedade, ciência e senso comum⁴⁵.

Nessa ideia, Latour reage ao reducionismo que coloca o conhecimento científico em um lugar privilegiado em relação a outros tipos de conhecimentos. Estabelece uma relação entre o conteúdo científico e o contexto social e entre natureza e sociedade colocando-as sob um mesmo plano de interpretação. Nem natureza nem sociedade são puras, assim como não estão previamente dadas. Elas são diariamente reviradas e transformadas, resultado das trocas de propriedades entre elementos humanos e não humanos, gerando novos laços sociais e redefinindo, ao mesmo tempo, do que são feitas a natureza e a sociedade⁴⁶.

Para explicar o enunciado sobre natureza e sociedade, Latour⁴⁵ evoca a disputa entre dois cientistas do século XVII, Robert Boyle, criador do laboratório e do fato científico, e Thomas Hobbes, cientista político, autor da noção de contrato social e precursor de diversas linhas das ciências políticas atuais. Enquanto o primeiro acreditava acessar e expor a realidade através de seu laboratório, o segundo acreditava no poder de um único soberano que através de um contrato social pudesse controlar a realidade e as nações. Nessa ruptura ontológica/epistemológica se cria “*um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social*” (p. 33).

Contrária a essa visão de mundo, o princípio de Simetria representa uma crítica às concepções tradicionais da Sociologia não se deixando levar pelas interpretações sociais, nem

pelas explicações naturalistas, e sim olhando para as causas que levam determinados grupos a selecionar determinados aspectos para objeto de estudo.

Latour⁴⁵ faz uma crítica às ideias de Changeux, Bourdieu e Derrida e os respectivos repertórios para falar sobre as ciências naturais, sociais e do discurso.

[...] quando o primeiro fala de fatos naturalizados, não há mais sociedade, nem sujeito, nem forma do discurso. Quando o segundo fala de poder sociologizado, não há mais ciência, nem técnica, nem texto, nem conteúdo. Quando o terceiro fala de efeitos de verdade, seria um atestado de grande ingenuidade acreditar na existência real dos neurônios do cérebro ou dos jogos de poder⁴⁵. (p.11)

Enquanto cada um tenta capturar para si a fatia dos fenômenos, Latour (1994) defende que embora os atores de cada segmento (natureza e sociedade) não sejam comparáveis, estão todos em uma mesma história e conectados por linhas invisíveis ora mais fortes, ora mais fracas. Fazem parte de uma constante mistura que produz híbridos incessante e indefinidamente.

Outros autores influenciaram a constituição do pensamento de Latour. Em William James (1842-1910) a concepção de pragmatismo figura como um método que se harmoniza com várias teorias, flexionando-as e pondo-as a trabalhar na indicação de caminhos que levem a desdobramentos práticos e à transformação da realidade. De John Dewey (1859-1952), Latour apreende a importância dada ao *público* na medida em que o indivíduo não é um ser isolado, mas participa de uma sociedade que oferece uma multiplicidade de versões para aquilo que somos. Contemporânea de Latour, a filósofa Despret (1959) centra seu trabalho na relação entre observadores e observados e o conceito de *meio justo* como uma troca de propriedades entre antigas e novas verdades sem a imposição de uma parte sobre a outra⁴⁶.

Considero ainda, como fundamentais as influências dos filósofos e sociólogos Gabriel Tarde (1843-1904) e Serres (1930-2019). Enquanto Tarde perde sua influência na sociologia francesa, na virada para o século XX, a partir das ideias de Durkheim (1858-1917) e a tentativa de explicar os fenômenos sociais pela supremacia da lei da evolução, Latour⁴⁷ se apoia em Tarde se valendo do princípio de Simetria e de dois argumentos:

A divisão entre a natureza e a sociedade é irrelevante para entender o mundo das interações humanas. A distinção entre macro e micro sufoca qualquer tentativa de entender como a sociedade está sendo gerada. (p.118)

A análise de Tarde, em oposição à Durkheim é microsocial. É do pequeno que tudo começa e encontramos a chave para entender o grande. Apoiado em Tarde, Latour afirma que devemos olhar para baixo, para os detalhes, para o particular e propõe substituir o termo social por *associação*, aproximando-se da ideia de rede de elementos heterogêneos interligados, e da própria ANT que detalharei no próximo item da metodologia.

Ancorada nos princípios latourianos, este estudo não poderia se deixar levar por algumas correntes de pensamento oriundas do positivismo que tentam estabelecer relações lógicas entre os fenômenos, ou determinar o que deve ou não fazer parte do objeto de pesquisa, negligenciando fatos e acontecimentos. Ao contrário, minha postura se deixou levar por uma crítica-reflexiva contínua em todo o processo da pesquisa e a utilização de estratégias e ferramentas metodológicas capazes de abarcar a complexidade do fenômeno estudado. Reflexão permeada pelo modo de produzir a ciência, pelo processo de elaboração do trabalho, pelos referenciais teóricos escolhidos, pela estruturação dos objetivos, pelos procedimentos metodológicos adotados para coleta das informações e pela apresentação dos achados⁴⁸.

Os pressupostos de Latour tem pontos em comum com outros autores e teorias. O Anarquismo epistemológico e o pluralismo metodológico, de Feyerabend⁴⁹ tem como base o abandono de um racionalismo que olha para os fenômenos de forma simplista tentando encontrar provas e argumentos que sustentem a análise dos fatos e vai contra a ideia de ciência operando com regras fixas e universais. Por conseguinte, propõe com o pluralismo metodológico, a utilização de diferentes métodos e estratégias e o envolvimento de múltiplos saberes.

Da mesma forma, em consonância com as ideias de Latour⁵ sobre o processo de construção da ciência, encontramos na contemporaneidade o sociólogo português Boaventura S. Santos⁵⁰ e os postulados sobre a necessidade da superação do pensamento abissal que divide o mundo humano do sub-humano e exclui, ou melhor, torna invisíveis àqueles e àquelas práticas sociais que não condizem com os princípios e práticas hegemônicas.

Sob a designação de Sociologia das ausências, Santos⁵⁰ propõe expandir o presente, e como Sociologia das emergências, contrair o futuro. O que vem a ser isso? Nas palavras do autor, *“demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal”* (p.246). Há uma produção de não existência sempre que desqualificamos ou ignoramos alguém ou um fato, seja adotando um critério único de verdade, ou um sentido único e linear para o tempo, ou ainda, naturalizando as relações de dominação e classificação social.

Ao propor uma expansão do presente, percebo uma aproximação com Latour³ e a ideia de seguir os rastros e as pistas deixadas pelos atores no momento de suas ações, obrigando o pesquisador a ir mais devagar, observando as conexões que são feitas e as possibilidades de transformação do social. Identificando elementos (ausências) que compõe o social e não são valorizados nas pesquisas tradicionais em ciências sociais.

Quanto à Sociologia das emergências, Santos⁵⁰ chama a atenção para o conceito de *Ainda-não* que tem o caráter de atuar sobre a capacidade, a potência e a possibilidade de algo vir a acontecer. Assemelha-se ao conceito de incertezas de Latour³, afirmando que nada está pronto, determinado ou naturalizado. As coisas vão se constituindo conforme os atores estabelecem novas conexões que façam sentido para eles, em um processo infinito e não linear.

Santos⁵¹ chama de epistemicídio o processo de monopolização epistemológica da ciência e a supressão de outros saberes. Faz um paralelo entre as dicotomias: regulação/emancipação e apropriação/violência. Argumenta sobre a impossibilidade de pensarmos em emancipação diante de sujeitos e práticas excluídas e subordinadas às variadas formas de violência que destroem as subjetividades, a cultura, a dignidade. Violência que desconsidera os saberes populares dos povos indígenas, que proíbe o uso de línguas próprias, que destrói símbolos e lugares de culto e obriga a adoção de uma única forma de cultura ou religião. Segundo Santos⁵¹, “*a lógica da apropriação/violência tem vindo a ganhar força em detrimento da lógica da regulação/emancipação*” (p.12). E isso precisa ser abolido.

Enquanto “*as linhas abissais continuarem a existir, a luta por justiça cognitiva não será possível*”⁵¹ (28). Justiça cognitiva entendida não no predomínio do conhecimento científico e sim na coexistência de outras formas de saber e de outros atores.

Santos⁵¹ propõe um pensamento que inclua e valorize a diversidade epistemológica do mundo e o denomina de ecologia de saberes. Além de considerar os saberes propriamente ditos, a ecologia de saberes deve conter também as ausências, as práticas que foram esquecidas ou desvalorizadas e que fazem parte de conhecimentos próprios de um povo ou de uma época. Conhecimentos que podem coexistir com outras realidades e racionalidades, independente da temporalidade (se são considerados novos ou antigos) ou da hierarquia (se são considerados menos ou mais importantes). Isso o aproxima de Latour⁵ e do princípio de Simetria e faz lembrar ainda o conceito de malha em Ingold¹⁷ quando sugere que as partes que

compõe o todo têm vida própria fora delas e que qualquer totalidade é feita de heterogeneidades.

“A *ecologia de saberes busca uma compreensão mais profunda das possibilidades humanas com base nos saberes, ao contrário do científico, privilegiando a força interior ao invés do exterior*”⁵¹ (p. 34). Preceitos que convergem com o modelo de construtivismo social de Latour e com os objetivos deste estudo. Estudo interessado em descrever o fenômeno das redes intersetoriais, a heterogeneidade de atores (internos e externos) e a forma como interagem, sem privilegiar um ou outro fato, seguindo os fluxos, as ausências e as emergências.

Mas, como fazer isso? Para Santos⁵⁰ trata-se de um processo de tradução tido como um *procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências* (p.262). Isso, a meu ver, se assemelha ao conceito de tradução e da própria ANT de Latour³, entendido como um processo em cadeias que desloca elementos pelas conexões estabelecidas, em um movimento que mantém algumas propriedades, ao mesmo tempo em que produz diferenças e transforma a rede e os elementos que a constituem.

Segundo Santos⁵⁰, há um desafio desconstrutivo em relação a uma única verdade, seguido de um desafio reconstrutivo que propicie a revitalização das heranças histórico-culturais e das diferenças. Traz ainda o conceito de zona de contato, como o espaço social, onde diferentes culturas se encontram, nos aspectos que cada saber considera mais relevantes, e estabelecem relações mais horizontais. Isso lembra a ideia de conexões na ANT, entre os diferentes elementos e que façam sentido para a formação das redes.

Quando recorro ao conceito de intersetorialidade no sentido de conjugar interesses e demandas, e as funções das redes intersetoriais nas políticas públicas, como aplicar as proposições de Santos⁵⁰? Em que medida quando os sujeitos do estudo falam sobre as demandas da comunidade, demandas do Estado e demanda dos trabalhadores, posso pensar em uma coexistência estabelecendo um paralelo com a ecologia dos saberes? Questões que serão exploradas nos resultados do estudo.

Feito o retrospecto sobre a construção do conhecimento ao longo dos séculos, e autores que convergiram com as ideias de Latour, apresento a seguir os princípios da estruturação da ANT.

3.2 Actor-Network Theory

A escolha da ANT como referencial metodológico me conduziu por um caminho cheio de incertezas. Como fazer isso exatamente? Como cartografar um fenômeno em constante modificação e resultado de associações entre elementos heterogêneos? Por onde começar? Que ferramentas metodológicas usar? E como trazer novas contribuições, explorando o ainda não explorado?

Apesar da teoria não deixar claro os métodos de investigação, figuram termos como: observação, olhar atento, conversa informal, seguir aquilo que vaza, cadernos de registro, relato de texto, ouvir a infralinguagem etc. Termos que deram pistas para relacioná-los aos métodos tradicionalmente empregados em pesquisas sociais.

Começo apresentando Bruno Latour e uma possível trajetória influenciada por atores até a conformação da ANT.

De nacionalidade francesa, Bruno Latour nasceu em 1947. Filho de um negociante de vinhos, não seguiu o ofício paterno e optou pelos estudos em filosofia e posteriormente antropologia e sociologia. Suas obras literárias descrevem o processo de pesquisa científica, na perspectiva pós-construtivista e sua maior obra nesse sentido foi realizada no Laboratório de Neuroendocrinologia do Instituto Salk, na Califórnia dando origem ao livro *Vida de Laboratório* em parceria com o sociólogo britânico Steve Woolgar, publicado em 1997.

Neste trabalho etnográfico, Latour evoca outros autores como Michel Serres e o conceito de circunstânciasⁱ; Bourdieu e a noção de credibilidade^j; Knorr-Cetina que compara o funcionamento de um laboratório a uma usina de produção de fatos; além de autores como Deleuze e Guattari, não negando a semelhança das redes de Latour com a ideia de rizoma^k desses últimos⁴⁶.

ⁱ Latour e Woolgar (1997) chama a atenção para o fato de que a prática dos cientistas é “*influenciada, parcialmente dependente ou causada pelas circunstâncias*” (p. 271), ao invés de considerar que em um fato científico só apareça o produto final de sua construção.

^j A noção de credibilidade nos dá a dimensão do custo de uma informação “científica”, dos esforços despendidos para que as fabricações da ciência tenham crédito, levando em conta os investimentos em dinheiro dos organismos de financiamento, o tempo e a energia já empregados nessa construção, a carreira dos pesquisadores em questão, perfazendo, nesta rede, uma síntese das noções econômicas (dinheiro, orçamento, rendimento) com as noções epistemológicas (certeza, dúvida, prova) (LATOUR e WOOLGAR, 1997).

^k A ideia imagem de rizoma é oriunda da botânica representando uma haste com ramificações em todos os sentidos. Refere-se a uma forma de compreensão da vida como um sistema de conexões sem início e sem fim, permeado por infinitas linhas. Para maiores detalhes ver Deleuze, G.; Guattari, F. *Mil Platôs*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

Em meio à extensa produção do autor, utilizei como suporte metodológico e reflexivo desta pesquisa, os ensaios *Jamais Fomos Modernos* (1994), *Vida de Laboratório* (1997), *Ciência em Ação* (2000) e *Reagregando o social* (2012). Este último ensaio, escrito durante quase trinta anos, foi construído ao lado de Michel Callon, John Law, Gabriel Tarde, Gilles Deleuze e Foucault. Nele foi desenvolvida a *Actor-Network-Theory* (ANT) ou Teoria Ator-Rede a partir da metáfora da formiga em seu acrônimo em inglês *ANT* (*Actor-Network Theory*), que significa “*um viajante cego, míope, farejador e viciado em trabalho*”³ (p.28).

Longe de definir o termo “social” como uma coisa homogênea, Latour³ o define como uma série de associações entre elementos heterogêneos conectados (sociais ou não) e alerta para que todos sejam reunidos no contexto de estudo do pesquisador. Tal como a formiga, seguir os rastros dos atores abandonando as certezas da sociologia, empregando outras fórmulas e metodologias para estudá-los e explicá-los.

A ANT tem emergido como um importante referencial teórico-metodológico nas pesquisas em saúde, capaz de cartografar as situações do social (definido como algo em constante modificação, resultado de associações com elementos heterogêneos) e quebrar as certezas sobre a composição do mundo em que habitamos. Um mundo em constante mudança, que exige outros métodos de investigação que apreenda campos ainda não explorados.

A ANT privilegia os processos, não a estrutura. Entende redes como processos culturalmente constituídos e evita explicar as mudanças sociais por meio de uma cadeia específica de causalidade. As redes são compreendidas como uma conexão de nós que se formam a cada momento, assim como as alianças, os fluxos e as mediações que acompanham essa configuração. Sempre em uma perspectiva relacional, não individual ou unidirecional. Não é entendida como algo pronto por onde as coisas passam e sim, como um conceito dinâmico, tecido a partir das inúmeras associações que os atores fazem. Algo que se forma e se deforma a partir da dinâmica das relações³.

O estudo Ator-Rede se apresentou como uma possibilidade metodológica de seguir as redes intersetoriais, entrando pela porta de trás e acompanhando o processo em construção. Cartografando as situações evocadas, incorporando aspectos tecnológicos aos humanos e considerando a complexidade e heterogeneidade dos elementos que compõe uma rede social. Elementos que o autor chamou de atores ou *actantes* e que são tudo àquilo que gera uma ação, deixa um traço e se presta como mediador de uma conexão. São eles que fazem o outro fazer algo. Seja um objeto, um documento, as motivações, as instituições etc. A principal ação de

um mediador é traduzir, comunicar e fazer um novo link que não existia antes. Link capaz de promover modificações nos outros atores da rede.

Um elemento fundamental a ser observado nas interações entre os atores das redes é o que o autor chamou de controvérsias, entendidas como as vozes dissonantes de um grupo. Alimentar as controvérsias e seguir por mais tempo o que os atores fazem com aquilo que é dito, se constitui por um meio importante de não se estabelecer conclusões cristalizadas sobre as coisas (caixas-pretas). Quanto mais os fenômenos são encerrados em caixas pretas, mais difícil se torna a emergência de transformações sociais.

Que descobertas serão possíveis em relação às redes intersetoriais a partir dos conceitos de ator, de rede, de controvérsias, de caixa-preta? Que novos atores serão evidenciados? Quais as conexões mais fortes e mais fracas? Quais os fios soltos a espera de novas conexões? Questões que serão tratadas nos resultados do estudo.

Em *Ciência e Ação* Latour⁵ propõe acompanhar o processo de construção da ciência do mesmo modo que os antropólogos estudam as comunidades isoladas e distantes. Ancorado em seis princípios e sete regras metodológicas trouxe subsídios para o estudo, integrando o que é produzido dentro do laboratório, as experiências dos pesquisadores e as repercussões para o mundo fora do laboratório. O leitor irá notar que não há uma linearidade ou uma clara sequência de princípios e regras. Eles se completam e se sobrepõem ao longo do texto e das argumentações do autor.

Primeiro princípio: *“O destino de fatos e máquinas está nas mãos de consumidores finais; suas qualidades, portanto, são consequência, e não causa, de uma ação coletiva”*⁵ (p. 53).

Este princípio enfatiza o aspecto coletivo da construção dos fatos e a prerrogativa de que uma afirmação depende de afirmações ulteriores. Embora possa haver discordâncias entre os elementos do campo da pesquisa, dizer quem está certo ou errado vai depender do que todos irão fazer com os pontos de vista dali por diante. É comum que as pessoas lancem mão de argumentos, textos, artigos e ideias para justificar seu ponto de vista e tentar convencer os demais. O quanto isso vai ser efetivo, vai depender do que vier a seguir. Será consequência e não causa. *O destino das coisas que fazemos ou dizemos está nas mãos de quem as usar depois*⁵ (p. 52).

Esse princípio está em acordo com a **primeira regra metodológica**:

Estudamos a ciência em ação, e não a ciência ou a tecnologia pronta; para isso, ou chegamos antes que fatos e máquinas se tenham transformado em caixas-pretas, ou acompanhamos as controvérsias que as resolvem⁵. (p.421)

Ao abrir a caixa-preta e confrontar a ciência pronta com a ciência em construção, um mundo de incertezas e controvérsias também se abre. A eficiência da argumentação dependerá do sucesso no convencimento das pessoas.

No entanto, argumentos isolados não serão suficientes para resolver uma controvérsia, assim como disciplinas e teorias isoladamente não conseguem apreender a complexidade dos fenômenos. Esse argumento prepara para a **segunda regra metodológica**:

Para determinar a objetividade ou subjetividade de uma afirmação, a eficiência ou a perfeição de um mecanismo, não devemos procurar por suas qualidades intrínsecas, mas por todas as transformações que ele sofre depois, nas mãos dos outros⁵. (421)

O que acontece quando alguém faz uma afirmação? Há os que acreditam e os que discordam. Latour⁵ recomenda que procuremos por modalidades positivas e negativas que possam explicar o porquê um fato se fortalece ou se enfraquece, ainda que haja um paradoxo: seguindo as modalidades positivas e as afirmações que fortalecem os argumentos, corre-se o risco de que eles se encerrem em caixas-pretas e se tornem verdades absolutas. Por outro lado, seguindo as modalidades negativas que enfraquecem ou põe em dúvida o argumento, se pode deparar com controvérsias e com a possibilidade de abertura para novos caminhos, novas associações e movimentos.

De acordo com a direção tomada a sentença original mudará de status. Será uma caixa-preta ou uma feroz controvérsia; ou uma robusta certeza intemporal ou uma dessas ficções de vida curta que aparecem nos trabalhos de laboratório⁵. (p. 43)

[...] Por si mesma, uma sentença não é nem fato, nem ficção; torna-se um ou outra mais tarde graças a outras sentenças [...]. Consequentemente, os ouvintes as tornarão menos fato, se as levarem de volta ao lugar de onde partiram, para a boca e as mãos de quem quer que as tenha construído, ou as tornarão mais fato se forem usadas para se chegar a outro objetivo mais incerto⁵. (p. 45)

Segundo Princípio: *“Os cientistas e engenheiros falam em nome de novos aliados que conformaram e angariaram; representantes entre outros representantes, eles acrescentam esses inesperados recursos para fazer o equilíbrio de forças penderem a seu favor”*⁵ (p.150).

Este princípio remete ao exercício de trazer novos aliados para o contexto e fortalecer o argumento que está sendo posto como verdade. Trazer para a cena novas ideias, novas disciplinas, novas teorias que contribuam para a resolução das controvérsias. No lado esquerdo da face de Jano todos os cientistas concordam com uma única explicação para os fatos. No lado direito, são valorizadas as posições que relativizam as explicações e permitem novas associações.

Isso nos leva ao **terceiro princípio:** *“Nunca somos postos diante da ciência, da tecnologia e da sociedade, mas sim diante de uma gama de associações mais fortes e mais fracas; portanto, entender o que são fatos e máquinas é o mesmo que entender o que as pessoas são”*⁵ (p.164).

Não basta considerar que algo possa ser explicado apenas sob o ponto de vista das ideias estruturadas, de um modelo de ciência tradicional. É preciso considerar a longa e heterogênea lista de recursos e aliados que os pesquisadores são capazes de reunir para se chegar a uma conclusão, ainda que momentânea.

Uma retórica considerada mais fraca pode se tornar mais forte à medida que novos aliados vão sendo incorporados ao contexto e ao desdobramento das controvérsias. Mesmo diante de fatos considerados verdades absolutas existem a possibilidade de novas associações que venham a fortalecê-los ou transformá-los. *“O objeto é transformado à medida que vai passando de mão em mão”*⁵ (p.172). Abre-se a caixa-preta para que outras possibilidades se apresentem e sejam consideradas no contexto e no momento.

Quarto princípio: *“Quanto mais esotérico o conteúdo da ciência e tecnologia, mais elas se expandem externamente; portanto, ciência e tecnologia é apenas um subconjunto da tecnociência”*⁵ (p.287). Esse princípio fala sobre a importância de se agregar os fatores sociais na construção de ciência apartando a divisão tradicional entre ciências naturais e ciências sociais. É preciso ser tão indefinido quanto os elementos heterogêneos que seguimos. Por exemplo: Como é que as multidões que estão fora da rede veem os cientistas e pesquisadores, e de que modo se apropriam e julgam o que está acontecendo? O desafio desse princípio é

acompanhar e estudar o que está entre as malhas das redes. Olhar para o senso comum e não só para os conhecimentos acumulados pelas ciências e disciplinas tradicionais.

O quarto princípio se coaduna com a **quinta regra** metodológica. Latour⁵ alerta para o divórcio entre contexto e conteúdo que leva cientistas a se colocarem do lado de dentro, nos laboratórios e ignorarem as influências do mundo lá fora.

Com relação àquilo de que é feita a tecnociência, devemos permanecer tão indecisos quanto os vários atores que seguimos; sempre que se constrói um divisor entre interior e exterior, devemos estudar os dois lados simultaneamente e fazer uma lista (não importa se longa e heterogênea) daqueles que realmente trabalham⁵. (p.421)

Quinto princípio:

A acusação de irracionalidade é sempre feita por alguém que está construindo uma rede em relação à outra pessoa que atravessa seu caminho, portanto, não há grande divisor entre mentes, mas apenas redes maiores ou menores; os fatos duros não são regra, mas exceção vista serem necessários apenas nos poucos casos em que é preciso afastar um grande número de pessoas de seu caminho habitual⁵. (p.343)

Sexto e último princípio: “*A história da tecnociência é, em grande parte, a história de todas as pequenas invenções feitas ao longo das redes para acelerar a mobilidade dos traçados ou para aumentar a fidedignidade, a combinação e a coesão deles, de tal modo que a ação à distância se torne possível*”⁵ (p.415).

Latour⁵ reforça a tese de que não se pode limitar o estudo da ciência à escrita do Livro da Natureza. Há que se estudar o Grande Livro da Cultura e a ação exercida sobre a vida cotidiana. O sexto princípio se coaduna com a **terceira e quartas regras metodológicas**, consideradas simétricas:

Regra 3: Como a solução de uma controvérsia é a causa da representação da Natureza, e não sua consequência, nunca podemos utilizar essa consequência, a Natureza, para explicar como e por que uma controvérsia foi resolvida⁵. (p 164)

Regra 4: Como a resolução de uma controvérsia é a causa da estabilidade da sociedade, não podemos usar a sociedade para explicar como e por que uma

controvérsia foi dirimida. Devemos considerar simetricamente os esforços para alistar recursos humanos e não humanos⁵. (p.232)

A **sexta regra** metodológica aponta para o mapeamento das associações heterogêneas: boas ou más, certas ou erradas, racionais ou irracionais. Não há caminhos certos ou errados. O que importa são os elementos envolvidos na ação, os caminhos percorridos e a extensão da rede construída.

Diante da acusação de irracionalidade, não olhamos para que regra da lógica foi infringida nem que estrutura social poderia explicar a distorção, mas sim para o ângulo e a direção do deslocamento do observador, bem como para a extensão da rede que assim está sendo construída⁵. (p.303)

Na **sétima regra metodológica**, Latour⁵ reforça e enfatiza a teoria das associações. A capacidade de se fazer ciência depende da habilidade do pesquisador em propagar redes e viajar dentro delas sem interrompê-las, estabelecendo o máximo possível de associações entre os elementos heterogêneos:

Antes de atribuir qualquer qualidade especial à mente ou ao método das pessoas, examinemos os muitos modos como as inscrições são coligidas, combinadas, interligadas e desenvolvidas. Só se alguma coisa ficar sem explicação depois do estudo da rede é que deveremos começar a falar em fatores cognitivos⁵. (p.422)

O quadro 1 abaixo foi construído por mim em uma tentativa de sintetizar o exposto até o momento:

Princípios	Regras metodológicas
1. Os fatos são instáveis por serem construídos de forma coletiva, passando de mão em mão.	1. Estudar a ciência em construção, chegando antes ou abrindo as caixas-pretas.
2. Objetos novos emergem de articulações inéditas (novos aliados, novas disciplinas, novas teorias).	2. Procurar as transformações ocorridas nos fatos, ao passarem de mão em mão.
3. Sempre somos postos diante de uma gama de associações mais fortes ou mais fracas.	3. Abandonar a suficiência da Natureza para explicar os fatos, naturalizando-os.
4. Não há conteúdo científico que não vaze pelas bordas das redes. Quanto mais vaza, mais se expande.	4. Abandonar a suficiência da Sociedade para explicar os fatos, tornando-os científicos.
5. Os fatos duros e cristalizados das caixas-pretas podem se dissolver a partir de ações que não reforcem as divisões entre especialistas e senso comum.	5. Acompanhar todos os elementos da rede da mesma forma, sem hierarquizá-los.
6. Os recursos espalhados pelas redes, ou seja, aquilo que vaza pelas bordas, é que permite acelerar a mobilidade social.	6. Diante de uma controvérsia, olhar para a extensão da rede que está sendo construída, sem pressa.
	7. O conhecimento acumulado e as teorias, não podem sobreviver fora das redes. Quanto mais vascularizada a rede, maior sua chance de sustentação.

Quadro1: Adaptação dos Princípios e Regras Metodológicas segundo Bruno Latour em *Ciência e Ação*⁵.

Em coerência com os princípios e autores apresentados até o momento, entendo que o processo de pensar a ciência não se deu e não se dá de forma linear ou sob uma causalidade única. As ambiguidades e complexidades do mundo não comportam a ideia de previsibilidade e controle das ciências positivistas. Talvez esses princípios expliquem o desenvolvimento da ANT a partir das **incertezas**. Incertezas sobre os grupos, sobre as ações, sobre as coisas, sobre os fatos e sobre o modo de conhecer e escrever sobre o social. Incertezas que irei detalhar a seguir³.

A **primeira** fonte de incerteza é quanto à natureza dos grupos. Latour³ orienta o pesquisador a não determinar a priori um ou mais tipos de agrupamentos sob o risco de restringir o alcance da investigação. O ponto de partida deve ser olhar para as controvérsias em torno dos agrupamentos pré-definidos. A definição de grupo para o autor é algo vazio, pois pode englobar um indivíduo, uma organização, plantas e animais, ou outros quaisquer elementos heterogêneos agrupados. O importante é seguir as conexões feitas pelos atores e deixar que eles falem pela existência do grupo.

As formações de grupo deixam muito mais rastros enquanto estão se estabelecendo do que quando se tornam instituições estáveis, imutáveis. *“Os grupos não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele”*³ (p.55).

Quando eu digo que vou estudar as redes intersetoriais devo ficar atenta a todos os elementos presentes ou ausentes do campo de observação, uma vez que “fazem parte” desta rede elementos externos constituintes das ideias evocadas pelos participantes.

Dois conceitos importantes na ANT são o de mediador e intermediário, designando o grau de importância de um determinado ator durante uma ação. Enquanto os mediadores teriam a capacidade de gerar transformações na rede, os intermediários, apenas transportam coisas sem modificar a estrutura da rede.

Um computador em perfeito funcionamento é ótimo exemplo de um intermediário complicado, enquanto uma conversa banal pode se transformar numa cadeia terrivelmente complexa de mediadores onde paixões, opiniões e atitudes se bifurcam a cada instante³. (p. 65)

Entendo que nesse exemplo, o autor reforça o quanto uma “conversa banal” pode se transformar em um verdadeiro mediador, a partir da complexidade de elementos que ela pode agrupar. Por outro lado, um instrumento da contemporaneidade como é o caso de um computador, apesar de toda sua complexidade, pode não ter condições de estabelecer conexões significativas.

A **segunda** fonte de incerteza é atribuída à **natureza heterogênea dos elementos** que compõe uma ação. Quando uma ação é desencadeada, quem participa da mesma? Quais as forças que agem quando alguém age? A ação é assumida por elementos desconhecidos a priori. Elementos que se tornam um ator-rede quando ele não age só, e sim, em função de uma rede de conexões que o compõe. *“Qualquer entrevista, narrativa ou comentário por trivial que pareça, enriquecerá o analista com um conjunto assombroso de entidades para explicar o curso de uma ação”*³ (p.77).

A atenção à heterogeneidade de elementos presentes no contexto das reuniões de rede é fundamental na constituição deste estudo, requerendo uma pluralidade de ferramentas e técnicas capazes de captar toda a extensão da rede que vai sendo construída. Extensão que passa por participar das reuniões, registrá-las no caderno de campo ou por gravações, fazer entrevistas individuais, buscar documentos e textos evocados pelos atores, registrar os

telefonemas, as conversas informais que antecedem às reuniões ou após elas etc. Tudo que possa se caracterizar por **dispositivos de inscrição**. Termo que para Latour significa tudo aquilo que possibilite que o fenômeno seja reconhecido, mensurado e objetivado.

Quanto ao registro das vozes dos atores, Latour³ pede para que estejamos atentos à *infralinguagem* ouvindo o que os atores querem dizer, ao invés da *metalinguagem*, carregada de jargões dos pesquisadores. Nesse sentido, descrever as falas e os movimentos ao invés de explicá-los. Nas palavras do autor,

[...] se os atores já reunidos não têm energia suficiente para agir, então eles não são “atores”, e sim meros intermediários, tolos ou marionetes. Eles não fazem nada, então não deveriam estar na descrição. Eu nunca vi uma boa descrição que precisasse de uma explicação³. (p.213)

A **terceira** fonte de incerteza nos diz sobre a **heterogeneidade de elementos** que participam do curso de uma ação. Elementos humanos e não humanos. Os objetos trazidos, as relações de poder evidenciadas, as memórias, os documentos etc. Tudo que os atores trazem para o campo do estudo seja através de suas falas, de seus gestos, de sua representação setorial, ou ainda, das motivações, das expectativas, das certezas, das incertezas etc.

A **quarta** fonte de incerteza trata do conceito de tradução que deu origem à ANT, propriamente. Trata da **transformação** que os atores fazem com o que os outros os levam a fazer. Sempre que há uma nova ação/conexão, há um deslocamento de espaço, um desvio de rotas e interesses que modifica um estado de coisas, e permite novas conexões e associações. Nesse movimento infinito, coisas são mantidas ou incorporadas às já existentes, modificando os atores e o social. “*O destino daquilo que dizemos e fazemos está nas mãos de quem os usar depois*”⁵ (p.52). Meu desafio foi seguir o fluxo e captar as associações estabelecidas entre os atores. Descrever, escrever, descrever, escrever³ (p. 216).

A **quinta** e última fonte de incerteza trata da elaboração do relato de um estudo ANT. Para Latour⁵, a melhor forma de se fazer um relato textual seria tecer uma rede narrando as ações de todos os atores presentes na cena, incluindo as motivações do pesquisador, o primeiro telefonema, a entrada em campo, a primeira entrevista, os relatos do diário de campo etc. O autor chega a propor a utilização de diversos cadernos: um para o diário da pesquisa; outro para destacar as categorias emergentes que vão ser transformadas em arquivos e subarquivos; um para o registro de coisas que brotem espontaneamente da mente

do pesquisador, e ainda um para registrar as reações dos participantes do estudo quando se apresentarem os resultados. Tudo feito detalhada e infinitamente, se assemelhando ao papel do etnógrafo na cartografia. “*A liberdade de movimento se torna crucial mesmo que force o viajante a ir mais devagar*”³ (p. 82).

Verão que não fiz meu relato da forma sugerida pelo autor, escolhendo uma forma que se aproximasse ao sugerido e fizesse mais sentido para relatar os resultados do estudo. Escolha e tarefa que não foram fáceis de fazer, mas espero ter feito jus à ANT.

Ao seguir as controvérsias e descrever as incertezas, não o fazer rapidamente e nem ter a pretensão de se chegar a uma conclusão. Acompanhando o emaranhado da rede por mais tempo se pode perceber como os elementos se interligam, como se articulam em redes mais ou menos extensas ou ligações mais ou menos fortes. Estar atento aos movimentos de distração dos atores, desvios para outras rotas, outros assuntos que podem levar a novas descobertas e à ampliação da rede de conexão.

Lembrar que as **controvérsias**, dissensos e conflitos se constituem nos fenômenos mais importantes a serem observados na ANT, uma vez que permitem que o que ainda não foi estabelecido possa ser transformado. A partir delas os atores e as conexões ficam expostos e revelam a extensão e a heterogeneidade das redes que cada ator articula para resolver discordâncias. Os argumentos utilizados pelos atores são expressão de um jogo de poder, interesse e força que vai se estabelecendo e permite que os conteúdos das caixas-pretas sejam transformados⁵.

Concluindo e me preparando para delinear o percurso metodológico do estudo, Latour⁵ propõe quatro movimentos: 1) Buscar uma **porta de entrada**: encontrar uma forma de entrar em contato com o objeto de pesquisa e estar com os atores; 2) Identificar os **portavozes** incluindo os que falam a favor do tema e os que discordam; 3) Acessar os **dispositivos de inscrição**, ou seja, tudo aquilo que possibilite que o fenômeno seja reconhecido, mensurado, objetivado, transportado para outras pessoas ou instituições: o diário de campo, a gravação das redes e das entrevistas, as fotos, os textos, os projetos, as planilhas; 4) **Mapear as associações** entre os atores: **descrever** as múltiplas relações e traduções produzidas por eles e como se articulam e influenciam os movimentos subsequentes.

Sem a pretensão de delimitar os procedimentos da pesquisa, as regras metodológicas sugeridas se apresentam como um caminho inicial para o pesquisador diante de um mundo emaranhado no tempo e no espaço. “*Um tempo onde coexistem várias camadas e onde nós*

nunca avançamos nem recuamos. Sempre selecionamos ativamente elementos pertencentes a tempos diferentes. É a seleção que faz o tempo e não o tempo que faz a seleção”⁴⁵ (p. 75). E nessa seleção, cada pesquisador vai tecendo sua rede com os instrumentos que considera mais adequado a cada passo, trazendo as contribuições naquele momento, naquele contexto, sem a pretensão de torná-las verdades absolutas. Elas são expressão das circunstâncias e das possibilidades.

3.3 Percurso metodológico

Considerando que o estudo das redes intersetoriais não é algo que eu possa fazer como um fenômeno externo e objetivo, minha proposta metodológica foi vivenciá-lo em seu processo de construção e nesta vivência me deixar levar pelas associações dos atores. Considero ainda que não fui apenas pesquisadora e observadora desse fenômeno. Fui também agente/ator-rede, assim como inúmeros outros elementos humanos e não humanos presentes no campo. Não estive em nenhuma posição de privilégio frente aos outros elementos. Fui mais um nó na rede, interferindo e sofrendo interferências. Fabricando fatos e descrevendo os fluxos de associações e as novas conexões.

Na ANT, o campo do estudo deve ser entendido de uma forma ampliada não se restringindo às reuniões de rede ou às entrevistas individuais. Campo que se inscreve desde o local onde foram feitos os primeiros contatos telefônicos, meu deslocamento para os encontros, para as entrevistas, todos os cenários onde os mesmos ocorreram, seja nos espaços institucionais (OSC, centro de saúde, escola, salão da igreja, CRAS) ou nas casas dos entrevistados. Espaços que possuem uma história, lembranças, móveis, objetos. Mais ou menos arejados, mais ou menos amplos, mais ou menos acolhedores. Tudo influenciando no que lá se desenrola.

Nesse caminhar conheci novos lugares, novos sujeitos. Interagimos e nos entrelaçamos de alguma forma. Para alguns, uma nova amizade, para outros apenas uma pesquisadora que chega e logo se vai. Interações que surgiram para além da relação pesquisadora-participantes. Em cada encontro, busquei apreender as regras valorizadas pelo grupo que pudessem facilitar minha convivência. Para Denzin⁵², o outro só pode ser compreendido como parte dessa relação que estabelece comigo. Cabe ao pesquisador social a habilidade de perceber e contextualizar o mundo de sua própria experiência, bem como nos

contextos em que não tenha uma experiência direta, onde haja valores e papéis diferentes dos que ele conhece.

O fato de ser profissional de saúde da mesma instituição onde a pesquisa foi realizada (Prefeitura Municipal de Campinas), me aproxima dos participantes trabalhadores e gestores. No entanto, foi um desafio exercitar a capacidade de me desligar de alguns valores cristalizados e estar aberta ao novo, ao imprevisto, ao inusitado.

E o que não dizer dos diversos espaços geográficos e dos deslocamentos por ruas nunca trafegadas, e toda a ansiedade frente a esse descobrimento, que esteve comigo em vários momentos. Preconcepções que fui fazendo sobre como seria aquele grupo, aquela igreja, aquele salão? Teria onde estacionar? Será que vai chover?

A atenção constante sobre como e o que ocorre no contexto empírico, afeta o pesquisador e sua obra o que, por sua vez, afeta o campo e a vida social e recebe o nome de “reflexividade”. [...] não é possível isolar o conhecimento produzido da pessoa que o produziu. A prática de reflexividade é permanente⁵³. (p.1104)

A reflexividade da qual Minayo⁵³ nos fala, diz respeito aos aspectos éticos do pesquisador, ao seu caráter humanístico e inter-relacional, seu envolvimento com o campo, com a análise do material e com o registro produzido. Fala do respeito com os participantes do estudo, da entrada e saída do campo, do contexto das intimidades partilhadas nas entrevistas, da veracidade nas descrições e nas análises e o olhar atento para tudo que nos conecta com os participantes do estudo mais do que para o que nos afasta.

No campo da Saúde Coletiva, que é essencialmente interdisciplinar, a pesquisa que ouve os diferentes atores é fundamental, pois incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, as relações, e as estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas⁵³. (p.1105)

Ciente de que os resultados das pesquisas não trazem somente benefícios, mas pode haver algum constrangimento em expor uma ideia ou um ponto de vista publicamente, houve uma preocupação com o sigilo. Assim, cuidei para que os sujeitos, as redes e os locais dos encontros não fossem identificados.

O passo a passo sobre a escolha dos campos, das redes e dos sujeitos entrevistados e todo o contexto que favoreceu ou dificultou essas escolhas, será detalhado no momento de apresentação dos resultados, mais adiante.

Para Latour³, a apreensão dos fatos em uma pesquisa não é fixa e a proposta metodológica apresenta apenas uma direção inicial. Vários e diferentes procedimentos podem dar suporte no desenrolar da pesquisa.

Se o social é algo que circula de certa maneira e não um mundo do além a ser descoberto pelo olhar desinteressado de um cientista ultra lúcido, então cumpre transmiti-lo por meio de uma série de recursos adaptados à tarefa³.
(p.186)

O pesquisador é refém de seu tempo, de sua história e de seus interesses, havendo várias formas de descrever um mesmo fenômeno, dependendo do ponto em que nos localizamos que elementos privilegiam e escolhem seguir. Não há certo ou errado, ou o melhor ou pior caminho. É uma escolha particular de cada pesquisador. E para contar sobre a multiplicidade de histórias em que me entrelacei, elegi uma multiplicidade de estratégias, que apresentarei a seguir.

Definindo as técnicas

Por se tratar de um estudo qualitativo e seguindo os princípios da ANT, o foco foi sobre os processos de interação entre os elementos humanos e não humanos. Busquei conhecer as opiniões dos sujeitos e desvelar consensos e controvérsias sobre o tema estudado. Para tal, elegi alguns procedimentos como base: 1) a técnica de observação participante, 2) a entrevista semiestruturada, 3) a análise documental sobre as referências e os temas evocados pelos sujeitos, e 4) o diário de campo⁵⁴. Trarei algumas considerações sobre cada um deles.

a) Observação participante

Poderia dizer que o ato de observar os fenômenos deste estudo não se deu apenas durante as reuniões das redes intersetoriais escolhidas como objeto. Ela permeou todo o

período de exploração do campo da pesquisa. Campo entendido da forma mais ampla, como já descrito anteriormente, considerando os primeiros contatos, as reuniões de redes, as entrevistas e os intervalos entre cada coisa.

Concomitantemente, os princípios da observação participante enquanto uma técnica metodológica é entendida como um processo em que o pesquisador está inserido no grupo observado e participa da vida deles como parte do contexto, modificando-o e sendo modificado por ele. Tem raízes na etnografia tradicional e foi usada pela primeira vez na década de 1920 pelo antropólogo Malinowski (1884-1942).

Combina a análise de documentos, as entrevistas com os participantes, as conversas informais, assim como o registro de todas as observações, intuições e análises feitas no diário de campo⁵⁴.

Embora Latour³ sugira cadernos diferentes para tipos diferentes de registro, utilizei apenas um. Após o início das anotações, fui fazendo as primeiras inferências sobre os resultados da pesquisa. O diário funcionando como um verdadeiro ator-rede que permitiu e potencializou a mesma. Para Spink et al⁵⁵, *o diário consegue fundir as palavras e as coisas, à medida que as acolhe em suas páginas. E cada vez que tais páginas são abertas, abrem-se fluxos de possibilidades de comentários* (p.278).

Lembro-me do cuidado e do carinho ao escolher o caderno que iria comprar para carregar comigo durante toda a pesquisa. Preocupei com sua cor, seu tamanho, a praticidade para fazer os registros e como iria organizá-los no decorrer da caminhada. Resolvi fazê-lo de forma cronológica. Registros que se constituíram por um conjunto de fragmentos, feitos com lápis e borracha (que é como gosto de escrever), para posterior análise.

Registrei como eu me preparava para cada encontro, os apontamentos de cada reunião, os contatos telefônicos e minhas primeiras impressões ao falar com novos sujeitos. Como eu me sentia indo para cada encontro, como eu saía dos mesmos. Que atores identificava como importantes para uma entrevista posterior, telefones de contato, possíveis locais para esse encontro. Frases mais ditas nas reuniões, jargões mais utilizados. Quem falava mais, quem se calava. Quem trazia os quitutes e em que hora eram oferecidos. Como era o espaço físico, como estava o clima. As conversas iniciais e finais de cada encontro. E tudo o que fui capaz de perceber e registrar, atenta aos objetivos da pesquisa, ao fluxo das associações dos atores e aos fios soltos a espera de novas conexões. Por mais que tivesse me

esforçado, a cada vez que reli as anotações e rememorei uma situação, novas associações foram percebidas.

Embora a ANT não fale em observação participante, traz a ideia de um observador/farejador que assim como a formiga, está atenta e fareja o máximo de fatos possíveis presentes no campo.

Spink et al⁵⁵ faz referência às observações no cotidiano (e não do cotidiano). Algo que me pareceu apropriado para expressar minha observação nos demais espaços de convivência, para além das reuniões das redes intersetoriais. São caracterizados pelas conversas espontâneas, os encontros ao acaso nas salas de espera, nos banheiros, na hora do café. Momentos em que os ouvidos devem estar atentos aos discursos sobre o tema investigado e às possíveis linhas de fuga que levem para outros caminhos ainda não explorados.

Malinowski chama de os “imponderáveis da vida real” e comenta sobre o que deve ser observado nos contextos da pesquisa social:

a) o conjunto das regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social, b) a forma como essas regras são obedecidas ou transgredidas, c) os sentimentos de amizade, de antipatia ou simpatia que permeiam os membros, d) o aspecto legal e o aspecto íntimo das relações sociais, e) as tradições, os costumes e o tom e a importância que lhe são atribuídos, f) as ideias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados ou evidenciados em gestos e atitudes por meio de suas categorias de pensamento⁵⁴. (p.276)

Outros autores ilustram e dão sustento à técnica da observação participante. Gooffman⁵⁶ em *A representação do Eu na Vida Cotidiana*, adverte que, pesquisador e pesquisados são atores de teatro representando papéis. Ora em cena, ora nos bastidores. E corriqueiramente nos deparamos com “os segredos dos bastidores” sobre os “aspectos íntimos das relações sociais”.

Oliveira⁵⁷ chama a atenção para três etapas de apreensão dos fenômenos sociais durante uma observação participante: o olhar, o ouvir e o escrever:

Enquanto no olhar e no ouvir [...] se realiza a nossa “percepção”, será no escrever que o nosso “pensamento” se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social. (p.15)

Tanto no olhar como no ouvir devemos estar atentos aos valores e pressupostos que levamos para o campo e que podem distorcer o que vemos ou selecionar o que ouvimos. Esses pressupostos valem igualmente para o momento das entrevistas, descrito abaixo.

b) Entrevista semiestruturada

As entrevistas foram realizadas com os sujeitos selecionados durante as reuniões de rede, seguindo os rastros e as associações que surgiram. Mais adiante detalharei como cada escolha foi sendo delineada. Para a **entrevista** construí um roteiro de questões a fim de facilitar e aprofundar a comunicação com os entrevistados. Embora tenha utilizado de uma série de questões pertinentes aos objetivos do estudo e estive atenta para explorar as observações registradas no diário de campo sobre os encontros das redes. Entendo aqui que, ao longo das entrevistas fui incorporando questões no intuito de seguir os rastros do que havia sido dito ou observado nas reuniões de rede, ampliando as conexões e evidenciando o surgimento de novos temas correlacionados ou não às redes intersetoriais. A íntegra do roteiro inicial está como Apêndice 1.

Ainda que tenha tentado me posicionar da forma mais neutra possível, no ato de ouvir o outro, o pesquisador exerce um poder sobre o mesmo. Essa relação pesquisador/informante cria um campo de interação ilusório e não uma relação efetivamente dialógica. O desafio é transformar esse informante em interlocutor e estar atenta não apenas ao que é dito, mas aos documentos evocados, às referências teóricas, às motivações e às associações feitas para explicitar as ideias sobre algo⁵⁷.

Foram entrevistados 08 sujeitos. Quatro conhecidos e que faziam parte de minha rede de contatos profissionais no cotidiano, e quatro sujeitos que conheci durante o campo da pesquisa. Nem todos participaram das reuniões das redes. Entendi que em alguns casos foi importante seguir o fluxo das associações que fui fazendo e buscar sujeitos que de alguma forma se relacionaram com o que estava sendo descrito nas redes. Assim, dois sujeitos entrevistados não participaram das reuniões durante o período do estudo, embora costumem frequentar as redes ocasionalmente. Conforme forem aparecendo no texto, vou identificá-los pela letra E, seguida do número 1 a 8.

Irão perceber que embora a numeração para identificá-los siga uma ordem cronológica, pode ser que E4, por exemplo, apareça antes de E1, em função das análises que fui fazendo para explicar as descrições.

O convite para participar se deu ao final de cada reunião ou através de contato telefônico posterior. Todas as entrevistas foram agendadas e realizadas em locais combinados. A data e o momento de cada entrevista podem ser acessados no Quadro 3: Caminhar cronológico do estudo (ao final dos Resultados).

Embora eu tenha buscado um espaço físico preservado de ruídos e interrupções nem sempre isso foi possível. Em quase todas posso dizer que houve interferências de pessoas entrando na sala, telefone tocando, ruídos externos. Fatos que de certa forma podem ter mudado o foco das conversas e a atenção do entrevistado.

Tinha a intenção de realizá-las nos locais das reuniões, porém, nem sempre estes espaços ficavam disponíveis fora do horário delas. Assim, cada uma foi realizada em um local diferente. Uma ocorreu na casa do entrevistado, em meio às fotos de família e o cheiro do feijão cozinhando na panela de pressão. Em outra, dei carona para a entrevistada que havia saído de uma reunião e fomos juntas, em meio ao trânsito e outras amenidades, até o local da entrevista. Uma terceira aconteceu em um espaço institucional, no qual o entrevistado, um morador, teceu inúmeras críticas aos trabalhadores de lá. Momentos em que se utilizou de mímicas e de um tom mais baixo para não ser ouvido. Em outra, a entrevistada não permitiu a gravação e eu tive que me desdobrar para anotar rapidamente o que ela dizia e ainda, manter um contato visual. Outra ocorreu em uma escola onde fomos interrompidos várias vezes pelo sinal de recreio, pelos telefonemas de mães, pelas crianças que entravam sem querer na sala. Mais uma, que ocorreu em meio à rotina de um centro de saúde e as inúmeras demandas que a entrevistada tinha para resolver naquele dia.

Todas essas particularidades que poderiam passar despercebidas nas pesquisas tradicionais, compõe o campo de observação na ANT. Assim, como todas as materialidades presentes no espaço (mesa, sofá, cadeira, ventilador, porta). Quando havia uma mesa entre nós percebi que me senti mais à vontade do que quando estávamos no sofá da sala de visita. Quando a porta pode ficar fechada, ficamos mais focados na condução da entrevista. Quando eu não conhecia o lugar e os caminhos para chegar até lá, minha ansiedade foi maior. Quando o entrevistado já era conhecido por mim, fiquei certamente mais à vontade. Fatores que

contribuíram para criar um clima ora mais amistoso ora mais formal. Todos esses aspectos serão detalhados durante a descrição das redes.

Para tornar o ambiente da entrevista mais adequado e menos constrangedor, tomei o cuidado de novamente me apresentar, assim como falar sobre os objetivos da pesquisa e os motivos pelos quais o sujeito foi selecionado. Apresentei o TCLE para ser lido e assinado. Solicitei permissão para a gravação com um *i-phone* e posterior transcrição. E garanti o anonimato dos relatos. Apenas um participante não permitiu a gravação, preferindo que eu fizesse as anotações no diário de campo, conforme detalharei no momento oportuno. Denzin⁵², aborda essa questão do uso do TCLE alertando que apesar de ele servir para proteção dos entrevistados, ele pode em alguns momentos se revelar como um abismo entre as necessidades das pesquisas e as implicações da confiança e desconfiança para com os sujeitos.

Cumpridas as exigências acadêmicas junto ao Comitê de ética em pesquisa da UNICAMP sob o parecer nº 2.986.776 em 29/10/2018, apresentando a seguir os resultados deste estudo.

Capítulo 3 - Resultados: Descrevendo os fenômenos

Desdobrar significa simplesmente que, no relato conclusivo da pesquisa, o número de atores precisa ser aumentado; o leque de agências que levam os atores a agir, expandido; a quantidade de objetos empenhados em estabilizar grupos e agências, multiplicados; e as controvérsias em torno de questões de interesse, mapeadas³. (p.201)

Na citação acima Latour³ sugere como apresentar os resultados de uma pesquisa. Durante o processo de escrita, consultei outras teses, conversei com a orientadora, revisei inúmeras vezes os textos sobre a ANT e fui construindo minha forma de apresentação. Avaliei que, por mais que me esforçasse para trazer todas as percepções e registros feitos durante o trabalho de campo, nos deslocamentos até as redes, nas reuniões, nas entrevistas, nos telefonemas, nos momentos de reflexão, estaria selecionando o possível para esse momento. Certa de que procurei seguir os rastros que fizeram sentido, trago-os agora.

O processo de coleta de dados nunca pode ser descrito em sua totalidade. Porque essas “histórias do campo” são, por si só, parte de um processo social em andamento, que em sua experiência dia a dia, minuto a minuto, desafia a recapitulação⁵². (p. 50)

Inspirada nos princípios latourianos, acredito que alguns fatos devem ter vazado e outros seguido por trilhas que não consegui acompanhar. Sei que fui levada a fazer coisas por intermédio de outras agências sobre as quais não tive controle. Fios soltos a espera de novas conexões infinitas e espalhadas por aí, para além dos limites textuais.

Observei que a cada nova leitura do diário de campo e das entrevistas, novas associações foram surgindo e esse processo não teve fim. Delimitei o que apresento agora e a forma de fazê-lo. Tive como inspiração a escrita etnográfica e espero ter feito jus a essa forma de escrever. Nesta escrita, o diário de campo se configura como um elemento importante por conter versões escritas intermediárias, que vão sendo aprimoradas, incorporando os objetivos da pesquisa e o referencial teórico metodológico da ANT. Segundo Goldman⁵⁸, nesse processo de redação do texto o pensamento caminha e permite concluir associações ou explorar reflexões, a partir das inferências anotadas no diário de campo. E por ser um ato cognitivo pode ser reescrito repetidamente para aperfeiçoar e aprofundar a análise.

Escolhi escrever na primeira pessoa do singular. Foi como melhor me senti para dar curso ao meu pensamento. Descrever, escrever, descrever, escrever³, entendendo o ato de escrever como a análise sobre os fatos observados e o fluxo das associações estabelecidas entre os atores. Irão perceber que durante o relato das reuniões de rede, fiz conexões com as entrevistas individuais estabelecendo novos fluxos de associações.

Para identificar os sujeitos do estudo em suas falas literais, fiz uma distinção quando a fala aconteceu durante as reuniões das redes e quando surgiu das entrevistas individuais. Assim, respectivamente, identifiquei-os como *participante da reunião* e usei a letra *E* seguido de numeral indicando a ordem cronológica das entrevistas individuais (1 a 8).

Os primeiros contatos que antecederam a entrada nas reuniões das redes

Minha familiaridade com as redes intersetoriais se deu pela participação como profissional da saúde nas reuniões que ocorriam em meu território de trabalho, durante o campo. Hoje, já não trabalho no mesmo local. Observando que geralmente essas redes são

conduzidas e coordenadas pela Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar busquei uma das gestoras, por acaso colega de longa data, para saber como essa prática foi construída e como acessar essas reuniões nos demais territórios. Não posso negar o quanto me favoreceu conhecer e manter boas relações com alguns trabalhadores-chave. Por outro lado, “entrar pela porta” da gestão e não por uma indicação de trabalhadores ou moradores, trouxe estes resultados que apresento agora.

O encontro com a gestora foi combinado pelo Whats App e ocorreu no paço municipal, na própria Secretaria de Assistência. Para essa conversa levei um roteiro de questões, preocupada em saber sobre o surgimento das redes, qual o contexto político na época, em quais regiões do município estão situadas, quem seria o responsável por articulá-las, quais as potências e as fragilidades delas, quais as pautas mais frequentes, qual a interrelação com as outras secretarias das políticas públicas, se fazem algum monitoramento em nível central, etc. Questões que serviram para me aquecer em relação aos objetivos do estudo e preparar a entrada em campo.

A conversa ocorreu em uma sala reservada onde a gestora realizava seu trabalho cotidiano. Deparei-me com uma mesa repleta de despachos e vi que o projeto protocolado por mim estava sobre ela. Imaginei que nosso encontro competiu com as pautas da semana. Fiquei agradecida quando soube da importância do tema para eles e do valor que estavam dando à pesquisa.

Considerarei o “projeto de pesquisa”, como um dispositivo de inscrição, um elemento não humano, um ator-rede que possui agência e pôde desencadear associações antes mesmo de nosso encontro. Coloquei-me à disposição para as dúvidas e percebi que era a primeira vez que apresentava verbalmente a pesquisa para um participante. Fiquei atenta às palavras utilizadas e como elas poderiam ser interpretadas. Será que me faria entender? Será que utilizaria os mesmos termos quando estivesse nas reuniões de rede ou nas entrevistas? Essas reflexões contribuíram para me aquecer para o campo.

- *Como tudo começou?* Indaguei à mesma.

Fui informada que as redes foram formalmente instituídas em 2016 quando houve o aumento no número de CRAS e a descentralização para os territórios. Embora eu já tivesse participado de outras redes intersetoriais em anos anteriores a 2016, e não necessariamente sob a ordenação dos CRAS, fiquei sem entender o que aconteceu para que os CRAS passassem a ter uma forte influência para a reorganização dessas redes no território. Segundo

minha informante, foram organizadas por volta de 23 redes intersetoriais nos últimos anos. As consideradas mais “*fortes*” pela continuidade dos encontros, ou pelo número expressivo de participantes ou ainda pela repercussão das ações no território, ocorreriam em duas regiões do município. São redes nomeadas com nomes próprios escolhidos pelo grupo de representantes. São elas: Estrela, Lua, Sol, Nascente, Abraço. Quanto às demais, entendendo-as como mais “*fracas*” ou “*menos fortes*”, coincidentemente ou não, levariam apenas os nomes dos bairros pertencentes (Bandeiras, Nilópolis, Nova Europa), ou ainda nomes dos centros de saúde próximos (Costa e Silva, São Quirino, Aeroporto, DIC). Fiquei imaginando que aspectos influenciaram para a definição desses nomes e o quanto eles revelam sobre cada rede? No entanto, por questão de sigilo do estudo, não revelarei os nomes das redes estudadas.

Perguntei se havia alguma lista com o endereço das mesmas e as datas das reuniões para facilitar minha entrada em campo e ela me enviou por e-mail cinco planilhas de Excel. Elas correspondiam às cinco regiões distritais do município (Norte, Sul, Sudoeste, Noroeste e Leste), com os devidos equipamentos da Educação (escolas), Assistência (CRAS, CREAS e OSC) e Saúde (CS e UPA), além das 23 divisões correspondendo às 23 redes intersetoriais. Essas planilhas haviam sido construídas pela Secretaria de Saúde e de Assistência Social, como subsídio para um projeto intersetorial na área da criança, ocorrido em 2018. No entanto, não me deram clareza sobre as reuniões das redes intersetoriais, as datas e horários dos encontros. Precisei pensar em outra estratégia para tal.

Resolvi fazer um quadro (Apêndice 2- Mapa das Redes) contendo os CRAS de cada região, o nome e número de telefone (disponibilizado no sítio eletrônico institucional da Prefeitura de Campinas¹) para um contato posterior. Fiquei surpresa com a quantidade de informações no sítio eletrônico sobre uma série de serviços públicos, com a descrição da finalidade, o responsável, horário de funcionamento, o endereço físico, eletrônico, rotas de ônibus etc. Informações de grande utilidade. Seriam acessadas pela comunidade, pelos trabalhadores?

Meu conhecimento prévio sobre as redes intersetoriais trouxe a informação de que elas aconteciam em dois formatos: redes para discussão de casos clínicos e redes para discussão de situações do território (problemas de infraestrutura e sociais). Para este estudo, me concentrei no segundo formato e fui a busca das informações que precisava para identificá-las nos territórios. A escolha por não estudar as redes para discussão de casos se

¹ <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/assistencia-social-seguranca-alimentar/>, mais especificamente em <http://mapaservicos.campinas.sp.gov.br/>

deu em função do caráter sigiloso das informações que lá circulam, por considerar que as temáticas e os participantes dessas redes são mais fixos e não contam com moradores. Queria seguir outros rastros, identificar novos elementos, novas associações pertinentes aos objetivos do estudo.

Fiz contato telefônico aleatório com a coordenação dos CRAS para saber detalhes sobre as redes e fazer minha escolha pela entrada em campo. Acredito que o fato de me apresentar como funcionária pública da saúde e revelar os longos 20 anos de dedicação ao serviço público, facilitou minha acolhida nos telefonemas. Das 23 redes informadas inicialmente, observei que apenas 15 redes estavam em funcionamento. Acabei falando com cinco representantes de redes. Destas cinco, escolhi uma para começar priorizando os dias e horários das reuniões que pudessem ser compatibilizadas com meu horário de trabalho profissional.

A rede escolhida, que chamarei de Rede 1, fazia parte do território onde atuava como profissional de saúde no momento da realização do campo da pesquisa. Apesar de conhecer vários participantes, há dois anos eu não frequentava as reuniões por incompatibilidade de horário. Avaliei que iniciar por uma rede permeada de afeto, amizades e um compromisso profissional cotidiano, poderia me fortalecer para as próximas redes. Partir do conhecimento local e do micro antes de alçar voo para outros caminhos e conexões, me pareceu coerente com as teorias que fundamentam esta pesquisa.

Não defini a próxima rede a ser explorada, mas tinha uma expectativa de caminhar pelas diferentes regiões e diferentes realidades do município. E assim foi. Ao todo, participei de 15 encontros em 03 diferentes redes intersetoriais: na Rede 1 estive em 07 reuniões; na Rede 2 foram 03 reuniões; e na Rede 3, 05 reuniões. O município de Campinas está dividido em cinco distritos sanitários: Norte, Noroeste, Sul, Sudoeste e Leste, cada um com suas características territoriais e populacionais. As 03 Redes pertencem a 03 diferentes distritos. Além das reuniões, realizei 8 entrevistas individuais com sujeitos escolhidos durante as reuniões. Falarei dos critérios adiante.

Após ter participado dos primeiros encontros nas Redes 1 e 2, ficou evidente a importância de acompanhá-las de forma longitudinal ao longo do ano, para melhor compreender a dinâmica das mesmas e cumprir com os objetivos do estudo. Entendi que talvez minha capacidade de organização do tempo para esta pesquisa teria que se limitar a no

máximo 3 diferentes redes. Além disso, não ser vista apenas como um pesquisador pontual que chega, coleta dados e vai embora, me pareceu mais coerente com as propostas do estudo.

Segundo Goldman⁵⁸, *é apenas com o tempo [...] que os etnógrafos podem ser afetados pelas complexas situações com que se deparam*. Se a longitudinalidade favoreceu meu trabalho, entendi que deveria deixar claro o término dessa relação. Uma vez que *há um contato informal de favores e de lealdade que não dá para ser rompido bruscamente [...]: os investigadores trabalham com pessoas logo com relações e com afeto*⁵⁴. (p.285) Assim, combinei minha participação mensal ou bimensal conforme a rede, durante todo o ano de 2019 e informei sobre a apresentação dos resultados da tese prevista para 2021. Com a Pandemia do COVID-19, isso acabou sendo adiado e a previsão passou para 2022.

Foi de fundamental importância o contato telefônico prévio com os gestores de CRAS legitimando minha entrada nas redes. Lembra Minayo⁵⁴ (p.283) que, *a qualidade dos dados recolhidos tem que ver com o impacto da entrada e da apresentação do pesquisador*. Ele é menos olhado pelos atributos da pesquisa e mais por sua personalidade e comportamento. O grupo quer saber se ele “é uma boa pessoa” e não vai “fazer mal ao grupo”, se não vai “trair os segredos do grupo”. E quando eu dizia que já havia feito contato com os gestores, sentia que ficavam mais confiantes em mim.

No início de cada encontro seguia um ritual de me apresentar, esclarecer os objetivos da pesquisa e solicitar permissão para participar durante o ano, e gravar as reuniões por meio de um *i-phone*. Tarefa que consumiu um tempo das reuniões e teve repercussões diferentes conforme irei apresentar adiante.

A seguir farei a descrição de cada uma das 03 redes separadamente, considerando os achados das reuniões, das entrevistas individuais e dos relatos do diário de campo. Estou nomeando-as por Rede 1, Rede 2 e Rede 3.

Antes, porém, gostaria de dizer da dificuldade que tive para escolher a melhor forma de fazer o relato sobre minha vivência nas reuniões de rede, entremeada pelas entrevistas individuais e demais aspectos do campo de estudo. Como fazer um registro que levasse o leitor à imersão na rede capaz de capturar suas nuances, suas características, seus elementos, suas controvérsias? Tive que fazer uma escolha que se aproximasse dos objetivos no estudo, e permitisse explorar o surgimento das redes, os conceitos sobre intersectorialidade, identificar actantes e analisar as práticas produzidas. Percebi que em cada Rede fiz uma organização específica que será delimitada no início de cada uma.

REDE INTERSETORIAL 1

A descrição da Rede 1 foi feita em 3 partes embora não tenha delimitado o texto com subitens. Iniciei pela caracterização a partir dos relatos das entrevistas, segui o rastro das associações nas reuniões e voltei aos relatos das entrevistas para evocar as memórias dessa rede.

A entrada em campo para acompanhar a Rede 1 aconteceu no início de 2019. Lembro-me de ter anotado em meu diário de campo aspectos da vida pessoal que me acompanhavam naquele momento: a saída de meus filhos de casa para estudar e as novas redes que iriam experimentar. O “vazio do ninho” sendo ocupado por minha caminhada rumo as Redes. Destaquei no diário de campo, a feliz e oportuna conexão com um dos professores da pós-graduação. Conexão que levou a produção do artigo já publicado (citado na Apresentação) e que contribuiu para o delineamento do Capítulo 1 - Sobre a polissemia do termo rede. Experiências que permearam os dias que se seguiram na preparação para a entrada em campo. Rede escolhida por estar na região onde atuava como profissional de saúde e onde mantinha relações profissionais e sociais em função das discussões de casos clínicos do meu cotidiano.

Por conta da proximidade com esta Rede 1, acredito não ter sido possível delimitar o papel de pesquisadora e participante como duas coisas distintas. Entendi que nessa Rede, eu já tinha um papel definido: era Terapeuta Ocupacional do Centro de Saúde da região. E avalio que foi assim que o grupo me viu ao longo dos 07 encontros que participei. Isso permitiu tecer considerações sobre as diferenças em ser ou não um elemento novo na rede e as repercussões para o estudo, conforme vou apresentar nos relatos das demais redes estudadas.

Na semana da entrada em campo, quis informar à gestora da Secretaria de Assistência Social, com quem fiz meu primeiro contato, sobre minha escolha. Fui saudada com a seguinte frase: *Acredito muito nas conexões que fazem sentido em nossas vidas, e justamente por terem significado, estão sempre ali, ora plenas, ora mais distantes, mas sempre carregadas de amor.* Fiquei emocionada e motivada ao vê-la utilizar o termo “conexões” pela familiaridade com a ANT.

O contato com a Rede 1 se deu por telefone com o gestor do CRAS do território, contando sobre a pesquisa e pedindo permissão para o estudo no campo. Fui autorizada e acolhida com a frase por Whats App: *Muito bom entender as tramas da intersectorialidade.*

Que alegria ver outro termo familiar que compõe o nome de um dos livros de referência para este estudo: tramas! Embora esse termo seja definido como um conjunto de fios que se entrelaçam, encontrei como sinônimo a ideia de conspiração, complô, conchavo. Fiquei imaginando a qual ideia o gestor estaria se referindo.

Durante as reuniões da Rede 1, observei que ele tinha um bom conhecimento desta e agia como um elemento actante para o funcionamento. Resolvi então entrevistá-lo (E2) e pude concluir que as duas definições de tramas expressam sua ideia sobre a Rede 1: tramas no sentido do entrelaçamento de serviços e trabalhadores em prol de um objetivo comum, e tramas no sentido das controvérsias identificadas nas atuações dos participantes. *Há regiões que de fato propõe ações conjuntas, mas aqui eu percebo que tem uma dificuldade de construir junto, de trazer junto uma pauta ou uma ideia (E2)*. Um primeiro elemento a ser explorado: a não conexão dessa rede.

Na ANT, os termos tramas e conexões são entendidos como sinônimos desde que tragam intencionalidade e sentido para os elementos envolvidos. Desde que transformem e permitam algo novo nessa relação. Não me parecendo ser o que foi expresso por E2 sobre a Rede 1.

Constatei que as reuniões são mensais, com hora e locais definidos, facilitando a presença dos participantes. Tempo e espaço como actantes que potencializam o funcionamento e os fluxos de associações. Os participantes se constituíram por profissionais de OSC, dos Centros de Saúde, do CRAS, da Habitação, da escola e do Conselho Tutelar. Em sua maioria, profissionais técnicos dos serviços. *Hoje, quem participa são os trabalhadores e os gestores (E4)*.

Estive em 07 reuniões da Rede 1 e entrevistei 4 sujeitos assim identificados: E1, E2, E4 e E6. Os motivos que levaram à escolha aparecerão no texto conforme suas falas. A entrevistada E4, é uma gestora da área da Saúde que não frequenta as reuniões de rede, mas chamou minha atenção o fato de que em todas as reuniões, havia participantes representando seu serviço. Além disso, o grupo se referiu a eles como muito atuantes na Rede 1. A escolha por entrevistá-la teve como intencionalidade entender a importância que ela confere às redes intersetoriais.

Não observei a presença de nenhum morador durante as reuniões ou ainda algum informe, cartaz ou algo que pudesse fazer a divulgação desse espaço para a comunidade. *Eu*

acho que é o que falta, talvez! Nunca participei de redes com usuários. Nós não moramos nesse território. Ninguém melhor que eles para trazer as demandas (E2).

Apesar da fala expressar a importância do segmento dos moradores, a rede parece privilegiar a participação de trabalhadores e suas respectivas funções institucionais.

Eu acho a participação das ACS muito forte, porque elas têm muita propriedade por conta de conhecer o território e quem está nele. Mas eu também vejo a necessidade de as enfermeiras estarem para qualificar a rede, agilizar ações de saúde com mais facilidade. (E4)

O espaço existe, a compreensão da política pública perpassa pela intersetorialidade. Porém, o coordenador dos serviços (saúde, educação) não vem para essas redes e isso dificulta a tomada de decisões, e que as demandas cheguem de forma mais estruturada. [...] Na saúde, pelo fato de os CS demandarem atendimentos o tempo todo não vejo como os médicos, por sua pouca quantidade, virem às redes. Talvez os enfermeiros ou os ACS seja mais possível. (E2)

Na ANT, a rede é entendida como um processo dinâmico que privilegia a heterogeneidade de elementos que a compõe. Quando as redes delimitam ou criam regras sobre quem deve ou não participar como fatos cristalizados, impedem novas articulações e o processo dinâmico de uma rede. Não podemos olhar para as redes como se fosse um objeto, uma estrutura institucional fixa. Isso limita ou impede que as contradições e as divergências contribuam para as transformações.

Segundo Latour⁵, os fatos duros e cristalizados podem se dissolver a partir de ações que não reforcem as divisões e as hierarquias entre os segmentos. Quanto mais vascularizada uma rede, quanto maior sua capacidade de se fazer extensa, maior sua capacidade de sustentação.

Nesse sentido, o que tem sustentado a Rede 1 parece ser a obrigatoriedade da participação por um lado e a convicção pessoal de alguns, por outro. *As redes conveniadas têm que frequentar as redes pois ganham ponto. [...] Para outros, é uma motivação pessoal (E2).*

A motivação pessoal foi um actante que impulsionou as ações da Rede 1 e me fez escolher a entrevistada E1, citada abaixo. Sabia que ela atuava nesse território e participava desta rede há vários anos e tinha experiências em outras redes. Além disso, sua fala foi sempre ouvida e valorizada pelo grupo. Considerarei-a com outro actante na Rede 1.

O que sustenta as redes é a convicção dos profissionais. [...] Por mais que a gente fique sem o apoio institucional, nós não vamos desistir. Porque eu gosto de estar com as pessoas, compartilhando, aprendendo. Claro que eu fico desanimada quando eu olho para nossa política, para o nosso gestor. Mas as famílias estão aí e elas precisam do meu trabalho assim como eu preciso delas para fazer o meu trabalho. [...] Se junto na intersetorial a gente se fortalece e faz uma ação em conjunto... esse mundo tem saída. (E1)

No entanto, o caráter “obrigatório” de frequentar a rede pode influenciar na baixa participação verbal dos trabalhadores de OSC. Eles pouco se manifestaram durante as reuniões ou contribuíram para novas associações, novos fluxos na rede. Cheguei a pensar em entrevistá-los para seguir meu fluxo de pensamento, mas, não segui por esse caminho.

Todas as reuniões da Rede 1 ocorreram nas dependências do CRAS da região. Era uma antiga residência familiar, alugada para se transformar na sede do serviço. As reuniões ocorreram nos fundos da casa onde havia um quintal e um espaço com churrasqueira, ambos cobertos por um telhado. Lugar fresco no verão, mas impróprio para o caso de chuva.

Nas reuniões, as cadeiras foram dispostas em círculo e o início foi marcado pela apresentação dos presentes: nome, profissão e local de atuação, além do registro em uma lista de presença que circulou pela sala. Giraram em torno de 10 a 15 em cada reunião. Os participantes chegaram sozinhos, aos pares ou em trios. Percebi que houve um rodízio significativo deles nas reuniões. Não eram sempre os mesmos, embora mantivessem os serviços que representavam.

Apesar da prerrogativa de Latour³ de que os grupos não são formações estáticas e sim algo que se transforma a cada novo elemento associado, como conseguem se organizar e seguir os fluxos das pautas com esse rodízio constante dos participantes nas reuniões? *Mudam muito as pessoas nas redes. Nas OSC mudam muito os profissionais. E talvez quem vem, não consiga dialogar lá para dentro (E2)*. Lembrar que tudo que circula pelas redes só terá a capacidade de agir como um actante, como um elemento mediador se puder ser transformado em algo significativo nas mãos dos outros. Observei que esse rodízio foi um elemento desagregador para o grupo, fazendo com que as deliberações anteriores tivessem que ser repetidas a cada novo elemento, ou decisões serem adiadas pela falta do participante.

A condução das reuniões se deu a partir de dois participantes (gestor e trabalhador do CRAS). *Para Assistência o CRAS tem esse papel de Gestor do território. Fica a cargo do CRAS puxar essa rede, respeitando a história de cada território. Tem mais a ver com a*

história do território do que com uma diretriz macro (E2). Embora na concepção latouriana uma rede não necessite de um elemento hierárquico coordenando ou “puxando” a mesma, o CRAS ocupa um papel centralizador no fomento e condução da Rede 1. É um actante que sustenta e impulsiona a Rede.

A diretriz institucional das políticas públicas sugere que as redes intersetoriais se pautem pela ação propositiva dos serviços e dos trabalhadores sobre as demandas dos territórios. No entanto, não foi o que evidenciei: *A nossa rede aqui parece uma rede mais apática, passiva. Não há uma cultura de proposição entre as pessoas. [...] Quando eu chego aqui, a intersetorial está desfalecendo, diminuída (E2).*

A nossa configuração ainda não permite uma construção ampliada porque fica nessa polaridade maior: saúde e assistência, e a assistência mais demandando. [...] Acham que é o poder público que tem que trazer uma pauta. A nossa rede ainda está no processo de se apropriar do que eu imagino que seja uma rede intersetorial. (E2)

A formação de uma rede pressupõe não o simples ajuntamento de serviços. Requer a adoção de elementos que deem sentido a esse entrelaçamento, com ações que integrem os setores públicos e a comunidade. Apesar de esforços para buscar a comunidade, ela não se fez representada nessa rede: *Fui atrás das lideranças para montar a rede, porque é fundamental a participação das lideranças, inclusive de lideranças de territórios diferentes e que porventura tenham posições políticas diferentes. Mas, não aconteceu (E2).*

Além da postura pouco propositiva entre os participantes, o entrevistado entende que há a necessidade de fortalecer os trabalhadores para depois trazer os usuários para a rede: *Precisamos fortalecer o protagonismo dos profissionais para depois trazer os usuários. Seria um segundo passo. Avaliar a pertinência da participação deles. Hoje, temos a demanda técnica. Com os usuários teríamos a demanda vivida (E2).*

Essa hierarquia estabelecida entre moradores/usuários e trabalhadores, coloca esses elementos em posições distintas, desconsiderando que essa coexistência de diferentes poderia levar a novos olhares, novos fluxos e romper com ideias pré-concebidas. Por demanda técnica e demanda vivida, parecem distinguir aquilo que é dito pelo usuário no dia a dia durante as consultas ou nos atendimentos sociais (demanda técnica) e o que ele (usuário) supostamente traria para um encontro da rede (demanda vivida).

A demanda técnica parece ser derivada de um filtro que os trabalhadores colocam quando trazem as necessidades dos usuários para o contexto das redes. Já a demanda vivida seria a fala protagonizada pelo próprio usuário (morador) trazida para o espaço intersetorial. Espaço onde ele talvez pudesse ocupar uma posição mais horizontal e não hierarquizada como na relação estabelecida nos atendimentos clínicos ou sociais.

Por que fortalecer o protagonismo dos profissionais para depois trazer os usuários? Haveria uma ideia pré-concebida do que se espera que o usuário traga para as redes? As pistas que encontrei para responder estas questões parece se pautar por um descompromisso para com o usuário, expresso na fala abaixo.

Hoje não é uma diretriz de governo. Nosso governo hoje é muito impositivo. Não existe investimento nisso. [...] Não existe preocupação para com o usuário, em ouvir o que ele realmente quer. O que aparece mais é a preocupação dos funcionários exigindo seus direitos, suas posições de trabalho. (E4)

Novamente, sobressaem os trabalhadores ao invés de uma participação mais heterogênea. É como se as reuniões valorizassem as trocas entre os trabalhadores, seja sobre o seu exercício profissional cotidiano (técnica), ou relacionada aos direitos trabalhistas.

Isso se relaciona com o caráter mais técnico desta Rede 1 e o empenho no cumprimento do papel profissional institucionalizado. Nessa forma de desempenho, os processos seguem uma ordem impedindo que o novo, o inusitado apareça como elemento potencializador das transformações. Verão no relato das reuniões a seguir, que elas funcionaram como um espaço pragmático e operacional. Um espaço cumpridor de tarefas.

Parece haver uma distinção entre o ideal/imaginário sobre como deveria acontecer uma rede intersetorial, e o concreto, o que realmente acontece nas reuniões. Percebi na fisionomia da entrevistada (E4) e em suas palavras o descontentamento e o distanciamento das proposições sobre intersetorialidade e o que vem acontecendo nos territórios. Uma teoria que não se coaduna, não se conecta com a prática. A intersetorialidade como um elemento pouco presente nessa rede.

Estaria esse distanciamento ocorrendo apenas nessa Rede 1, ou seria uma realidade nas demais redes do município? Alguém me alertou no primeiro dia de reunião sobre possíveis diferenças entre as redes: *Mas não vai ser só nesta rede, não é? Porque existem*

outras que funcionam bem diferentes desta (participante da reunião). Fala que confirmou a necessidade de seguir outras redes neste estudo.

Feito esta caracterização da Rede 1 a partir das entrevistas, trarei a seguir minha caminhada pelas 07 reuniões e as associações que fiz à luz dos pressupostos da ANT e dos princípios das redes intersetoriais nas políticas públicas.

Cheguei ao primeiro encontro em um dia quente. Era uma tarde de quarta-feira. As nuvens e o tempo abafado anunciavam chuva. Chuvas de março! Os que chegavam para o encontro comentavam felizes sobre a instalação do ventilador que trazia frescor para o espaço.

Observei reencontros com saudações afetivas somando-se aos que chegavam em silêncio e logo iam sentar-se. Alguém comentou sobre ter sido especialmente convidada para aquele dia. O que isso significaria?

As cadeiras estavam dispostas em U e foram preenchidas totalizando 22 participantes. Mais do que os demais dias. Havia uma TV e o *flipchart*^m. Dois actantes que contribuíram para a pauta do dia, ainda desconhecida para mim.

A espera por um cabo de HDMI atrasou o início da reunião. Enquanto isso, foram registrados no *flipchart* nomes de escolas e número de alunos de 4º. e 5º anos, a partir de informações que o coordenador da reunião dispunha em seu caderno. Seria fruto de um encontro anterior? Dados colhidos em outro momento? Observei que havia cinco nomes de escolas e apenas duas tinham representantes naquele dia. Não houve menção aos encontros anteriores e não consegui saber como aquele conteúdo foi conseguido. Tão pouco vi a representação de integrantes das outras 3 escolas nas reuniões que se seguiram. Será que se conectam por outros canais: e-mails, telefone? Fui rastreando e entendendo que sim.

Há um grupo de Whats App e um grupo de e-mail onde as pautas e as mensagens circulam. Não ficou claro como as pessoas são adicionadas ou convidadas a participar dessas mídias. Se há um responsável por isso e quais os critérios para fazer parte desta rede de contatos.

Percebi que outros que chegavam também estranhavam o registro no *flipchart*. Estranhamento que confirma os impactos do rodízio de participantes nessa rede. O que

^m Flipchart ou bloco de cavalete é um tipo de quadro, usado geralmente para exposições didáticas ou apresentações, em que fica preso um bloco de papéis.(Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Flipchart> em 09/11/2021.

pensariam desse elemento não humano colocado ao lado das cadeiras em U? Teriam como eu, questionado se isso seria fruto de um encontro em que não estiveram presentes?

Respeitando as regras de organização, o coordenador da reunião solicitou que eu me apresentasse e falasse sobre a pesquisa. Além disso, falei sobre o TCLE e pedi autorização para gravar a reunião com um i-phone. Vários participantes me conheciam pela atuação no território o que pode ter facilitado com que, sem recusas, e por sugestão da maioria, meu celular fosse posicionado em uma cadeira no centro do grupo para facilitar a gravação.

Enquanto a reunião acontecia, o TCLE foi passando para cada um ler e assinar. Como algumas pessoas chegaram atrasadas e não entendiam o que era aquilo, tive que pedir licença para rapidamente repetir o que havia dito sobre a pesquisa. Percebendo que novos participantes iam chegando a todo o momento, avaliei que não seria pertinente fazer a interrupção toda hora e abandonei o uso do TCLE nas reuniões de redes. Utilizei-o apenas nas entrevistas individuais.

Com a chegada do cabo de HDMI e o coordenador anunciou a pauta do dia: *Vamos falar hoje da organização para as ações de conscientização sobre o 18 de maioⁿ que vai ser realizada nas escolas da região*. Senti falta de saber como isso começou e percebi que não conseguiria durante a reunião. Deixei para seguir esse rastro junto ao entrevistado. Contou ele que as redes intersetoriais do município são convocadas pelo CMDCA^o para trabalhar o tema anualmente. Para tal, devem enviar projetos com propostas de ação, recebendo subsídios financeiros para viabilizá-las.

O trabalho de organização para o 18 de maio se estendeu pelos demais encontros do ano de 2019 (09 no total, sendo dois em que não pude comparecer). Foi finalizado com a avaliação das ações realizadas nas escolas e as propostas de novas ações para o ano de 2020. Foram pelo menos 5 reuniões dedicadas à organização, sem contar a circulação de informações nas redes de e-mails e WhatsApp.

ⁿ A preocupação em torno da violência sexual contra crianças e adolescente levou à promulgação da Lei 9.970 que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Vários municípios em suas várias esferas se organizam para desenvolver ações de conscientização sobre a temática.

¹¹ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) tem como responsabilidade deliberar e controlar, em todos os níveis, as ações governamentais e não governamentais, da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Campinas, segundo preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É composto paritariamente, por representantes do poder público e da sociedade civil (Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/assistencia-social-seguranca-alimentar/cmdca.php>. Acesso em 24/11/2019).

Sem fazer juízo de valor quanto à importância do assunto do 18 de maio, refleti sobre se seria essa a função de uma rede intersetorial? Minha impressão foi de um grupo de trabalho bastante envolvido e comprometido com uma tarefa, porém, desarticulado das demandas do território. Teria a Rede 1 desenvolvido outras ações no território, para além de eventos temáticos? Em uma das entrevistas soube de uma tentativa que não foi adiante.

A gente solicitou para quem estava aqui fazer um mapeamento das demandas que estavam aparecendo nas diferentes políticas e o que tinha em comum entre elas para poder puxar esse fio para um planejamento de ações e intervenções pertinente a todos e cada um contribuindo com o seu olhar. Apareceu a violência de gênero, mas aí fomos atravessados por outras demandas, por exemplo, pensar o 18 de maio. (E2)

A ideia de fazer um mapeamento do território parece ter sido uma boa forma de identificar as demandas sociais, condizente com o papel de uma rede intersetorial. Porém, o entrevistado relatou que poucos participantes conseguiram fazer esse mapeamento junto ao seu serviço uma vez que nem todos que vão à rede conseguem capilarizar as informações para dentro. Isso foi tido como algo que tornou o trabalho da Rede 1 pouco significativo, pouco propositivo para o território. Provavelmente, o tema da violência de gênero ficou como um fio solto à espera de uma conexão. Uma ideia que não circulou, não foi discutida e perdeu a possibilidade ser um elemento de articulação com o território. Um não actante.

Por outro lado, esse “atravessamento” conferido ao 18 de maio merece uma reflexão. Embora o grupo tenha optado por seguir uma ideia padronizada no município, com regras e tarefas delimitadas, o 18 de maio poderia ter funcionado como um mediador, no sentido ANT. Mas não foi o que aconteceu.

A reunião seguiu com a apresentação do registro no *flipchart*. Percebi que não estava claro para os representantes das escolas o que seria desenvolvido de fato na ação sobre o 18 de maio: *Mas a gente sabe exatamente o que seriam “as ações”? Esse projeto tem um nome? Eu acho legal mostrar para os professores antes. Porque, quem na verdade vai ter que conversar com os pais são eles. Não somos nós (participante da reunião)!*

Na tentativa de responder, uma representante do CRAS fez uma retrospectiva sobre os motivos por optarem pelo trabalho nas escolas nesse ano.

No ano passado, tivemos uma passeata, um cortejo, ou melhor, uma marcha fúnebre. [...] Avaliamos que não houve muito a compreensão e o envolvimento da população. Aí, nesse ano, pensamos em uma ação diferenciada, com os alunos das escolas, considerando que este é o público tocado pela violência. (participante da reunião)

A “ação diferenciada” consistiu em mudar o local e o público. Sair da rua e ir para dentro das escolas. A mesma participante citou uma experiência efetiva, realizada em 2018, em uma das escolas da região e que favoreceu o aumento de denúncia sobre casos de violência pelos alunos. Seria esse o objetivo esperado com essa ação? Aumento das denúncias? Ou sensibilizar os alunos que “são o público-alvo”? E a população, e os professores, como se envolveram nessa ação? Seguindo os rastros, fui percebendo que não havia respostas para esses questionamentos e sim discursos no sentido de amenizar as preocupações dos professores, delegando ao CMDCA o poder de decisão sobre a ação.

O 18 de maio vem do CMDCA que demanda essa ação no território. [...] Todas as redes estão trabalhando com esse tema no município nesse momento. [...] Os pais podem ir reclamar lá se quiserem. Temos ainda o respaldo das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência! Ou seja, estamos assegurados por esses órgãos. (participante da reunião)

Avalio que a mudança da proposta do ano de 2018 para 2019, envolveu novas configurações para essa Rede 1. Trouxe para o cenário outros elementos, outros atores e suas agências: a escola, a sala de aula, os alunos de 9 e 10 anos, os professores, os pais, e tudo que cada um pensa sobre o tema da violência sexual infanto-juvenil. Uma série de novos elementos potencializadores de novos fluxos e novas associações que poderiam fortalecer essa rede. No entanto, o grupo se fechou para dar conta da tarefa, sem permitir que as dúvidas e os temores dos professores pudessem ser discutidos.

Notei uma inquietação nos representantes das escolas questionando se os professores estariam preparados para tal. Ou ainda, quem de fato iria desenvolver as ações. Os professores, os psicólogos, os educadores das OSC, algum convidado de fora do grupo? Um dos entrevistados havia alertado sobre a baixa participação dos professores nas redes e nos eventos intersetoriais: *A gente tem tentado buscar as escolas [...] eles têm lá o motivo deles... eles não podem deixar as salas para ir às reuniões [...] já fomos conversar com os diretores deles para pedir mais participação. Mas eles não vêm (E1)*. E quando vem, não são ouvidos. Não protagonizam.

A tentativa de convencer os participantes sobre a importância da realização da tarefa foi a tônica do dia. E se não bastasse o desconhecimento sobre a ação, a pauta seguinte foi a apresentação de um vídeo^p sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, que seria apresentado às crianças nas escolas. Vídeo que foi mais um actante na Rede 1.

O vídeo consistiu em uma narrativa de uma estória infantil sobre o tema. Uma das falas narradas despertou a atenção do grupo: *“Fifi é uma monstrixinha que usa uma imensa calcinha. Pipo é seu irmão sapeca que veste uma grande e engraçada cueca...”* *“tem gente que tem pepeca...tem gente que tem pipi”*(contadora de estórias do vídeo).

Observei que o vídeo, apesar de descontraído e utilizar uma linguagem infantilizada e engraçada, foi assistido em meio a um silêncio e expressões faciais de seriedade. No final, quando perguntado o que acharam, duas falas ecoaram na sala: 1) *Para mim enquanto professora é tranquilo, mas eu sei que tem professor que vai reagir, não vai se sentir à vontade pra tratar o assunto. [...]* e 2) *É inevitável que vão ter algumas reclamações. De repente mandar uma autorização para os pais.... ver se eles deixam o filho participar (participantes da reunião).*

Nos meses em que essas reuniões da Rede 1 ocorreram, o contexto político nacional debatia a postura do atual Governo Federal de restrições em relação ao que pode ou não ser abordado no tocante à sexualidade infanto-juvenil. Foi ilustrado pela fala do presidente da república sugerindo que pais rasguem páginas sobre educação sexual da Caderneta de Saúde da Adolescente^q.

O contexto político funcionou como um actante permitindo que as angústias viessem à tona: *Esse assunto de sexualidade está tão complicado no contexto político atual desse país. Eu não sei não como os outros professores vão reagir! E os pais, então! Não sei, não”* (participante da reunião).

Ficou evidente o receio em se trabalhar o tema da violência sexual e o medo de sofrer represálias. Medo que se constituiu por uma também violência, só que nesse caso, moral/institucional que restringiu o pensamento e o que podia ou não ser dito. Tema que poderia ter seguido para um debate, esclarecimentos. Afinal, esse grupo não se propõe a ser uma Rede Intersetorial? Onde estão os representantes da saúde que lidam com esse contexto

^p PIPO E FIFI - prevenção de violência sexual para crianças - contação de histórias por Fafá conta Acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=ecmU5B9N960>, em 09/11/2021.

^qPara maiores detalhes acessar material na íntegra em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_feminina.pdf

diariamente, para fazer uma reflexão com os professores? Onde estão os pais de alunos para trazerem suas ideias sobre o assunto? Que potencial transformador esse grupo perdeu ao descartar essas possibilidades.

Optaram por seguir por outros caminhos: *Eu acho que temos que assumir esse confronto! Depois a gente vê o que faz. Estamos trabalhando de forma intersetorial. Vamos lidar juntos com o que não der certo, OK (participante da reunião)?* E ainda: *Se eu for levar como sendo uma ação do conselho, da Intersectorial, que faz parte da escola; gostando ou não, ela vai ter que participar (participante da reunião).*

Essa fala expressa a ideia de que as instituições (CMDCA, Rede Intersectorial, Escola/Educação) tem o poder de decidir e fazer cumprir as tarefas. E a intersectorialidade é utilizada enquanto um discurso de poder, de confronto, de provocação. Algo que se impõe “goela abaixo”^r.

Eu acho que é um tema delicado e que precisa ser falado. A ideia é provocar, trazer o tema à tona. Provocar os professores se for o caso. Sair do conteúdo dos livros para a experiência vivida. É estratégico até para essa rede aprender a lidar com esse tema. A escola vai ter que se abrir para falar com outros atores. Vai dar movimento ao grupo e quem sabe trazer mais pessoas para essa rede. E trazer o caráter intersectorial desta ação. Afirmer que existimos. (participante da reunião)

A reunião seguiu com os representantes do CRAS e da Saúde tentando amenizar as dúvidas e os temores dos professores, e continuando com a organização para as ações. Acolheram as angústias e decidiram trabalhar com palestras e capacitações sobre o tema da Violência Sexual no ano seguinte, 2020. Optaram ainda por incluir novos atores nessa capacitação: os educadores sociais das OSC e os agentes comunitários de saúde.

Apesar de ser uma iniciativa interessante ela pareceu vir como uma encomenda, como mais uma tarefa que seria imposta pelo projeto de 2020. Senti falta de que o assunto fosse mais discutido, que o setor da Saúde fosse acionado, que os diretores das Escolas fossem ouvidos. Diariamente os serviços de saúde recebem casos de violência sexual. Por que não contar com a experiência dos profissionais para compor um trabalho de fato intersectorial no território? Observei que Saúde e Assistência atuam de forma bastante distanciada nessa rede. O entrevistado já havia mencionado isso: *Fica nessa polaridade maior: saúde e assistência, e a assistência mais demandando (E2).*

^r Impor algo a contragosto. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/goela+abaixo/> em 09/11/2021.

Isso se confirmou quando na última reunião do ano, ao decidir sobre os nomes que indicariam como palestrantes para a ação de capacitação, o Centro de Saúde do território sequer foi lembrado.

Apesar dos relatos de insatisfação após a exibição do vídeo, nada se modificou quanto a continuidade da tarefa. O coordenador do CRAS se empenhou em compor uma planilha de nomes de multiplicadores que conduziriam as ações nas escolas e as datas para tal. A tentativa de formar grupos de interessados foi árdua: *E aí, quem dá mais (coordenador do CRAS)?* Percebi que os sujeitos iam se oferecendo, sem muita convicção sobre o que estavam fazendo, numa tentativa de romper com o silêncio constrangedor.

Enfim, a planilha ficou pronta. Para meu espanto, na reunião do mês seguinte, essa mesma planilha não foi encontrada e a árdua tarefa teve que ser refeita. Em função dos participantes não serem os mesmos nas duas reuniões, a planilha ficou com outra configuração. Uma planilha como actante. Planilha que se configurou em torno de 12 subgrupos. Ou pequenas redes que foram se formando para a ação nas escolas.

Acabei me candidatando como “multiplicadora”. Avaliei que tinha pertinência seguir esse rastro durante a pesquisa e por que não, como uma participante ativa. Assim como os professores, até o terceiro encontro desta rede, eu não sabia ao certo como se daria essa ação nas escolas e que atividades seriam desenvolvidas. Sabia sobre o vídeo (citado anteriormente) que seria exibido para as crianças e professores, e sobre algumas atividades de desenho, recorte, construção de um chaveiro e entrega de folders. Porém, não conhecia os materiais. Próximo da data das ações eles ainda não haviam chegado. O grupo ficou apreensivo e cogitou a possibilidade de ter que mudar as datas. Já pensaram no transtorno que isso traria para todos os envolvidos que já tinham organizado suas agendas? E as escolas?

Para alívio de todos, os materiais chegaram. *Nossa, parece que veio material a mais. Quem será que pediu tudo isso (participantes da reunião)?* Materiais que se constituíram em novos actantes para conduzir o desenvolvimento das ações. Cada subgrupo/rede de multiplicadores foi convidado a separar a quantidade de material que iria precisar, em função da quantidade de alunos. Tínhamos 26 salas divididas entre as 4 escolas.

Olhei para os materiais e levei um tempo para entender como operar com aquilo tudo. Seria eu a única a não saber o que cada folha de papel representava? Uma para colagem, outra para dobradura, outra para desenhar e recortar. Não quis perguntar, assim como não vi

ninguém perguntando nada. Cada um pegou uma quantidade de folhas e foi se dispersando para um café servido no balcão da churrasqueira.

Antes do final da reunião, cada subgrupo/rede se reuniu e combinou os detalhes: quem iria gravar o vídeo, como levá-lo no dia, quem precisaria de transporte para chegar até a escola etc. Alguns trabalhadores só vão para reuniões ou eventos fora dos seus serviços de origem, se for disponibilizado um transporte institucional para tal. E por fim, foi montado um grupo de Whats App para facilitar a comunicação.

Compus um subgrupo/rede com outros 03 integrantes (um representante do Conselho Tutelar, um de uma OSC e um da assistência) e escolhemos 04 salas de aula para desenvolver a ação. Fiquei apreensiva pensando em como seria trabalhar com pessoas que eu não conhecia. Percebi essa apreensão nos demais, mas ficamos apenas nos olhando, deixando que o tempo corresse ao nosso favor: *Fiquem tranquilas. Vai dar tudo certo (representante do Conselho Tutelar)!*

Para conhecimento de vocês, leitores, a organização sobre como trabalharíamos com o grupo de alunos, foi feita no próprio dia da ação, já na escola, momentos antes das crianças acompanhadas pelas professoras, chegarem à sala reservada para tal. Continuei apreensiva, mas me deixei levar, guiada pela minha experiência profissional com grupos. Decidimos seguir por essa sequência: 1) apresentar os slides; 2) apresentar o vídeo e ouvir brevemente o que as crianças acharam; 3) dar uma folha para cada uma com um desenho para pintar, recortar, dobrar e formar o joguinho do “abre e fecha”, com perguntas sobre a temática da violência sexual; 4) brincar com o jogo “abre e fecha” que consistiu em escolher um aluno, ler a pergunta e responder, e assim sucessivamente com quem quisesse participar; 5) dar outra folha com o desenho de uma florzinha com a data do 18 de maio para ser pintada, recortada e inserida em um chaveirinho de plástico. Cada criança ficaria com o seu para levar para casa e mostrar a quem quisesse. Enfim, várias coisas pré-formatadas e pouco tempo para processá-las. Estive diante de um cumprimento desenfreado de etapas permitindo acompanhar um pouco dos elementos inusitados trazidos pelas crianças. E como são inusitadas e sabidas!

Percebi que o pouco que conversamos no início da ação não foi suficiente para que as etapas ocorressem de forma contínua. A primeira atividade que consistiu em apresentar os slides previamente selecionados e adaptados a linguagem infantil, tiveram que sofrer nova adaptação pois percebemos que as crianças não estavam acompanhando o conteúdo. Nessa readaptação, nos atropelamos uns aos outros e a atividade ficou entrecortada, dispersando a

atenção das crianças. Na hora da confecção do chaveiro, interrompemos o fluxo criativo das crianças: *Tia, posso fazer mais de um chaveiro? Posso levar para o meu primo (fala de uma criança)?* Nossa resposta? Olhares para nós mesmos sem saber se haveria chaveiros o suficiente caso todos resolvessem levar para “seus primos”. Ou seja, fomos impelidos a dizer “Não”. O chaveiro como um poderoso actante que não pode seguir seu fluxo.

Ou ainda quando as crianças começaram a sair de suas carteiras, vindo ao nosso encontro, manipular os materiais, e as professoras tentaram manter uma ordem que não nos interessava: *Vocês não podem se levantar. Tem que ficar quietas esperando as tias trazerem o desenho até vocês (fala da professora)*. O movimento não nos incomodava. Queríamos aquela interação acontecendo. Significava para nós que estávamos no caminho certo, atraindo as atenções sobre o tema. Mas, nada havia sido combinado com as professoras também.

Quando o vídeo foi apresentado, a euforia foi total. Interagiram com a estória. Responderam ao que era perguntado. Mostraram saber mais sobre o tema do que alguns imaginavam. Quando a atividade acabou, queriam mais.

Enquanto a ação ocorria na nossa escola, fomos surpreendidos por uma mensagem de Whats App de que duas outras escolas se recusaram a participar, em cima da hora. Uma alegou não se sentir segura por não ter a devida autorização dos pais para tratar desse assunto em sala de aula; e a outra disse não ter conseguido a autorização da Diretoria de Ensino para esta ação. Esse fato provocou intensa indignação em todos e para mim, reforçou a ideia do quanto as coisas não foram construídas coletivamente, do quanto esta rede intersetorial não está legitimada no território.

Nas próximas reuniões, essa situação foi evocada e conforme já disse anteriormente, reforçaram a ideia de propor uma sensibilização para os professores sobre o tema do 18 de maio, para o ano seguinte.

Quando do término da ação com as crianças, uma delas nos procurou e disse que tinha sofrido um abuso sexual por parte de um tio. Ficamos apreensivos e levamos um tempo para decidir qual seria o melhor encaminhamento considerando o contexto em que estávamos. Quem conversaria com ela, chamaríamos a diretora, ou alguém da família? Quando isso aconteceu? Seria recente? Alguma providência já teria sido tomada? Será que ela passa no posto de saúde? Todos tinham algo a dizer sobre o melhor caminho a seguir e, de minha parte, me ofereci para a articulação com o centro de saúde de referência. Saber se ela ou a família frequentava o CS e se havia algum histórico lá.

Por fim, o representante do Conselho Tutelar tomou a frente e foi conversar com ela e com a diretora enquanto nós outros, fomos embora: *Que coisa, quem poderia imaginar que isso iria acontecer. Parece que nosso trabalho já surtiu efeito (representante de OSC).*

Enquanto a ação ocorria observei que a coordenadora pedagógica da escola também estava acompanhando as atividades com as crianças e achei que seria interessante entrevistá-la (E6) para saber como a proposta tinha chegado até ela, e sua relação com a Rede 1 e o tema da intersectorialidade. Contou-me que soube da ação no começo do ano, pelo CRAS, por telefone e que costuma ter autonomia para decidir quando alguma palestra ou algo parecido vai ser feito na escola. Achou a ideia boa e confiou no profissional do CRAS, não requisitando saber exatamente como seria realizada a ação.

Disse ter gostado muito do que viu e que com certeza foi um tema que veio agregar nos conteúdos daqueles anos escolares. Comentou ainda que não costuma participar das reuniões por excesso de outros compromissos na escola. Que quando precisa contar com a Saúde ou o CREAS, ou o CRAS, tem tido bom acolhimento. Valoriza iniciativas como esta e sente que a Educação trabalha de forma mais isolada. Ou que as parcerias entre setores acontecem dependendo das características do professor ou do coordenador. Não falamos sobre o caso da criança que contou sobre o abuso sexual, pois não achei pertinente para a pesquisa.

No mês seguinte, na reunião da Rede 1, soube que a família já tinha sido acessada e os cuidados com a criança estavam sendo tomados. Avalio que nem todos do grupo tiveram acesso à essa situação. Esse assunto não foi trazido e tampouco se valorizou um momento para avaliar a ação. O coordenador do CRAS se limitou a contabilizar quantas escolas e quantos alunos tinham participado. Nada foi dito quanto aos sentimentos de cada um, a qualidade das interações, impactos para o trabalho intersectorial, outras conexões possíveis com a escola ou mesmo entre o grupo de multiplicadores. Compatível com o observado nas demais reuniões da Rede 1: uma rede, ou melhor, um grupo cumpridor de tarefas pré-determinadas.

Optei por deixar o grupo seguir o caminho escolhido e fiz o meu processo de reflexão sobre a ação. Percebi o quanto as crianças tinham muito a falar, o quanto já sabiam desse assunto e o quanto foram espontâneas em suas colocações. Avaliei que os temores iniciais do grupo e dos professores não ocorreram. Foi muito positiva a oportunidade de entrar na escola, circular pelo pátio, pelas salas, observar como as crianças são tratadas com uma

série de regras. Mas também, como são espertas para descumpri-las. A ansiedade por nos receber e fazer uma atividade conosco. Testar nossos limites, nos desafiar. Uma oportunidade imensa de trocas e aprendizado.

Durante os encontros fiquei curiosa em saber se essa Rede 1 já havia operado de outra forma. Para tal, fui atrás dessas informações com os entrevistados e farei a seguir esse relato de memórias. Achei pertinente trazer mais detalhes pois mostra como as formações em redes intersetoriais foram se constituindo com o passar dos anos nesse município.

Nos idos da década de 1990, fez parte do programa de governo do município, a junção de diversas secretarias sociais em um mesmo espaço físico: *A gente se sentava com o pessoal da Saúde, da Educação, da Assistência, da Habitação e começamos a trabalhar nós mesmos, porque a gente dividia o mesmo espaço, o mesmo quintal (E1). O espaço físico era intersetorial. Assistência Social, Educação e Saúde, mais a cooperativa de usuários, às vezes, o Esporte e a Habitação. [...] A gente fazia as reuniões intersetoriais ali mesmo (E4).*

Os sujeitos se valeram da proximidade do contato e do caráter de interdependência dos setores que representavam. O espaço físico e o mesmo quintal podem ser considerados como actantes que serviram como mediadores para as ações intersetoriais na época.

A percepção de que os usuários-alvo das políticas públicas eram os mesmos, fez com os diferentes setores organizassem suas ações: *Os usuários da Assistência eram os mesmos que iam à Habitação. Então começamos a trabalhar em equipe, com a Educação, a Saúde [...] começamos a trabalhar com uma intersetorial caseira, no mesmo quintal. [...] Foi uma experiência sem muita teoria (E1).*

Ancorada em Ingold¹⁷ podemos compreender esse fenômeno de ações coletivas como um acontecer onde vários acontecimentos se entrelaçam, juntam forças e dão seguimento aos fluxos contribuindo para as formações de redes. Movimentos espontâneos que não partem de uma ideia pré-concebida e sim, surgem dos interesses e motivações de sujeitos que encontram outros sujeitos. E dessa conexão formam redes mais ou menos extensas, mais ou menos duradouras. Ou parlamentos de fios, “pontas soltas” a espera de novas conexões.

Outros elementos não humanos que na época afetavam o território, definidos como “problemas/temas” podem ter funcionado como actantes e mediadores para o agir coletivo.

Veio a dengue e os alagamentos que foram outros temas que aproximaram os serviços. [...] Além disso, tinha muito a questão da prostituição, da violência contra a criança. Os assentamentos irregulares e todo o trabalho pra fazer chegar as ações do governo. [...] Foram temas bem concretos que faziam as pessoas se reunirem para discutir junto. [...] Tudo feito intersetorialmente. (E1)

Embora houvesse uma intencionalidade governamental para as ações que deveriam chegar até o território, esses relatos fazem lembrar o conceito de rede social do sociólogo John Arundel Barnes (1918-2010). Ele se refere às interações individuais dentro da estrutura social. Interações motivadas por um clima de solidariedade entre os participantes, por um desejo comum para o cuidado com o outro. O fato de a considerarem como uma intersetorial caseira pode ter tido um duplo sentido: caseira pelo fato de ser no quintal da casa, e caseira no sentido de algo familiar, de senso comum, sem uma teoria científica como base.

Foi uma primeira ação no território, feita com uma usuária acumuladora^s. porque a gente percebeu que uma secretaria só não ia dar conta. Mas não tinha nenhuma orientação governamental para isso. Foi assim: - Eu conheço fulana e sei que ela pode ser minha parceira... então vamos lá. (E1)

Outro destaque foi para as ações em prol da garantia das regras sanitárias para com os catadores de lixo reciclado: *A gente fez um trabalho muito bonito voltado para os catadores de reciclagem. A gente vacinou todo mundo, cadastrou, apresentou os EPIs. Foi todo um trabalho feito de forma intersetorial (E4).*

Não temos condições de avaliar o quanto os usuários foram sujeitos ativos naquelas ações. O quanto foram propositores ou o quanto os trabalhadores agiram de forma normativa no cumprimento das regras sanitárias. Apesar da integração dos diversos setores governamentais, eles podem ter funcionado como uma ação imposta por parte do Estado na tentativa de trazer os sujeitos para um padrão de vida considerado mais saudável, lembrando a rede da estética de Foucault (1926-1984). Quem determina o que é saudável, o que é bem-estar? Conforme Caponi⁴, essas ações nem sempre consideram os movimentos que surgem espontaneamente nas redes tecidas e nos processos de gestão da vida das comunidades locais.

Essa proximidade espacial dos diversos setores públicos na década de 1990, não ocorre mais. Hoje, o município se subdivide em regiões e cada uma conta com seu Distrito

^s Denominação dada aos sujeitos que costumam guardar inúmeros pertences nos quintais das casas ocasionando a proliferação de bichos e mau cheiro na vizinhança.

(de Saúde, da Assistência ou da Educação) funcionando em prédios separados. Quanto aos demais setores como Habitação, Esporte e Cultura ficam alocados no prédio central da Prefeitura.

Esse formato atual exige um planejamento em busca de espaço e tempo para promover as reuniões intersetoriais. Certamente espaço e tempo que vão influenciar nos movimentos de maior ou menor participação dos sujeitos nas redes. Espaço e tempo funcionando como elementos mediadores na formação das redes.

Se no início os trabalhadores se reuniam em função das demandas observadas nos territórios (violência, dengue, acumuladores, catadores) houve um marco para o trabalho intersetorial na Rede 1, nos idos do ano 2000, com a chegada do *PAC*[†] no município, fortemente influenciada pelo modelo de gestão participativa da época: *As redes começaram com a chegada do PAC com o objetivo de organizar as ações do PAC no território e como cada política iria se organizar e encaminhar as demandas (E2).*

Por outro lado, *A saída do PAC da região também contribuiu para a rede perder a força (E1).* Na fala dos participantes, a saída do PAC da região, se deu: pelo tempo limitado dos projetos atrelados ao tempo de cada mandato governamental e, pelos interesses de cada gestão.

Para pensar nessa ação do PAC nós fizemos um trabalho intersetorial e com a comunidade durante dois anos. Nós íamos todos os sábados lá. Foram dois anos de reuniões intersetoriais com a comunidade presente, capacitando a população, pois se pensava em uma gestão compartilhada com a comunidade. (E1)

O trabalho aos sábados com a comunidade, não foi relatado como algo cansativo e sim muito valorizado pelos sujeitos do estudo. Momento oportuno para um processo de trocas de saberes entre trabalhadores e moradores, evidenciando formas diferentes de experimentar o território. Trabalho coletivo com o potencial de contribuir para transformações:

[†] Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério do Planejamento, promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. (Fonte: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> Acesso em 29/11/2019). Em Campinas o empenho do poder público se deu no sentido de urbanizar favelas, realizar obras de saneamento, canalização de córregos, recuperação ambiental e sinalização de vias públicas (Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=9964> Acesso em 29/11/2019).

A proximidade com os moradores, discutir o que é gestão compartilhada, foi uma experiência que a gente aprendeu muito com eles. [...] Porque é diferente quando é só profissional e quando tem a comunidade presente. Porque nós vamos no território, mas a gente volta né? (E1)

No entanto, quando se referiam ao nível mais alto na hierarquia da gestão, o sentimento era diferente: *Mas no final foi muito frustrante porque o poder público não estava preparado. A gente teve resistência entre os próprios secretários de achar que o usuário não tinha que participar da gestão (E1)*. Da mesma forma, foi recorrente o relato do quanto a gestão fica distante do trabalho desenvolvido nos territórios por parte das equipes dos centros de saúde e dos CRAS. Fato que influenciou na motivação para estar nas redes.

Para a ANT, o aspecto a ser valorizado nessa experiência do PAC com os moradores foi a construção coletiva dos fatos, sem a prerrogativa de finalização. O sucesso ou não vai depender do que todos irão fazer com os pontos de vista dali por diante. Só o tempo e o fluxo das próximas conexões poderão dizer se os fatos serão transformadores ou não daquele contexto. Há vários pontos de vista envolvidos e todos merecem ser considerados.

Eu sempre gostei muito dessa questão da intersetorialidade porque eu acredito que é através desses movimentos que trazem diferentes atores com seus dons, com seus talentos, fazendo uma coisa que muda, que não é meu, é teu, não é do outro, é nosso [...] quando a gente traz pessoas de fora pra dentro eles trazem outros olhares, a gente se abre para críticas e outras soluções. [...] Quando você vai pra uma reunião, fortalece a pessoa, você escuta algo diferente. (E4)

O relato confirma que a intersetorialidade e os movimentos que ela desencadeia, são oportunidades de ação coletiva com um potencial transformador para a sociedade: *Esse processo de você aprender com as adversidades, com uma maneira do outro ser, e com as limitações e dedicação de cada secretaria, isso foi uma escola para mim (E4)*.

Conforme Castells¹⁴, se não olharmos para as redes como um fenômeno complexo de inter-ação entre sujeitos distintos, observando e refletindo sobre como estabelecem as relações entre os mesmos, o que motiva suas ações, que sentidos identificam ao participar desses espaços, estaremos apenas reproduzindo um discurso inter-setorialista pouco transformador.

E depois do PAC veio o *Paidéia*^u como outra forma de sustentação das redes: *Eu sinto que hoje a gente existe por conta de um movimento lá de trás. [...] Aquele alicerce que foi feito lá atrás, lá do Paideia Eu peguei o auge do Paidéia e eu fiquei apaixonada pelo PTS^v, pelas visitas domiciliares (E4).*

O projeto Paidéia foi instituído em Campinas-SP em 2001 e foi formulado a partir de cinco diretrizes: 1) a clínica ampliada que consiste na ampliação de ações e estratégias para a condução clínica, 2) o cadastramento e vinculação dos moradores às equipes de saúde, 3) o acolhimento imediato das demandas nas unidades de saúde, 4) gerenciamento em forma de co-gestão e 5) capacitação das equipes. Tanto o projeto Paidéia quanto o PTS, embora fossem diretrizes da Secretaria de Saúde parecem ter sido adotadas pelas demais secretarias sociais servindo de base para a organização das ações intersectoriais. Os participantes lembraram com muito entusiasmo de todas as rodas de conversa entre trabalhadores promovidas na época com o intuito de reorganizar o modelo de cuidado aos usuários e o quanto isso favoreceu a formação das redes intersectoriais.

No entanto, no contexto político atual do estudo, houve um consenso por parte dos participantes de que não há uma preocupação no fomento às iniciativas intersectoriais. Pelo menos não tem sido explicitado por parte do poder público. As redes vêm sobrevivendo por convicção individual e pelas experiências acumuladas por alguns sujeitos em sua trajetória profissional: *As redes sobrevivem por causa das demandas anteriores que perpetuaram. O alicerce que foi feito lá traz. Talvez se eu fosse uma gestora atual, que não viveu aquilo tudo, eu não daria essa importância (E4).*

A divisão entre o tempo e a demanda vivida por um lado, e a institucionalidade, a burocratização das redes, aparece novamente aqui evidenciando um distanciamento entre a teoria e a prática. Há uma diretriz no papel que não se conecta com a rede intersectorial real.

^u Paidéia é um conceito antigo, clássico, e que significa desenvolvimento integral do ser humano. Foi criado na época em que os gregos sonhavam com cidades democráticas, com um governo democrático e a ideia de uma assembleia do povo onde as pessoas se reuniam para traçar o próprio destino. Hoje, falamos em cogestão, orçamento participativo, conselhos, etc. No entanto, eles sabiam também necessários um sistema de formação integral dos cidadãos: uma educação para a vida: e daí a palavra Paidéia: cuidar da saúde, da educação, das relações sociais, do ambiente, de tudo, respeitando as diferenças entre as pessoas e os grupos. O projeto Paidéia de Saúde da Família foi instituído em Campinas-SP em 2001. Para saber mais, acessar <http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/diretrizes.htm> (Acesso em 04/12/2019).

^v Projeto Terapêutico Singular: termo utilizado pela área de saúde para designar o conjunto de ações propostas para o plano terapêutico de um usuário ou de uma situação problema e geralmente construído em equipe multidisciplinar, respeitando os diversos olhares e saberes.

Esses relatos dos tempos de “antigamente” parecem se aproximar do conceito de rede na ANT. O que teria mudado de lá par cá? O que foi acontecendo com esses atores? Que elementos podem ter influenciado para que os “nós” impedissem que novas linhas fossem acontecendo nas redes, como os acontecimentos de Ingold sobre as coisas? Questões que seguirão a espera de novas conexões quem sabe feitas por algum leitor, ou outra pesquisadora.

O que apreendi da Rede 1 à luz da ANT e dos objetivos desse estudo? Apesar dos vários actantes destacados no texto, o poder de transformar as coisas foi limitado. Pouco se produziu de novo. Os actantes foram capazes de desencadear novas associações e pequenas outras redes, porém, foram pouco efetivos para sustentar o caráter intersetorial da Rede 1. O 18 de maio ocupou o centro da pauta das reuniões sem que tenha provocado mudanças significativas ou agregado novos elementos capazes de ampliar as ações, as parcerias e a extensão dessa rede. Da mesma forma que os demais actantes como o CMDCA, o CRAS, o poder público, o local, o vídeo etc. Elementos que passaram pela rede, promoveram conexões, mas ainda insuficientes para quebrar com a forma cristalizada de operar da Rede 1.

O fato de ser uma rede com predomínio de profissionais e trabalhadores conferiu a mesma um caráter mais técnico e um empenho em cumprir com a tarefa. Assemelhou-se ao trabalho cotidiano do CRAS e das OSC e distanciou-se do caráter de uma rede intersetorial. O sentido da intersetorialidade, ancorada nos princípios que regem o SUS, no conceito de determinantes sociais e no princípio da territorialização do SUAS não esteve presente nessa rede. Esteve longe de abarcar as demandas do território e fazer as conexões com os demais setores das políticas públicas.

Embora tenham evocado o caráter intersetorial para justificar as ações da Rede 1, isso se configurou como um discurso do imaginário do grupo ao invés de um fato real. Apesar do coordenador do CRAS ter tido a iniciativa de propor um mapeamento das demandas da região, a proposta não se efetivou em sua máxima possibilidade. Esse processo não aconteceu e não foi capaz de produzir novas associações.

A ANT privilegia os processos culturalmente constituídos entre os diversos atores e não a estrutura que possa vir a ser denominada de Rede Intersetorial, como algo pronto por onde as coisas passam. Podemos ter algo instituído como Rede, mas que não opera como uma rede de fato. As redes são compreendidas como um conceito dinâmico, uma conexão de nós e alianças que se formam a cada momento³.

No entanto, foi inegável o esforço e dedicação do grupo para que tudo ocorresse da melhor forma. As pequenas associações, como no caso do subgrupo de multiplicadores foram compondo a extensão da rede. As ações certamente impactaram positivamente nas escolas. O envolvimento das crianças durante as ações, apesar das regras de disciplinas e dos olhares repressores dos professores, foi um actante que espero tenha contribuído para que encontrem caminhos seguros diante de todas as violências a que estão expostas. Posso considerar que houve uma intencionalidade e formou-se uma rede operativa, mas pouco intersetorial.

Quanto à proposta de capacitação para sensibilizar professores e educadores sociais em 2020, parece ter sido a forma possível encontrada no momento para avançar nesse tema.

Considero ainda, que consegui trazer a história dessa rede no seu território e as mudanças sofridas. As possíveis explicações para que se possa compreender como passou de uma rede caseira, sustentada pelos desejos dos participantes, para uma rede mais técnica, sujeita ao cumprimento de tarefas, esteve na fala dos próprios sujeitos: a falta de investimento nas ações intersetoriais por parte do governo e a fragilidade dos participantes. Fatos reforçados por Santos³¹ (p.32) no estudo.

Apesar de o grupo condutor ter consciência da fragilidade da rede e da dificuldade de trazer parceiros e capilarizar as informações para o território, precisam cuidar para que a forma técnica de trabalhar não se cristalice e se transforme em um nó que impede os fluxos, muito mais do que um nó que promova conexões.

Apesar de mapeadas as controvérsias e discordâncias, elas não serviram para evocar novos argumentos capazes de enfraquecer a rigidez na condução dos processos. A tentativa de ouvir os professores, os pais, não produziu efeito na rede. Não foi capaz de fortalecê-la e trazer intencionalidade para o trabalho. As retóricas mais fracas não tiveram força para mudar o rumo dos processos.

O tema da violência sexual que poderia ter sido um mediador entre os participantes, evocando novas associações, novos atores, foi tratado como um mero elemento intermediário que passou pela rede sem transformá-la. O poder externo do contexto político e da instituição governamental calou a voz do grupo e abortou a ação em duas das escolas.

Um fato curioso que não posso deixar de citar é que o dia 18 de maio, para nós, profissionais de saúde, representa o dia da Luta Antimanicomial. Dia de luta pelos direitos das pessoas com sofrimento mental e de combate aos processos de tratamento que cerceavam a

liberdade de expressão dos sujeitos internados nos manicômios e infringiam práticas de tratamento desumanas.

Pois bem. Em nenhuma das reuniões esse tema foi evocado. Como podemos falar em intersectorialidade diante dessa desarticulação? O quanto isso reforça a ideia de uma rede que não olha para os lados ou para fora. Que não busca pelos parceiros do território. As coisas passam por provocando poucas transformações.

O trabalho em rede requer uma intencionalidade e uma institucionalidade dos processos. Todos devem reconhecer suas dependências e interdependências, deixando de lado os poderes, as normatizações e estando atentos aos fios soltos e às possibilidades de conexão com novos atores e novos caminhos^{3, 12, 35}.

Cabe destacar a formação de pequenas redes paralelas e externas à reunião que tive a oportunidade de ver, principalmente no início e final das reuniões. Grupos que se juntavam para discutir um caso, trocar uma informação sobre um novo programa setorial, um novo protocolo etc. Redes que devem estar contribuindo para a extensão e a sustentação da Rede 1.

Além da não participação de moradores, os representantes das OSC também não protagonizaram. Suas falas pouco ecoaram na rede. Estiveram lá em função obrigatoriedade, para “contar ponto” no convênio com o poder público. Seriam todas as OSC assim? Posso lhes adiantar que verão uma experiência diferente na Rede 2 e 3.

REDE INTERSETORIAL 2

O critério para a escolha da Rede 2 foi explorar a diversidade de cenários e regiões pelo município. Não me deixei levar apenas pelo conhecido e pelo confortável e sim, escolhi um território com características geográficas e sociais diferentes, onde as pessoas não me conheciam e não tinham referências sobre mim ou sobre o meu trabalho.

A entrada nas reuniões da Rede 2 se deu na semana seguinte à entrada na Rede 1 após contato telefônico com a gestora do CRAS. Fui informada de que estavam retomando as reuniões em 2019 e que: *Essa rede tem um caráter mais político e de discutir as políticas públicas e contamos com um grupo de facilitadores para organizar as pautas (gestora).*

Fiquei motivada com essa fala por imaginar que seria uma rede diferente da Rede 1, Fui informada também que ela contava com moradores e não apenas trabalhadores, e a ideia de um grupo para compor as pautas me pareceu um recurso interessante para a conformação da rede. A gestora me contou que esse grupo é formado por participantes da rede escolhidos ou indicados pelo grupo e que se reúnem previamente organizando as pautas, convocando a população ou convidados.

Essa rede se reúne bimensalmente e havia uma expectativa de 5 reuniões em 2019. Participei de 3 delas, uma foi desmarcada e em outra não pude ir. Duas reuniões aconteceram no salão de uma igreja católica do bairro e outra em uma sala de aula do Instituto Federal (destinado a formação do Ensino Médio e profissionalizante). Os locais das reuniões eram completamente desconhecidos para mim e tive que me apoiar no aplicativo de GPS. O percurso estava em obras dificultando o acesso e dispendendo um tempo maior no deslocamento.

Durante as reuniões da Rede 2, elegi três sujeitos para entrevistar: dois moradores e um gestor. A escolha respeitou os princípios da ANT no tocante a ouvir a heterogeneidade de elementos presentes na ação. Latour³ propõe que ao identificar os porta-vozes, não devemos definir ou ordenar a priori quem serão os atores e sim seguir as pistas que aparecem a cada momento, incluindo inclusive aqueles que discordam dos fatos que estão sendo estudados.

Percebi que havia discordâncias entre os dois moradores e fiquei curiosa para ouvi-los. Quanto a representante da gestão, embora tenha observado forte influência na condução das pautas, fui percebendo que ela se esquivava de mim, ou parecia dizer aquilo que eu gostaria de ouvir. Assim, imaginei que a entrevista não traria fatos novos e abandonei este propósito. Fiquei apenas com E5 e E8.

O fato de terem sido apenas 3 reuniões com a minha participação fez com que optasse pela descrição dessa rede diferente da forma que fiz na Rede 1, onde estive em 7 reuniões e todas com a mesma pauta: as ações do 18 de maio. Resolvi, na Rede 2, fazer um relato em separado dos 3 dias de reunião entremeados pelos relatos das entrevistas. Avaliei que as reuniões foram permeadas por elementos pertinentes ao estudo para serem expostos e analisados.

No primeiro dia da reunião, cheguei mais cedo e vi que o portão da igreja estava fechado. Tive de aguardar do lado de fora até que o responsável por abrir chegasse. Vi que era a vizinha da igreja que fazia esse papel. Esperei mais um pouco e logo chegaram duas pessoas

em um carro. Identifiquei que era a gestora do CRAS (com quem falei ao telefone) e uma moradora. Ambas traziam pastas e papéis e um grande bolo gelado de coco. Fui bem recebida e convidada a entrar.

A reunião ocorreu no salão nos fundos da igreja. Todos ajudaram na arrumação das cadeiras em círculo, se preocuparam em ligar o ventilador para refrescar o ambiente. Outros ajudaram na organização da mesa do café. Tudo feito em harmonia como se o grupo já estivesse acostumado com essa organização. As conversas giraram em torno de coisas corriqueiras do dia a dia. Até esse momento ninguém se ocupou de me apresentar e eu me juntei ao grupo na arrumação das coisas amistosamente.

Avaliei que esse momento inicial de trocas afetivas, o bolo gelado de coco e o espírito solidário na arrumação da sala, foram elementos motivadores e facilitadores para a sustentação da Rede 2, assim como observei na Rede 1.

A reunião havia sofrido uma mudança de dia em cima da hora e a gestora não sabiam se teriam uma participação significativa. Para minha surpresa, sim. O grupo foi constituído por dezenove participantes entre trabalhadores da saúde, educação, assistência e muitos moradores. O que os motiva para essa participação em um dia que não era o dia combinado para as reuniões bimensais? Que sentidos veem nesses encontros?

Com o correr da reunião fui entendendo tratar-se de um espaço para trazer os problemas da região, diferente do caráter de cumprimento de tarefa observado na Rede 1: *Nossa rede tem um forte caráter político e buscamos influenciar as políticas públicas. Aqui, trazemos os problemas da região e fazemos proposições, doa a quem doer. Falamos a verdade, sem receio (participante da reunião)!*

Registrei em meu caderno o quanto essa fala se aproximou das diretrizes da política pública e do caráter de uma rede intersetorial: trabalhar com as demandas da região e de forma integrada entre o público e o privado.

Para ilustrar as descrições dos problemas da região trouxe algumas falas desse dia: 1) *Vocês viram que agora o 156 vai ser pago? Cada vez que a gente ligar para reclamar de alguma coisa vamos ter que pagar? Que absurdo!* 2) *E a questão do esgoto à céu aberto que está contaminando o solo, alguém tem algum encaminhamento para isso? Montamos uma comissão para ir até a SANASA?* 3) *As crianças estão todas com feridas no corpo por causa do esgoto;* 4) *E o tanto de empreendimentos que estão vindo para região! Será que estão prevendo a vinda de mais serviços públicos também (falas dos participantes da reunião)?*

Apesar de nem sempre encontrarem resposta, foram problemas concretos que os participantes levam para as reuniões da rede intersetorial, reconhecendo nela um espaço continente. A entrevistada E8, escolhida por ser moradora antiga do bairro, frequentadora assídua da região e conhecedora dos problemas do território, contou-me um pouco mais sobre o papel desta Rede 2:

A intersetorial faz muita diferença. Quando vai vir mais um empreendimento para a região, a gente faz esse questionamento: ‘- Vai ter mais escola, vai ter linha de ônibus, tem área para mais centro de saúde?’ E a intersetorial é um espaço para gente chamar os responsáveis pra discutir isso. [...] Quando a intersetorial faz esses levantamentos de que a região é mais carente, ela sofre de violência, quando ela põe isso no mapa dela e manda lá pra cima, na hora de decidir onde vão abrir uma OSC, por exemplo, acaba vindo par cá. É o diferencial dela porque ela consegue ajudar a levantar isso. Nem sempre a gente consegue resolver, mas a gente já aponta os problemas pro futuro. (E8)

A pauta principal para esse primeiro dia de reunião seria o planejamento das ações para 2019. Antes, porém, fui apresentada pela gestora e convidada a falar sobre a pesquisa. Procedi como o habitual. Me apresentei enquanto pesquisadora da UNICAMP e como profissional de saúde da Prefeitura de Campinas, e apresentei a proposta da pesquisa.

Ao propor a gravação com o i-phone fui surpreendida com a fala de minha entrevistada citada acima (E8): *Você pode participar e anotar algumas coisas. Porém, gravar nossas conversas, não. Já tivemos experiências anteriores em que as coisas vazam para os níveis do governo e pessoas são prejudicadas por isso (participante da reunião)*. Esse foi um dos primeiros motivos que contribuiu para escolhê-la para a entrevista individual. Queria saber mais sobre isso. Que temores existem em relação ao que pode ou não ser dito naquele espaço? Verão que essa situação vai se repetir em outro momento.

Diante da negativa para a gravação, os demais participantes ficaram em silêncio e apenas um deles, também morador e que estava ao meu lado, cochichou comigo: *Besteira deles, para mim não tem problema nenhum (participante da reunião)*. Achei aquela fala dissonante e resolvi acompanhá-lo nas reuniões mais atentamente e ele se constituiu em outro entrevistado (E5). Ele viria a me dizer durante a entrevista que: *A senhora não faz parte do grupo deles por isso que eles se assustaram quando a senhora chegou. A senhora falou para gravar e eles falaram que não, porque senão eles vão para a geladeira (E5)*.

A entrevista com esse morador revelou sua insatisfação com o grupo condutor das reuniões da Rede 2, fruto de vivências conflitivas anteriores, conforme relato abaixo:

Eu fui candidato a presidente de bairro eu só não ganhei porque trouxeram gente de fora. Deram comida, churrasco. Eu fiquei em segundo lugar. O cidadão colocado lá foi um zero à esquerda. (E5)

Eu falei sobre o esgoto e ela cortou a minha conversa. Ela achou que eu sou um débil mental. Eu levei outros assuntos e ela não deixou discutir. [...] Eles montam um grupo, e tudo que eles não queriam ver lá naquele dia era eu. (E5)

Paralisamos para falar do esgoto e do asfalto. Aí, falaram na CBN (rádio) que só tinha meia dúzia de vagabundo. E a gente estava em mais de duzentas pessoas. Ela lançou uma mentira, dizendo que o bairro estava bom, que não tinha problema. Como não resolveu o problema, na outra semana, a gente foi fazer de novo e aí não apareceu ninguém. Foi todo mundo (moradores) comprado com pão com mortadela, para não ir. (E5)

Falas que confirmaram as dissonâncias existentes entre os próprios moradores. Não é porque representam o mesmo segmento que pensam igual. E esse foi o tema que permeou outras falas observadas nesse Rede 2. As controvérsias e dissonâncias atuando como um actante significativo que deu sustentação a essa rede, ainda que não tenham chegado às soluções.

Gostaria de voltar ao relato sobre o “medo de que as coisas vazem”, descrito pela participante da reunião. Enquanto na ANT, o termo vazar pode significar a possibilidade de novas conexões, no contexto da Rede 2, ele toma um caráter de coisas sigilosas que essa rede produz e que não podem circular em determinados espaços governamentais, “lá de cima”. A sustentação dessa rede parece passar pelo sigilo, pelo controle e pelo cuidado com as informações que lá circulam.

Nesse sentido, o gravador se transformou em um sujeito indesejado e o caderno de campo o permitido. Actantes não humanos desencadeando novas associações no grupo. Chegaram inclusive a verbalizar que a pesquisa talvez pudesse ajudá-los a resolver algum problema e que eu poderia anotar as coisas e trazer uma resposta na próxima reunião.

Fiquei um tanto constrangida e incomodada, avaliando que não haviam entendido a proposta da pesquisa. Cheguei até a pensar em trazer uma narrativa sobre aquela reunião para ler para eles e fazer as reflexões possíveis, mas não dei continuidade a isso avaliando que não correspondia à minha escolha metodológica e aos objetivos do estudo.

Spink⁵⁵ adverte sobre as negociações necessárias de serem feitas pela pesquisadora e os vários desdobramentos dependendo do contexto do estudo. Essa aproximação face a face partilhando das intimidades de um grupo, colhendo dados onde só eu sabia o que está sendo anotado, pode ter gerado desconforto no grupo. Sinto que o que facilitou minha participação e

permitiu que a pesquisa fluísse foi a confiança depositada no elemento servidor público. E eu fiz questão de reforçar meu longo tempo como servidora e a que território eu pertencia. Território de maior vulnerabilidade semelhante ao da Rede 2.

Embora tenha relativizado meu espaço profissional/pesquisadora, aprendendo a me colocar no lugar deles e valorizar a confiança que depositaram em mim, existiu uma linha tênue para que os papéis não se misturassem a ponto de comprometer os objetivos da pesquisa. Sinto que a sensação de desconfiança e estranhamento foi minimizada conforme fui me aproximando dos participantes e emitindo opiniões durante as reuniões. Avaliei que me deixar levar por algumas discussões onde eu, como profissional de saúde poderia contribuir, facilitaria com que fossem adquirindo confiança em mim. E assim senti que fui fazendo parte daquela rede e os temores com a pesquisa minimizando-se.

Rede que foi ganhando força pela extensão dos elementos que foram se somando a ela durante as reuniões. Entendo que eu, minha pesquisa, meu gravador, meu caderno de campo provocaram movimento na rede e permitiram que ideias convergentes e dissonantes aparecessem.

Conforme os assuntos foram sendo trazidos para compor a pauta e organizar o planejamento para o ano de 2019, percebi que alguns temas se desdobravam em subcomissões para fora dessa reunião, constituindo-se por pequenas redes externas, semelhante ao observado na Rede 1. Um número expressivo de outras reuniões foram programadas: *Vamos marcar uma reunião com a SANASA então, para falarmos de esgoto. Quem pode ficar com essa tarefa? E a história do 156, acho que vamos ter que levar para a Ouvidoria (participantes da reunião).* E assim, sucessivamente com outros assuntos. Isso me fez pensar em uma rede que se estende para outras redes, faz outras associações. Quase que como uma malha, no sentido de Ingold, que permite que novos nós, novos integrantes e entrelaçamentos sigam numa linha infinita de possibilidades.

Outro assunto controverso foi uma solicitação: *O Conselho Tutelar e a Defensoria Pública estão querendo ter acesso ao documento para subsidiar outras ações nesse território. Será que podemos entregar (participante da reunião)?*

O documento ao qual não vou revelar o nome em respeito ao sigilo do estudo, foi objeto de um processo de construção coletiva da Rede 2, durante o ano de 2018. A ele, foi atribuído extremo valor, por denunciar as dificuldades e as condições desfavoráveis do ponto de vista social, ambiental e econômica a que algumas famílias estão expostas no território. Foi

uma construção dessa Rede 2 e que envolveu representantes do poder público, dos moradores e das OSC. Esse documento foi protocolado junto aos órgãos competentes para dar seguimento às solicitações, e os participantes da Rede 2, aguardavam ansiosos alguma manifestação “lá de cima”, do poder público.

Segundo Spink⁵⁵, *os documentos podem ser vislumbrados como inscrições cujos gradientes de durabilidade e efeitos se estabelecem à medida mesmo que circulam como móveis imutáveis que transportam, traduzem e medeiam relações* (p.168). Ideia coerente com os princípios da ANT onde objetos podem ser verdadeiros actantes influenciando os próximos movimentos de uma rede.

Se formos comparar o trabalho da Rede 1 na construção da ação para o 18 de maio, que levou o ano todo de 2019, com o trabalho da Rede 2 para mapear as demandas do território, temos que, apesar de ambos terem consumido várias reuniões, podem imaginar a possibilidade de novas associações quando pensamos na construção coletiva da Rede 2 em relação ao trabalho técnico da Rede 1? Tive a oportunidade de ver o documento impresso e a clareza no detalhamento de cada situação adversa do território. Mas, pode ser apenas uma observação particular de minha parte. Não estive nesta Rede 2 em 2018.

O documento impresso foi distribuído a todos do grupo, inclusive a mim, durante a reunião. Caracterizou-se por 3 folhas de sulfite impressas e assinadas por 03 representantes da comunidade que, vim a saber durante a entrevista serem: *Moradores escolhidos a dedo, pois se fosse algum trabalhador, quem assinou poderia sofrer retaliação* (E8).

Nem tudo consegue ser resolvido na rede. [...] Muitas vezes você precisa mandar um documento lá para cima para conseguir alguma coisa. Mas geralmente quem assina o documento são os representantes dos moradores. Porque, como é que o próprio trabalhador vai fazer um documento questionando a prefeitura? (E8)

Seguindo o fluxo dessa informação, entendi que os documentos normalmente são assinados por representantes dos moradores e quase nunca pelos trabalhadores. Procuram alternar os que assinam para não ficarem “visados” perante outros moradores e representantes do poder público. São representantes que já foram assessores de vereadores ou comissionados políticos e não querem ter seu nome associado à rede intersetorial. Entendi isso como uma ambivalência dessa rede entre ser um lugar de fala e ser um lugar onde se tem medo de falar.

O grupo discordou sobre entregar ou não o documento para o Conselho Tutelar e a Defensoria. Não sabiam ao certo o que estes fariam com o conteúdo do documento e tiveram medo de como as coisas seriam encaminhadas. Medo de que as coisas vazassem novamente. Medo de perder o controle sobre as informações. Novamente o medo operando como um actante que parece paralisar a Rede 2 em alguns momentos. Por fim, decidiram encaminhá-lo e avaliaram que os dois órgãos públicos poderiam ajudá-los nas reivindicações assim como esperavam que eu os ajudasse com a pesquisa.

Uma das solicitações do documento gerou outra discordância no grupo. Foi a implantação de um restaurante popular na região. De um lado os que defendiam a necessidade de enfrentar o crescimento da miséria e da desigualdade social. De outro, o receio de atrair “drogados” e mais pessoas em situação de rua para a região: *Colocar o restaurante lá só vai vir “noia”. Agora que o bairro começa a melhorar eles vêm com essa ideia (participante da reunião)!*

Percebi que houve pouca discussão sobre o assunto, gerando um mal-estar entre os participantes nas reuniões seguintes. Entendi que esse participante (que se converteu em meu entrevistado: E5) não se sentia “fazendo parte” daquela rede: *Aquele dia eu cheguei lá de intruso. Tem gente que frequenta lá que me avisou. Eu sou o único que não participa dessas falcatruas, com relação a comissionado. Eu sou mais favorável a concurso público (E5).*

A mulher daqui diz que ninguém pode questionar por que não participou. Como assim? Ali já estava montado o que eles iam falar e resolver. Já estava tudo combinado. [...] Pode pegar o pão com mortadela dela, desde que não prejudique o bairro. O bairro começa a melhorar e aí vem essa porcaria. (E5)

No pensamento desse morador, os participantes da Rede 2 que exercem algum papel de liderança em seus setores, não passam de comissionados, de gente que ganha por fora para estar lá. Fala que expressa o quanto apesar da participação de moradores na rede intersetorial, não garantiu que se sentissem protagonistas dos problemas da região.

Apesar do documento ter sido entregue aos participantes, ele não foi motivo de pauta nas reuniões seguintes. Até o término do campo de pesquisa não soube se as solicitações foram atendidas ou se novas redes foram formadas para dar encaminhamentos às mesmas. Porém, entendi que esse movimento de construção coletiva do documento, foi uma estratégia

importante de sustentação para a Rede 2 e todo o emaranhado de novas associações que ele despertou entre os participantes.

Outra solicitação trazida no primeiro dia veio de um professor. Ele fez um desabafo sobre sua preocupação com a escola e o fato das classes não comportarem todos os alunos previstos para cursar a primeira série. Ele imaginou que trazer isso para a rede intersetorial pudesse provocar o grupo a fazer algum movimento reivindicatório, uma manifestação, envolver os pais etc. Percebi que esse desabafo não teve encaminhamento e na reunião seguinte, esse professor não estava.

A coordenação do CRAS comentou em paralelo comigo que a forma do professor trazer o assunto não foi adequada: *Ele deveria ter pautado isso com a gente para ter mais organização para a gente discutir o assunto*. Esse controle sobre as pautas sugere uma rede com alguns nós, como na Rede 1. Nós que impedem que as coisas cheguem espontaneamente. Seria uma estratégia de sustentação da Rede 2 ou uma forma de controlar o que pode ou não ser trazido em cada momento?

A segunda reunião da Rede 2, ocorreu dois meses após a primeira. Enquanto arrumávamos o salão, percebi alguns participantes olhando receosos para a porta, e cochichando sem que eu pudesse ouvir. Cheguei até a pensar se estariam ainda preocupados com a pesquisa, mas depois entendi o que estava acontecendo.

Diferente do primeiro encontro, neste foi entregue um papel contendo várias pautas. Não houve apresentação e a reunião foi iniciada com a seguinte fala: *Aqui, fazemos o controle social de baixo para cima e isso mexe com a política lá de cima [...] resistir é dar um passo para trás para sobreviver. [...] Não podemos centralizar em fulana. Ela está muito visada (participante da reunião)*. Não entendi nada e parecia que o grupo também não sabia o que estava acontecendo.

Embora a “fulana”, tenha sido solicitada a falar, disse que não ia falar nada. E continuou olhando apreensiva para a porta. As pautas foram lidas em tom de informes e a reunião foi seguindo sem discussões. Ainda não entendia o que estava acontecendo.

De repente, um novo elemento chegou para a reunião. Um morador. Chegou em silêncio e foi logo se sentar entre as cadeiras em círculo. Pareceu ser conhecido de vários de lá pois acenou com a cabeça. Vim a saber que se tratava de um ex-presidente de um dos bairros da região. A presença desse novo elemento, não impediu que a pauta continuasse, mas com sua chegada, houve uma preocupação em contar sobre as experiências de sucesso que a Rede

2 tinha conseguido, valorizando a participação e o empenho da “fulana” (lembram dela no início, preocupada com a porta?).

Em determinado momento, ele pede para falar e traz a preocupação com uma área privada que havia sido invadida pelos moradores da comunidade: *Vamos ter que regularizar isso, pois os moradores invasores estão ameaçando a comunidade se não fizermos nada (participante da reunião)*. Não sei se entendi direito o que estava sendo discutido, mas ficou evidente que alguns participantes da reunião discordavam dele quanto à licitude na atitude de invadir a área, mas houve um consenso de que os novos moradores mereciam que fossem alocados recursos públicos para lá. Caberia decidir quem estaria a frente nessa luta. Os moradores, o presidente da associação, a rede intersetorial?

Fui entendendo que as discordâncias entre os moradores, parecem não se pautar exatamente sobre o conteúdo dos temas e sim, estão relacionadas com as disputas de poder no território. Diferentes grupos disputam a liderança de órgãos como a associação de moradores, o Conselho Local de Saúde, a presidência do bairro etc. E isso gera um clima de inimizades quando as disputas são muito acirradas.

Embora a teoria do poder em Foucault⁵⁹ fale sobre a positividade presente nessa *relação assimétrica entre indivíduos, entre grupos, que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima, que se exerce permanentemente, dando sustentação à autoridade* (p.109), avalio que a organização desse e de outros grandes municípios onde predominam extensos conglomerados nas periferias pode deixar a comunidade tão distante dos governantes que alguns moradores se destacam e ganham força para o bem ou para o mal.

Além desse assunto da invasão, outros assuntos foram trazidos na sequência, em tom de insatisfação:1) *O lixo está contaminando todo o solo e a vigilância sanitária que não faz nada. Seria o caso de irmos falar com o prefeito?*2) *Nosso bairro está sendo esquecido.*3) *O pedido de aumento do número de professores não foi resolvido ainda.* 4) *O centro de saúde não está dando conta de toda a população que veio para cá. Assim, a gente fica sofrendo ameaça quando não consegue dar o que eles querem (participantes da reunião)*.

A essas falas de moradores, somaram-se as falas dos trabalhadores: *Nós também sofremos. Não é só a população. Nós também (trabalhadores) não somos ouvidos em nossas demandas (participantes da rede)*.

Apesar da impotência nas falas, naquele momento, as conexões parecem ter formado uma rede solidária que serviu como um alento para todos. Moradores e trabalhadores juntos,

submetidos ao descaso do governo “lá de cima”. O assunto da invasão do terreno ficou em suspenso e o elemento “novo” e ameaçador, misturou-se as insatisfações do grupo.

O término da reunião se deu com a notícia de que o Instituto Federal estava quase pronto e seria oportuno que a rede intersetorial, que tanto lutou para que aquele empreendimento viesse para o território, “ocupasse” o espaço, fazendo a reunião da intersetorial lá. Porém, ainda não seria no próximo mês.

Resolveram “ocupar” uma OSC que faz um trabalho com crianças em função do descaso do poder público para com as necessidades de infraestrutura da mesma. A ideia de levar a reunião da Rede 2 para os locais que estão mais vulneráveis, parece ser uma estratégia de fortalecimento dos equipamentos do território e da própria rede. Essa reunião foi a terceira do ano e na qual não pude estar.

Ao final da segunda reunião, troquei os telefones com os dois sujeitos escolhidos para as entrevistas (E5 e E8). Optei por não iniciar com a “fulana”, considerando seu desgaste e stress naquele momento, com tudo que evidenciei na reunião. Avaliei que ela poderia se sentir mais fragilizada em expor suas ideias.

Próximo da data programada para a quarta reunião da Rede 2, recebo uma ligação de meu entrevistado (E5) querendo saber sobre a reunião, alegando não ter recebido nenhum comunicado. Tentou no CRAS e no CS da região e ninguém soube lhe informar. Fico de confirma a informação que dispunha sobre ela ser na OSC e avisá-lo. Ligo para E8 e ela conta sobre terem cancelado a reunião pois a gestora do CRAS estava de férias e ela não se sentiu confortável em “tocar” a reunião sozinha: *Quero me preservar um pouco (E8)*.

Isso fez com que a reunião no Instituto Federal ocorresse 4 meses depois da segunda. Precisei ligar para o CRAS para a confirmação e obtive a informação correta sobre dia, horário e local e para lá fui eu, guiada pelo GPS. Ao chegar fiquei espantada com a grandiosidade do lugar em meio aos aglomerados/barracos do bairro. O prédio contrasta com a alta vulnerabilidade social da região. Vi que a rua fora recém asfaltada, pelo menos até perto do Instituto, continuando “de terra” na continuidade dela.

O Instituto aguardava a finalização das obras para iniciar suas atividades e havia outras demandas não resolvidas preocupando os participantes da rede. Demandas que fui registrando conforme a reunião foi ocorrendo: *Falta asfaltar tudo, falta ônibus. Como que as pessoas vão chegar até aqui? E quanto aos professores, poucos se inscreveram. Ninguém*

quer vir tão longe. Será por conta da vulnerabilidade da precariedade região (participantes da reunião)?

As falas convergem no sentido do descaso do poder público e da impotência para resolver as coisas. No entanto, pareceu que os participantes encontram algum sentido em trazê-las para o espaço das reuniões, mesmo que não saiam com soluções. Talvez porque essas falas encontrem ressonância no grupo. É como se todos vibrassem na mesma frequência diante das insatisfações, das angústias, das lamentações.

O conceito de ressonância na Psicologia compreende os sentimentos mobilizados diante do que é abordado podendo servir para imobilizar ou para despertar para mudanças⁵⁹. Achei interessante evocar a área da psicologia para explicar o fenômeno observado na Rede 2, pois foi algo que se repetiu e cheguei a imaginar que há uma rede que se forma cada vez que o fenômeno acontece. Ora servindo para imobilizar o grupo, ora impulsionando para mudanças.

Voltando à descrição da reunião, o espaço ficou repleto de pessoas. Por volta de 40. Deve ter havido um forte empenho no convite. Vi que se conheciam embora eu não os tivesse visto nas reuniões anteriores. Vários assuntos foram tratados junto ao cafezinho e novamente, ao bolo gelado de coco, enquanto esperavam o início da reunião. De minha parte, fui bem recebida pelos que me conheciam, mas preferi ficar de lado observando o movimento e ver se fazia novas associações.

A reunião ocorreu em uma das salas de aula organizada com as cadeiras em círculo. Cadeiras novinhas, assim como a mesa do professor e um enorme quadro branco na parede. Havia uma expectativa de que o Instituto pudesse estimular e facilitar a inserção dos jovens da região ao Ensino Superior ou Profissionalizante. Porém, durante a reunião o diretor informou que das 300 pessoas que acessaram o sistema para as inscrições, apenas 60 concluíram o processo. O que teria acontecido? O grupo questionou se não seria o baixo nível de instrução dos jovens, o desinteresse pelos estudos ou ainda o fato de que não haveria mais o Ensino Superior. Só o Ensino Médio e Profissionalizante.

A coordenadora do CRAS e a presidente da associação de moradores (E8) iniciaram a reunião com uma retrospectiva sobre a rede intersetorial (Rede 2). Em seguida, pediram que cada um se apresentasse. Vários participantes tiraram fotos do grupo como se aquele fosse um momento significativo que valia a pena registrar.

Cada um se apresentou pelo nome e a representação social no território. Fizeram questão mostrar que conheciam as dificuldades da região e o que vinham fazendo para

melhorar. Entre os assuntos ouvi sobre o abandono de animais; o déficit de vagas nas creches; a eleição do Conselho Tutelar; uma pesquisa sobre analfabetismo; a importância da rede “ocupar” o Instituto; a necessidade de resgatar o documento intersetorial; os problemas que o setor da Saúde vem enfrentando etc. Falas que não considerei como actantes da Rede no sentido de que se encerraram em si mesmas. Não reverberaram, não produziram associações. Ficaram soltas no ar.

Meu entrevistado (E5), também presente no dia, se apresentou dando o seu recado: *É pouca gente decidindo por muita gente. Estamos representando muita gente aqui e precisamos fazer a coisa certa. Temos que mexer no sistema de divulgação dessa reunião.* Entendi como uma crítica ao fato de nem todos saberem como acessar a reunião e a importância dos temas trazidos. Temas com o potencial de serem actantes, mas que podem se perder se não levarem à formação de novas associações, novas redes.

Observei um “entra e sai” da sala durante as apresentações, que corrobora com a ideia de falas soltas, sem compromisso para mudanças. Eu também me apresentei e senti que fui mais uma fala em meio às outras.

Após as apresentações, vi que havia uma pauta que eu não fazia ideia de como surgiu. Convidaram uma pessoa para falar de um projeto que vou chamar de “MCampinas”. Ele tinha por objetivo identificar “melhor” as demandas dos territórios, utilizando de uma metodologia “específica” para isso, e pensar nas “melhores” estratégias para o enfrentamento. As aspas são para demarcar minha análise: pareceu que haviam descoberto a “melhor” forma de fazer o trabalho que a Rede 2 vinha fazendo: *Nossa rede tem um forte caráter político e buscamos influenciar as políticas públicas. Aqui, trazemos os problemas da região e fazemos proposições.* Lembram dessa fala no primeiro dia da reunião da Rede 2? Teria sido uma estratégia de fortalecimento e sustentação, trazer esse novo elemento como um actante para essa rede?

Após a apresentação houve um certo entusiasmo de que as coisas poderiam andar a partir daquele projeto: *Precisamos disso mesmo pois a gente fala e ninguém escuta. Temos demandas históricas (participante da reunião).*

A representante disse que o projeto contava com ela e mais duas pessoas e que eles precisavam *ir para os territórios conhecer mais de perto as demandas (participante da reunião).* Falou sobre o site que as pessoas poderiam acessar para conhecer mais e como se inscrever. Diante disso houve questionamentos: *1) E quem não sabe ler? (participante da*

reunião). 2) *E quem não pode vir na reunião nesse horário, como vai saber dessas coisas? Tem gente que trabalha nesse horário (participante da reunião).* Novamente falas soltas no ar. Não se encaminhou nada nesse dia.

Não sabia que essa seria minha última reunião nessa rede, pois não pude ir no dia que reservaram para a seguinte.

Antes de fazer as considerações sobre a Rede 2, gostaria de trazer mais relatos e reflexões sobre as duas entrevistas.

Seguindo meu roteiro procurei saber como a Rede 2 surgiu. *A rede já acontecia por conta de a região ir crescendo, por conta das dificuldades. No passado existia uma junção de todos os moradores que fazia o conselho popular de moradores. Independente de partidos políticos. Daí foi surgindo as reuniões (E8).* Essa fala reforça a ideia de que as demandas do território agem como actantes impulsionando a formação de novas redes, grupos ou reuniões.

No passado a gente não chamava de intersetorial. A gente abrangia um território bem grande. E isso às vezes dificultava a participação de quem morava mais longe. E as questões não eram comuns a todos. Aí resolvemos dividir em microrregiões, e manter uma macro uma vez por semestre. (E8)

Se você me perguntar como eu cheguei para participar de tudo isso, eu vou te contar uma história. Eu vim de um bairro onde eu tinha toda a infraestrutura. Chegando aqui eu não tinha ônibus para sair daqui, não tinha asfalto. Eu olhei e pensei o que eu poderia fazer para mudar isso. Aí eu fui convidada por outro morador para ir a uma reunião de conselho local de saúde, porque eu já tinha essa experiência onde eu morava. Falei da minha experiência e resolvi disputar a eleição para o conselho. Daí eu virei conselheira também e mais para frente disputei para Associação de moradores e ganhei também. (E8)

Um depoimento que se relaciona com Elias¹², evidenciando uma forte interdependência entre os indivíduos e o território que habitam. As necessidades socialmente geradas impulsionando a formação de um espaço intersetorial, semelhante à história da Rede 1. No entanto, na Rede 1 foram os serviços que se juntaram para trabalhar de forma coletiva. Na Rede 2, foram os moradores que deram origem às Associações e ao trabalho coletivo. Duas formações de redes caracterizadas por elementos diferentes agindo em prol de um bem comum. Formas de agir que trazem indícios do caráter intersetorial nas políticas públicas.

Quando perguntei sobre quem seriam os participantes desse espaço, novamente aparece o caráter de interdependência de todos os sujeitos:

Todo equipamento que vem chegando, vai juntando a população. As lutas foram sempre em conjunto com os equipamentos. A população também se apropria, também tem esse diálogo com eles. [...] Nesses movimentos de discutir junto, vão chamando as redes. [...] E mais para a frente foram chegando as OSC e aumentando a rede. (E8)

Os funcionários de carreira reconhecem nossas lutas. Os que trabalham dentro da administração aqui perto são muito compromissados. Se não fosse por eles a gente não teria as redes aqui. [...] Essas pessoas vêm e abraçam a região como se elas morassem aqui. Seja da educação, da assistência, da saúde, as OSC. (E8)

Temos aqui mais uma aproximação com o conceito de intersetorialidade nas políticas públicas. Lembrar que o termo se relaciona com a capacidade de identificar, reconhecer e articular serviços e demandas do território e agir de forma coletiva. E isso requer estratégias capazes de facilitar que as ideias circulem e sejam discutidas. Algumas delas foram identificadas nas Rede 1 e 2 como: a organização das pautas, o grupo de facilitadores, o local e dias fixos para as reuniões. Elementos potentes para caracterizar o espaço intersetorial.

Porém, o que mais seria preciso? A fala acima faz uma crítica quanto à ausência do poder público, podendo comprometer o funcionamento da rede: *Quando a administração é mais envolvida com a população o espaço fica mais cheio. Mas isso vai se alternando. [...] Quando a administração não está tão junto há um esvaziamento das redes (E8)*. Atribuem o envolvimento com a rede ao perfil dos integrantes do poder público: *Tem muito comissionado, né? E às vezes o profissional não tem esse perfil de olhar para as redes. [...] As trocas de gestão nas secretarias ou aproximam ou afastam o poder público dos movimentos no território. Depende do perfil de quem está na gestão (E8)*. Fala recorrente também na Rede 1.

Como pressupõe a ANT, o grau das associações entre os elementos, ora mais fortes e significativas, ora mais fracas e sem sentido influenciaram o movimento das redes.

A intersetorial ajudou quando saiu o empreendimento X. A gente questionou como seria se o centro de saúde já não dá conta, se a linha de ônibus não dá conta de atender todo mundo. E aí eles vieram na intersetorial e mostraram o mapeamento. Para eles fica fácil explicar. Eles fazem lá uns raios de alcance dos equipamentos do território, mas não consideram que tem um rio no meio do caminho. (E8)

A gente parou a avenida para chamar a atenção da prefeitura, por causa da rede de esgoto que não caminhava, da falta de pavimentação, da falta de ônibus. Aí conseguimos ser atendidos no gabinete, fomos atendidos e conseguimos a pavimentação e a linha de ônibus. (E5)

Mas quando olham para o cenário atual as falas mudam:

No bairro hoje, tem muita disputa política. Pôr que as pessoas têm uma carência muito grande, elas se vendem por qualquer coisa e os políticos se elegem com essa ajuda dessas pessoas. E aí eles (políticos) que levam a fama e não as lutas de alguns moradores. [...] E isso desmobiliza a gente. (E8)

A desmotivação política de hoje em dia está fazendo as pessoas desacreditarem de qualquer conselho, qualquer reunião. Acham que tudo não presta e que não vale a pena ir atrás. [...] Não conseguem ver que eu faço para melhorar o espaço onde eu moro e não por uma pretensão política. Essa coisa de poder mexe com as pessoas. [...] Agora, se você disser que vai falar sobre a regularização fundiária, vai encher de gente aqui. As pessoas precisam pensar como um todo e não só no seu problema. (E8)

Eles querem é ser o tesoureiro de tudo. [...] Todo aquele pessoal é colocado lá (nos equipamentos públicos) para ver, não ver, não ouvir, não falar. São todos com carguinhas na saúde e na educação, para não abrir a boca. [...] A pessoa faz a reunião lá e não convida ninguém aqui do bairro. (E5)

“A senhora (se referindo à E8) ou trabalha pra prefeitura ou pro bairro. A senhora tem que escolher” [...] ela é pensionista do PT (Partido dos Trabalhadores). Eles fazem com que o cara seja votado, se eleja, pra pegar o pão com mortadela deles. (E5)

Ficou evidente que os entrevistados têm compreensões diferentes e divergentes quanto ao papel da Rede 2 para o território. Divergências influenciadas pelas disputas de poder e pela história de cada um na região. Pela maior ou menor capacidade de articulação e de construção coletiva.

Vou finalizar os relatos e trazer algumas considerações sobre a Rede 2.

Não há dúvidas de que ela representou um espaço que se assemelha a um celeiro de diagnósticos dando voz aos moradores, trabalhadores e gestores. Formou novas redes que se uniram a outras redes formando uma malha ou tecido que se moldou entre as contradições e as lutas coletivas.

Apesar dessa assimetria de poderes e convicções entre os moradores, eles compareceram em número expressivo e fizeram a condução desta Rede, diferente da Rede 1 que se pautou pela presença e voz exclusiva dos trabalhadores e gestores. Coerente com Scherer-Warren⁶⁰ quando fala que a sociedade civil nunca estará isenta de conflitos, tanto de poder, de disputas por hegemonia, quanto de representações sociais e políticas antagônicas e diversas. No entanto, considera a autora que os movimentos sociais podem apresentar ora elos mais fortes, ora mais fracos, assim como observamos no conceito de rede para a ANT.

A evidência de posições antagônicas, assim como alimentar essas controvérsias, pode impedir cristalizações e permitir que novas associações aconteçam. O que importa não é a resolução do dissenso e sim o espaço de fala. Nas controvérsias, não se busca anular os conflitos, não é para instaurar a harmonia dos anjos e sim, reafirmar os interesses de cada um pelo que acreditam ser o bem comum para cada um.

Para entender esse fenômeno observado na Rede 2 envolvendo os moradores e os movimentos sociais, busquei amparo em textos sobre democracia e cidadania. A citação abaixo expressa, a meu ver, a potência observada na Rede 2.

O que parece estar em jogo é a possibilidade de uma *nova contratualidade* que construa uma *medida de equidade* e as *regras da civilidade* nas relações sociais. E isso está dependendo de espaços públicos por onde interesses possam se fazer representar, ganhar visibilidade e legitimidade nas razões e valores que lhes conferem validade, permitindo, no cruzamento dos conflitos que expressam, a construção de parâmetros públicos que reinventem política no reconhecimento de direitos como *medida de negociação e deliberação* de políticas que afetam a vida de todos⁶¹. (p.231, grifos do autor)

Saí da Rede 2 acreditando que ela tem operado como um espaço público potente para representar as demandas da região, dando validade e visibilidade aos interesses comuns e se aproximando do conceito de intersectorialidade nas polícias públicas. Apesar da ambivalência entre “falar e o medo de falar”, ela não deixou de ouvir os diferentes, não teve forças para calar sua voz. Que rumo isso vai tomar caberá às novas conexões que forem sendo feitas. Paoli⁶², usa a expressão *campo de práticas legítimas de invenção, conflito e negociação* (p.32) que me pareceu apropriado para definir a Rede 2.

Após participar de duas reuniões da Rede 1, uma reunião da Rede 2 e duas entrevistas individuais, avaliei que poderia seguir mais uma Rede e fazer outras análises. Assim, fui em busca da Rede 3.

REDE INTERSETORIAL 3

Para escolher a Rede 3 usei do critério da divisão distrital do município. Considerando que as duas primeiras Redes estavam em dois distritos sanitários diferentes,

busquei a Rede 3 em um terceiro distrito. Durante o estudo, houve 6 reuniões desta rede. Participei de 5 delas e escolhi dois sujeitos para as entrevistas individuais (E3 e E7).

O acesso à Rede 3 foi um pouco mais trabalhoso. Seguindo o caminho percorrido nas outras duas Redes, fiz contato telefônico com o CRAS tentando falar com a coordenação. Fui informada que eu deveria mandar um e-mail para a coordenadora da Rede 3 (que não era a coordenadora do CRAS), explicando sobre a pesquisa e solicitando participar. Não entendi no momento que segmento ela representava. Se gestora, trabalhadora ou moradora local. Na troca de e-mails a mesma me contou ser uma pessoa da “sociedade civil”, a frente da coordenação da Rede 3 há muitos anos.

O que ela chamou de “sociedade civil” se refere às ações de voluntariado que ela desenvolvia na cidade. Tinha forte vinculação com aquele território, apesar de não ser moradora de lá. A característica de ser coordenadora da Rede e uma situação vivenciada no primeiro dia de reunião (vou detalhar na sequência), fez com que eu a escolhesse para entrevista individual (E3).

Procedi como solicitado. Enviei um e-mail com o resumo da pesquisa, pedi para participar do encontro e informei estar acompanhando outras duas Redes no município. Achei que isso facilitaria minha inserção em um espaço onde ninguém me conhecia e onde a porta de entrada não se deu pela gestão.

Recebo a seguinte resposta: *A próxima reunião da Rede é: dia tal, local tal e horário tal. Uma semana antes envio a pauta. Você gostaria de ter uma pauta para explicar o que você quer, de fato, com a sua pesquisa? Será apenas para falar sobre ela, não dá para coletar dados, pois teremos outras pautas também. Você poderá agendar com os serviços ou comigo e a vice- coordenadora, um horário para esta conversa. Obrigada pelo interesse (coordenadora da Rede 3).*

Respondi falando sobre a pesquisa: *Meu objetivo é acompanhar algumas redes no município ao longo deste ano, como observadora e registrar a dinâmica dos encontros, quem participa, como são encaminhadas as pautas, como as pessoas interagem, e com o tempo convidar algumas pessoas para uma entrevista individual para mais detalhamentos (pesquisadora).* Acho que ficaram satisfeitas, pois não me requisitaram para uma conversa antes da reunião. No dia combinado lá fui eu.

Como na Rede 1 e 2, a organização para receber novos elementos nas reuniões, como dia, horário e local fixos, e-mails e alguém que coordene tudo isso, funcionou como um

actante significativo de sustentação das redes no município. Apesar da ANT entender a rede como uma coisa dinâmica, sem coordenação, sem elementos fixos, e o próprio conceito de intersetorialidade pressupor uma integração de diversos setores, as Redes estudadas mantêm uma lógica que tem contribuído para sua existência enquanto um dispositivo institucional das políticas públicas.

Cheguei ao encontro e não havia ninguém na sala. Tratava-se de uma OSC em um centro religioso (espírita). A sala de reunião é no mesmo espaço onde acontecem as sessões religiosas. Abri as janelas e fiquei observando os materiais, livros, cadeiras, panfletos, uma mesa quadrada para oito pessoas e várias cadeiras alinhadas em filas. Escolhi uma entre as cadeiras alinhada e sentei aguardando o grupo chegar.

Em minutos, alguém entrou na sala: “*Só nós duas? A gente fica aqui na mesa. Vem pouca gente*” (*participante da reunião*). Com o passar do tempo, outros chegaram e se dirigiram para a mesa quadrada. Somamos sete participantes: 3 representantes de OSC, um representante do CRAS, um representante da Saúde, a coordenadora da Rede 3 e eu.

A coordenadora apresentou a pauta e pediu que eu me apresentasse. Como de costume, falei sobre mim, sobre ser servidora e sobre a pesquisa. Durante a apresentação dos objetivos fui interrompida pela coordenadora. Ela havia imprimido meu e-mail e trazido para o grupo. Tomou a fala e leu. Em seguida entregou cópias de slides de um evento municipal sobre redes intersetoriais de 2015, onde ela foi palestrante. Não entendi o que estava acontecendo. Teriam pensado que eu ia falar sobre o tema “redes intersetoriais”, como se fosse uma palestra?

Levei alguns minutos para esclarecer meu objetivo e acho que consegui. No entanto, quando falei sobre a gravação, percebi trocas de olhares e um constrangimento no ar. Só aí entendi o que estava acontecendo: a pauta principal do dia se tratava da saída da coordenadora da rede por questões institucionais e pessoais.

Percebi a delicadeza da situação e perguntei se preferiam que eu saísse. Responderam que não havia problemas de eu ficar e seguir com a pesquisa. No entanto, achei de bom senso não insistir com a gravação. Utilizei apenas o diário de campo. Fiz as anotações colocando o caderno em cima da mesa quadrada seguindo a forma que todos faziam para registrar suas anotações. Percebi que em alguns momentos esticavam olhos curiosos, tentando ver o que eu escrevia. Fato que me deixou um pouco desconfortável fazendo com que eu

esperasse um momento oportuno para fazer as anotações e não imediatamente após uma fala ou uma ação significativa para o estudo.

O assunto da saída da coordenação não foi alvo de discussão. Embora tenha sido uma surpresa para a maioria, expressaram descontentamento e avaliaram que não podiam fazer nada. A decisão institucional e da coordenadora estava tomada.

Antes de continuar com a descrição das reuniões, achei pertinente trazer os relatos da entrevista com a coordenadora para detalhar o acontecido nesse dia, e contar sobre a história dessa rede no território e sua compreensão sobre o trabalho das redes intersetoriais.

A entrevista aconteceu logo na semana seguinte à reunião, em sua casa, por sugestão dela. Considerei fazê-la rapidamente pois não iria mais vê-la.

O que aconteceu nessa rede foi uma interferência horrível por parte do poder público que veio numa conversa atravessada que não foi aceito por ninguém. Está todo mundo revoltado. Conseguiram desestruturar. Porque queira ou não queira eu era a estrutura dessa rede, no sentido de disponibilidade, de articulação, de tudo o mais. [...] Eu entendi que a gestão pública está metendo a colher numa rede horizontal onde o espaço que ela ocupa é idêntico ao espaço dos outros atores. Então porque eles não iniciaram essa rede, não fizeram isso sempre. (E3)

Interessante notar que como na Rede 1, os participantes responsabilizam o poder público por atravessar as redes (lembram do atravessamento do 18 de maio?), meter a colher como se ele não fizesse parte desses espaços. Parece haver um distanciamento. É como se o que acontece nas redes não se articulasse com as diretrizes institucionais. Como se as redes tivessem uma vida própria.

Conclui que ela “resolveu” sair da coordenação da Rede 3, por ter sido impedida de continuar à frente da coordenação do outro formato de Rede utilizado para a discussão de casos clínicos (conforme detalhei na p. 66). Nesse formato de discussão de casos, dado o caráter sigiloso das conversas, apenas os trabalhadores dos serviços públicos ou conveniados podem participar. Não é permitida a presença de moradores ou pessoas da “sociedade civil”. Indignada com essa decisão achou que por “*questão de coerência*” (E3), deveria sair de ambos os espaços.

A coordenação foi algo espontâneo e não imposto. Eu estou há quase 15 anos. Porque todo começo de ano eu colocava a disposição o cargo e ninguém queria. Ninguém quer pegar uma bomba. E pelo facto de eu ter disponibilidade, de não trabalhar fora eu fui ficando. Mas sempre com a validação da rede. (E3)

A fala expressa o valor dado à organização como sustentação de uma rede. Pensar o local dos encontros, organizar as pautas, repassá-las, levar encaminhamentos adiante, convidar novos participantes etc., são tarefas que exigem um tempo fora das reuniões. Tempo e disponibilidade que ela acordou com os participantes da Rede 3.

A coordenação de uma rede vai de um acordo. Do combinado feito entre os seus participantes. [...] Eu comecei a organizar a rede. Nós temos que criar maneiras de sistematizar isso. Dia certo de reunião. Separar os casos das outras pautas por uma questão metodológica e de interesses...e aí eu fiquei. Só que eu estou há tantos anos na coordenação que eu acho que eu já perdi a conta. [...] Eu sou uma pessoa muito incomodada, eu sou muito criativa, eu tenho uma rede de amigos muito grande e a turma compra a ideia. Com a cara e a coragem. A prefeitura nunca deu nenhum dinheiro. Nós fazemos rifa, nós pedimos patrocínio. Até amigos do meu marido já ajudaram. (E3)

Cada rede tem uma dinâmica. Nós temos um slogan que diz: “Uma rede só existe quando em movimento”. Não tem outro jeito. Agora, depende muito de quem compõe essa rede. O poder público nunca esteve à frente disso. Mesmo porque a rede é horizontal. Mesmo que ela tenha uma coordenação por uma questão metodológica e de organização, tudo que é resolvido é no coletivo. Quantas vezes a rede aprovou e eu não estava de acordo, mas foi o coletivo que decidiu. (E3)

Essa fala denuncia o distanciamento do poder público e a autonomia da Rede 3 para suas ações. Seria o entendimento dessa coordenadora ou seria um acordo entre o grupo de participantes? A mudança na coordenação da rede vai sugerir que não é isso que o grupo pensa.

A noção de movimento e horizontalidade de uma rede é coerente com a ANT. No entanto, não existe rede intersetorial sem a participação do poder público. Parece haver uma separação quando falam em poder público “lá de cima”, não reconhecendo que os gestores dos serviços também representam o poder público. Eles participam das reuniões, ou quando não, estão representados pelos trabalhadores.

Quando fiz o contato com a gestora da Assistência Social no início da entrada em campo, soube haver um espaço de reunião com os coordenadores dos CRAS onde discutem

sobre as redes intersetoriais nos territórios. No entanto, não sei se isso acontece nos demais setores da Saúde ou da Educação, reforçando a ideia de que o CRAS tem sido o actante que impulsiona as Redes pelo município. Papel que influencia na adesão dos participantes e na forma como as práticas são escolhidas ou desenvolvidas.

Uma das práticas da Rede 3 é desenvolver ações para informar e conscientizar os moradores do território sobre temas relevantes para famílias, crianças, jovens, idosos e mulheres. Há um empenho em buscar junto aos moradores e aos serviços, as melhores estratégias para envolver o maior número de serviços públicos, OSC, e moradores nas ações.

Essa nossa rede tem mais um caráter social, de empoderamento, de fazer com que a população seja protagonista de suas histórias. Não são ações só compensatórias. São ações emancipatórias. (E3)

A gente planeja no começo do ano as ações, né? Além do 18 de maio tem encontro de jovens, encontro de famílias, Dia Internacional da Mulher e a tarde da alegria que surgiu de um incômodo meu. “Gente, vamos fazer um evento enorme, com serviços pra atender a população?” E a turma comprou a ideia. Nós começamos timidamente. Fizemos apresentações em cima da carroceria de um caminhão e de lá para cá, eu consegui parcerias com a São Leopoldo Mandic, o Procon, a CIPAT, cabeleireiros, advogados voluntários, EMDEC. E já tem 10 anos que a gente faz esse evento. (E3)

O relato ilustra a busca pelas parcerias para atender as demandas sociais da comunidade e as novas redes que vão se formando para dar sentido e intencionalidade ao trabalho intersetorial. No entanto, a entrevistada faz a proposta a partir de um *incômodo* seu e que repercutiu no grupo. Como entender isso? As práticas não partem das demandas da população? Em que medida a lógica das ações da Rede 3 se assemelham à lógica das ações da Rede 1? Seriam também mais técnicas, como uma extensão do papel dos serviços? Só que nesse caso, estimuladas por uma pessoa “da sociedade civil”? Vamos adiante em busca dessas respostas.

A entrevistada conta sobre o surgimento da Rede 3 no território e sua influência nessa formação.

Anteriormente à criação do SUAS em 2005, em 2001 já começamos esse movimento. Não se falava em intersetorialidade. Surgiu da necessidade da gente unir forças e trabalhar para aquela população que era tão carente, que não conhecia os seus direitos. Foi a vontade de transformação social. Eu não posso fazer sozinho, mas se eu me juntar ao outro dá para a gente fazer alguma coisa junto. Ações coletivas. (E3)

As famílias não tinham água e então elas armazenavam num latão, de forma inadequada. E teve uma epidemia muito grande de dengue nessa época. E o olhar intersetorial, favoreceu que a gente pensasse o que cada um podia fazer nessa situação. [...] O que nos incomodava muito eram os catadores de lixo reciclado e o que a gente poderia fazer para ajudar para que eles pudessem fundar uma cooperativa. [...] Ainda não tinha o nome de intersetorial. (E3)

Esse relato se aproxima da formação da Rede 1. Ações coletivas que surgiram espontaneamente a partir do interesse de um grupo de servidores públicos e voluntários, em prol das demandas dos territórios. Na visão da entrevistada, seria o início da intersectorialidade.

Segundo Castells¹⁴, as ações coletivas trazem um potencial transformador da sociedade desde que seja possível refletir sobre a dinâmica interacional entre sujeitos. Como estabelecem as relações, o que motiva suas ações, que sentidos identificam ao participar desses espaços etc.

Quando se fala em rede a gente não pode colocar os egos dentro dela. Senão ela pende, ela não se sustenta. Numa rede o trabalho é contínuo, permanente. Você não pode começar dentro de uma rede só visando o que vai ser benefício e depois que você conseguir, sair. Porque a sociedade é permanente, o usuário é permanente, ele está lá no território. Ele tem que ser atendido, e de que forma? Como? (E3)

Apesar do valor dado às necessidades da comunidade, parece haver um caráter assistencialista na fala acima, com pouco protagonismo por parte dos moradores. Teriam moradores nessa Rede?

Ih... Eles não vão (nas redes). Eles vão só nas ações. As lideranças participavam desse espaço na época da cooperativa. O que acontece naquele território: toda aquela região é de uma população acostumada apenas a ganhar. Ela quer participar dos programas, ela quer a cesta básica, mas ela não quer participar. (E3)

Esse relato reforça o caráter assistencialista e pouco propositivo para os moradores. E uma ideia de que eles querem “apenas ganhar” do poder público. Não se valoriza as possibilidades de novas associações, novas redes que essas ações podem viabilizar para os sujeitos envolvidos. Sem essa reflexão, como aponta Castells¹⁴, estaremos apenas reproduzindo um discurso inter-setorialista sem promover o caráter potencializador que esses processos pragmáticos podem favorecer.

O que sustenta as redes são as pessoas de referência. E não pode ser isso. Uma rede tem que ser referenciada pelo serviço e não pela pessoa, porque senão, se acontecer isso ela fica fragilizada. (E3)

Esse sentido de intersetorialidade está presente em todas as políticas, é diretriz de todas as políticas. Só que é muito difícil acontecer isso na realidade. Porque quando um serviço está com algum problema, ele vem. Quando está resolvido o problema, ele se afasta. Ele não quer continuar ajudando a resolver o problema de outro serviço. (E3)

Por fim, embora o relato se refira à importância dos serviços, sai da entrevista com a impressão de que a existência e a sustentação da Rede 3 teve forte influência desta actante (pessoa “da sociedade civil”). E do quanto cuidar da Rede por tantos anos, parece ter dado sentido à sua vida. Por que novos caminhos ela seguiria agora, com a nova coordenação?

Continuarei a seguir, a descrever a continuidade da primeira reunião da Rede 3.

O tema da saída da coordenação não foi motivo de repercussão na reunião. A ainda coordenadora seguiu com as pautas no intuito de concluir com suas tarefas e deixar a Rede com os devidos encaminhamentos.

O tema do 18 de maio, assim como na Rede 1, esteve entre as pautas. O grupo se preparava para uma capacitação para os profissionais de OSC que aconteceria em dois dias. Foram cuidadosos com todos os detalhes. Além da capacitação, haveria um cortejo na rua e algo não estava decidido: *A percussão não vai poder sair no cortejo. [...] Não adianta a gente se comprometer e os meninos não se comprometerem. [...] Vamos ter que pensar numa alternativa. Quem sabe podemos pôr as músicas que eles fizeram o ano passado (participante da reunião)!*

Muitas folhas com planilhas, com a programação do cortejo, listas de itens para o dia: água, café, lanche, transporte, foram postas sobre a mesa. Ter lanche e água em número suficiente pareceu ser um valor importante para o grupo. Não queriam que nada faltasse, caso houvesse mais gente do que o previsto.

Entendi que as OSC que trabalham com crianças, e as escolas, são o público-alvo das ações. Às vezes, as famílias são convidadas, mas dependia da infraestrutura. Novamente o valor dado ao lanche. Seria um actante para atrair mais gente para os eventos?

Assim como na Rede 1, redes paralelas precisam ser formadas para dar conta das etapas do evento. No entanto: *Poucos se envolveram na construção dessa vez (participante*

da reunião). Por que será? *É que a gente está com poucos profissionais (participante da reunião).* Houve um questionamento sobre a não participação de duas escolas do território na ação do cortejo: *As escolas estão num casulo. Depende muito de você ter alguém conhecido lá (participante da reunião).*

Eu posso ajudar na negociação (participante da reunião). Porém, a coordenação da Rede disse já ter tentado no passado e não valeria a pena tentar novamente. Resposta que não deixou os participantes satisfeitos. Quem autoriza quem a fazer o que? Quem manda nessa rede? Verifiquei uma forte tendência de controlar o que se passa na Rede 3 por parte da coordenadora que estava saindo da coordenação.

As próximas ações do 18 de maio para o ano seguinte, foram ditadas pela coordenadora e novamente vi uma tentativa de controlar o que poderia ou não acontecer no evento. Teria sido por causa dessa forma centralizadora que o assunto de sua saída não foi questionado pelo grupo? Estariam interessados em mudanças nessa rede?

Apenas nos minutos finais o assunto voltou a ser discutido: *O que vamos fazer? O grupo aqui terá que discutir os próximos passos dessa rede. Quem é o responsável por algo que é construído em rede? A Saúde, a Assistência (participante da reunião)?*

Vamos levar para dentro de nossas instituições e buscar retaguarda para continuar esta intersetorial (participante da reunião).

Sem saber como se daria a próxima reunião, o grupo combinou de aguardar um contato da coordenação do CRAS. Contato que veio por e-mail assinado pela coordenadora do CRAS: *Pauta do dia: Articulação com demais atores das Políticas Públicas do Município.*

Vou para a reunião no mesmo local. Sou bem recebida pela coordenação do CRAS que disse já me conhecer de nome. Observei que havia mais pessoas na reunião nesse dia. A mesa ficou pequena, mas, ficamos lá mesmo e mais cadeiras foram adicionadas ao redor. A coordenadora trouxe um livro ata e sugeriu rodiziar quem registaria o conteúdo das reuniões. Esse novo actante, livro ata, marcaria o fim e o início da nova coordenação dessa rede. Não me lembro de ter livro ata na primeira reunião.

Informou sobre a saída da antiga coordenadora da reunião de discussão de casos: *Ela decidiu sair. Não foi tirada de lá. [...]O território é fixo, mas os trabalhadores são voláteis (Coordenadora do CRAS).* Teceu elogios à mesma sobre o cuidado com a rede e avaliou que não fariam como ela fazia: *Não há tempo para tudo isso.* E sem esperar reações no grupo,

seguiu com a agenda. Como se organizariam agora? Quem coordenaria o espaço, como fariam com a divulgação das pautas, o convite de convidados etc.? Senti que ela estava tensa, engasgando-se para falar e cometendo lapsos de memória entre os assuntos.

Havia novos participantes naquele dia: *Somos da Associação do idoso e queremos sensibilizar a região sobre a violência contra o idoso. [...] Precisamos de parceiros para isso (participante da reunião)*. Eram duas mulheres idosas e moradoras da região. Estavam preocupadas com os idosos morando só, com a falta de oportunidades de lazer e inserção social para eles, e como se organizar para ter ajuda nesse sentido. Não sei como chegaram na Rede 3 e ninguém falou sobre isso.

Apesar das explicações, o grupo olhou com estranhamento parecendo não entender exatamente o que queriam e como a Rede intersetorial poderia ajudar. As duas deram o exemplo de uma Horta comunitária que poderia ser construída e servir para os idosos se responsabilizarem. A coordenação do CRAS tomou a palavra: *A horta já é uma ação do CRAS. Vocês podem estar com a gente, mas a ideia já é nossa. [...] Podemos programar isso mais para frente sem desorganizar o que já temos pautado para esse território e essa rede.*

O receio de incluir novos elementos a rede, pareceu tratar-se de mais uma estratégia de sobrevivência. Coisas são feitas para que não percam o controle sobre a rede. Para que não percam a identidade no território.

Outra nova participante, também moradora do bairro, vinha de uma Associação preocupada com os sujeitos portadores de doenças raras. Ao contrário das representantes anteriores (idosas), esta representante fez uma fala bastante articulada e organizada. Falou sobre a ausência de Políticas Públicas nessa área, direitos e deveres dos sujeitos envolvidos, portarias a serem instituídas etc. A delonga na fala, apesar de expressiva e significativa provocou inquietação no grupo que se dispersou para um café servido em uma mesa ao lado.

A coordenação do CRAS acolheu e agradeceu a apresentação de ambas e propôs tratar dos outros assuntos do dia: o calendário das próximas ações da Rede 3. Um participante pede a fala:

É preciso parar e discutir a organização dessa rede antes de pensar as agendas. [...] Pensar em como vamos trazer novos parceiros, lideranças, usuários, a educação. [...] Seria importante não eternizar como antigamente, ter um tempo de mandato para não viciar, não cristalizar. Ter um processo democratizado de escolha. (participante da reunião)

Trazer novos parceiros, pensar na coordenação, não cristalizar, democratizar os processos são estratégias coerentes com o dinamismo de uma rede. Como fazer com que esses aspectos contribuam para a sustentação da rede sem que se vejam ameaçados quando chegam elementos novos?

Sem que chegassem a uma solução, o grupo se ocupou da organização de uma ação prevista para o próximo mês. Tratou-se de um evento com as famílias do território que acontece anualmente. Tarefa feita com comprometimento e responsabilização por parte dos participantes da Rede 3, assim como na Rede 1. Atenção aos convites, ao lanche, ao transporte, a melhor forma de divulgação, quem estará no dia etc. Haviam convidado um ilustre Juiz para falar com as famílias e estavam ansiosos para que tudo desse certo.

O assunto da coordenação da Rede 3 foi provisoriamente resolvido. A coordenadora do CRAS assumiu essa tarefa até que o grupo decidisse por outro nome. Afinal: *Coordenar implica em conduzir a reunião do dia, mandar e-mails com as pautas, viabilizar os eventos, contatar parceiros, assinar documentos, delegar tarefas. Tantas coisas! Não sei se estou preparada (participante da reunião)*. Isso se estendeu até o final do ano de 2019 sem alterações.

Finda a reunião resolvi entrevistar a coordenadora do CRAS (E7) para entender melhor seu papel nessa rede. Sabia que ela tinha outras experiências de rede e queria comparar com esta. A entrevista foi feita duas semanas após a reunião, nas dependências do CRAS, por sugestão dela. Não permitiu a gravação. Apesar de ter concordado com as anotações no caderno de campo, vi que não ficou à vontade e optei por fazer poucos registros enquanto conversamos.

Achei importante falar sobre a entrevista nesse momento para subsidiar as análises seguintes. Farei minha interpretação sobre seus relatos já que não foi possível registrá-los na íntegra.

Contou a entrevistada estar na região há poucos meses e ter uma experiência em outra rede intersetorial importante no município, pois, segundo ela, contava com a participação de moradores e lideranças. Nela, discutiam assuntos do território e rodiziavam a coordenação de tempos em tempos. Inclusive os moradores participavam desse rodízio. Disse ter interesse em trazer esses aspectos para a Rede 3.

A entrevista girou em torno do relato de suas experiências anteriores e críticas sobre as redes interssetoriais no município. Entre elas, questionou se os eventos e o assistencialismo

das OSC têm de fato contribuído para o caráter intersetorial das redes; e o quanto as lideranças têm utilizado esse espaço como apoio político. Críticas interessantes, mas senti que não quis aprofundar o assunto com receio de como eu usaria isso na pesquisa. Tentei explicar um pouco sobre a ANT e Latour como a forma escolhida de “ler” as redes, sem a preocupação com juízos de valor sobre elas. Mesmo assim, não ficou tranquila. Saí da entrevista com a sensação de quero mais, mas respeitei os limites do que ela se sentiu à vontade para me contar.

Optei por não trazer a descrição detalhadas das próximas 3 reuniões como fiz nas duas primeiras. Considerei que a rede se ocupou do preparo e avaliação das ações e em receber novos elementos e optei por trazer os aspectos novos e relevantes para as associações com a ANT.

Em todas as reuniões houve a presença de novos elementos. Em geral, representantes ou líderes de Associações ou Movimentos populares. Trouxeram os objetivos de seu trabalho no território tentando compor ações com a Rede 3, em prol de seu público-alvo. Imaginei que todos fizeram um contato prévio com a então coordenadora da rede pois ela fazia as apresentações como se já soubesse um pouco do que iriam falar.

Embora esta rede, assim como a Rede 1 tenha ocupado o tempo das reuniões com o preparo de eventos, na Rede1, a organização de um único evento ocupou todas as 9 reuniões da rede. Já, na Rede 3 contei pelo menos 5 eventos programados anualmente. Cada um envolvendo novos atores. Ou seja, uma rede aberta a novos participantes.

Uma das avaliações foi de um evento que reuniu famílias e a ofertou uma série de serviços públicos. Disseram ter sido um encontro bastante positivo pois contou com uma quantidade de serviços. Veio o SEBRAE, a FUMEC, o PROCON, a TRANSURC, o Centro de saúde, a DEVISA. Além de comida e diversão. Tiveram picolé, pipoca e refrigerante, atividades de capoeira, jogos de tabuleiro, cama elástica, pintura de cabelo. Um evento e tanto!

Embora o grupo esperasse famílias como um todo (pais e filhos), predominaram as crianças que moravam no entorno da quadra de esportes, onde foi realizado o evento. Um voluntário que participou do evento, era morador da região. Ele foi na reunião da Rede 3 no dia da avaliação e trouxe sua preocupação com as crianças que têm ficado o dia todo na quadra de esportes. O que poderia ser feito? Como construir uma rede de cuidado na intersetorial? Segundo ele, prováveis filhos de usuários de drogas.

O grupo discorreu sobre ter que ser uma ação “intersetorial” e não uma ação da “(rede)intersetorial”. Uma ação intersetorial dos serviços com as crianças, favorecendo que se aproximassem das famílias. Mas deixaram claro que não podia ser como uma intervenção do Estado, porque as famílias poderiam resistir. Teria que ser uma construção de cuidado com as crianças e com as famílias.

Entendi que a Rede 3 representava o Estado. Diferente dos serviços, que representava o “cuidado”. Parece haver uma distinção entre o que é do Estado, o que é da rede intersetorial e o que é função dos serviços no território. Alegaram haver um descompasso entre aquilo que o poder público oferta e as demandas da população: *Eles vêm por causa da condicionalidade dos programas de transferência de renda. [...] O sujeito não vai ao evento pelo todo e sim pela singularidade de seu interesse. Nem tudo que tem lá interessa para ele (participante da reunião).*

Outra constatação sobre o vento foi perceberem que moradores de bairros mais distantes não estiveram no dia. Questionaram se seria por causa da falta de transporte, ou se existiria uma faixa de Gaza aí no meio (do território). *Na minha infância tinha a turma do lado A e do lado B. E quando se encontravam era briga. Não sei se esse é um fenômeno aqui. Seria interessante o serviço tentar ouvir a população de cada território (participante da reunião).*

Podemos dizer que estão falando do movimento espontâneo dos moradores na construção de suas redes significativas. Moradores que não podem ser entendidos como um bloco que pensam e agem da mesma forma. Fato semelhante às dissonâncias observadas entre os moradores na Rede 2.

Outra fala expressiva foi a necessidade de chamar para o setor público da Saúde tudo que envolve a mesma. Como se parcerias com o setor privado (Universidades, clínicas particulares) fosse ameaçar a legitimidade do setor Saúde na rede intersetorial: *Colocar uma faculdade privada quando a gente tem um serviço do SUS que está na intersetorial, não dá. É uma responsabilidade nossa. Um dever nosso (participante da reunião).*

As disputas entre o público e o privado fazem parte da ambivalência de uma rede e dão movimento a ela, permitindo que novas associações sejam feitas. Ouvir o que cada um pensa sobre Saúde, deixar que os moradores façam suas escolhas parece ser um processo mais democrático do que impor um único saber. Coerente com Santos⁵⁰, há uma produção de não

existência sempre que desqualificamos ou ignoramos alguém ou um fato, adotando um critério único de verdade.

Outra situação ilustrativa da Rede 3 foi na presença de um grupo da sociedade civil (Rotary ^w) na quarta reunião da rede. Trouxeram a proposta de implantação de um parque inclusivo para pessoas com deficiências na região. O parque teria brinquedos que os não deficientes também poderiam usar, porém, havia o receio de que a população não entendesse o seu uso a acabasse quebrando alguns deles.

Após ouvir a proposta um participante comentou: *Temos que primeiro ouvir essas pessoas (com deficiência) para depois montar o parque. Ouvir as instituições que cuidam dessas pessoas (participante da reunião).*

Estranharam a fala sobre o brincar: *Como podemos garantir que eles brinquem do jeito certo? Existe jeito certo? E se eles quiserem explorar o brinquedo de outro jeito (participante da reunião)? Ou ainda: Esse seria o melhor território para esse projeto? Quanto deficientes temos aqui? Onde buscar essa informação (participante da reunião)?*

A Rede 3 não se recusou a receber novos elementos, no entanto, tiveram uma postura crítica em relação ao que pode e não pode ser instalado no território. De onde vem essa apropriação do território? O que mais tem que passar por ela? Que papel ocupa na região? Não consegui obter as respostas. Entendo que as falas trazem o sentido da horizontalidade de uma rede, de dar voz aos elementos implicados na ação e não apenas impor projetos desarticulados com os interesses do território. No entanto, o poder de decisão foi unilateral, por parte do poder público e não intersetorial. Percebi que esse foi mais um grupo que se foi sem que nada de concreto fosse encaminhado. Lembra da horta comunitária para os idosos? Parece que aconteceu a mesma coisa. Não se concretizou.

A partir do exposto, que considerações teci sobre a Rede 3 em comparação com as demais? Confesso que saí sempre entusiasmada das reuniões pelas oportunidades de conhecer novos projetos e pessoas e seus interesses em ajudar o próximo. O clima de solidariedade e compromisso do grupo me contagiou. Senti que fui mais um elemento articulador das propostas. Fiz sugestões e comentários cuidando para não fugir das anotações no caderno de campo. Caderno sujeito ocasionalmente, aos olhares curiosos do grupo.

^w O Rotary é uma associação de clubes de serviços cujo objetivo declarado é unir voluntários a fim de prestar serviços humanitários e promover valores éticos e a paz a nível internacional <https://www.rotary.org/pt> Acesso em 27/08/2022.

Entre os actantes identifiquei a preocupação do grupo em atrair a atenção da comunidade para as ações. Quanto esforço para que tudo desse certo. Seria essa a função dessa rede? Trazer serviços diversos para os moradores? Servi-los em suas necessidades?

Caracterizei-a como uma Rede mais assistencialista parecida com a Rede 1, no cumprimento do papel esperado de cada serviço. Talvez uma diferença nesta rede foi a abertura para que novos sujeitos se aproximassem trazendo novos projetos. Poderia enumerar quase dez diferentes representações do privado e da comunidade que estiveram presentes nas reuniões. No entanto, houve uma dificuldade em integrá-los ao que já existia. Pareceu que eles atrapalhariam o que já estava programado.

Não posso afirmar, mas acredito que esse movimento de chegada de novos elementos à rede teve influência da mudança da coordenação. Conforme a entrevistada, houve um empenho em trazer novos elementos: *A intersectorialidade é trazer o território. Olhar com uma lupa para dentro dele e ampliar as trocas que são muito ricas para a rede (coordenadora do CRAS)*. Se antes todos conseguiam ficar ao redor da mesa de 8 lugares, ela ficou pequena e muitas cadeiras precisaram ser adicionadas nas reuniões seguintes à troca de coordenação.

Algo a ser valorizado foi o espírito coletivo e a integração do grupo. Actantes que serviram de sustentação para essa rede no território. Observei que ela foi a única do estudo que possuiu um logotipo impresso nos documentos que circulam no dia a dia. Fato que corrobora com o interesse do grupo em dar identidade para a Rede 3.

Integrando as redes e dando sentido às conexões

Antes de trazer as considerações finais resolvi tecer uma linha de raciocínio a partir da descrição das 3 Redes, sob dois aspectos: 1) sob a lupa de Latour e das aproximações e distanciamentos da concepção de rede na ANT; e 2) sob o olhar da intersectorialidade e das redes intersectoriais nas Políticas Públicas.

Porque utilizei da ANT de Latour? Que contribuições essa proposta metodológica trouxe para o estudo? Partindo dos pressupostos da teoria, expostos no Quadro 1 (p.51) posso dizer que ao mergulhar no universo das reuniões de redes intersectoriais, foi possível identificar a emergência de uma heterogeneidade de atores humanos e não humanos, e suas

potências e agências para influenciar no movimento das redes. Atores ou actantes que poderiam passar despercebidos nas formas tradicionais de estudo em Ciências Sociais.

Entre eles, um documento (Rede 2), as condições sanitárias dos territórios (Rede 1 e 3), os modelos de gestão (Rede 1), os eventos/ações (Rede 1 e 3), a motivação pessoal dos sujeitos, os temores frente ao tema do 18 de Maio, a hora do café, o contexto político atual, os grupos de Whats App, as planilhas, o *flipchart*, o vídeo, o gravador, o caderno de campo, o livro ata, o bolo gelado de coco, e outros elementos que ao passarem “de mão em mão” deram novos sentidos à essa construção coletiva. Permitiram associações e conexões ora mais fortes ora mais fracas, a depender dos argumentos e da agência de cada ator.

A existência desses espaços de reunião intersetorial, a ambivalência entre falar e o medo de falar, o controle sobre o que é dito, a ressonância dos assuntos imobilizando ou impulsionando o grupo, foram potentes actantes para desencadear novas associações e contribuir para a sustentação das redes. Apesar das tentativas de controle do CRAS sobre as pautas, sobre a chegada de novos elementos, sobre o que poderia ou não vir para o território, ele foi um importante actante que impulsionou a existência das redes.

Não tenho dúvidas de que todos os actantes, assim como deve ser em um estudo Ator-Rede, contribuíram para dar sustentação às redes intersetoriais, ainda que por um tempo delimitado, em um movimento dinâmico definido nas conexões produzidas na relação entre os elementos humanos e não humanos.

Outro ponto de destaque foi para aquilo que vazou pelas bordas das redes. E quanto mais vazou, mais se expandiu. Elementos que ao vazar se conectaram com outras redes, outros elementos externos, ou seguiram como fios soltos. Aspectos evidenciados nas inúmeras reuniões agendadas para além do campo do estudo. Ou então, na conexão dos professores sobre o 18 de maio e o contexto político atual. Nos referenciais evocados para definir intersetorialidade ou ainda, justificar o caráter intersetorial das redes.

Elementos que não seriam valorizados em pesquisas tradicionais, sem a ANT. Elementos com potência para transformar e permitir outras conexões com sentido para o movimento intersetorial das redes. Linhas de fuga levando à outras formações coletivas que respondam às demandas individuais e não só às demandas das redes.

As controvérsias descritas também se constituíram como fatos significativos na ANT pois permitiram que fatos duros, cristalizados fossem dissolvidos e novos argumentos agregados à situação original. A intenção ao evidenciar as controvérsias não foi chegar a uma

conclusão e sim compreender que novos argumentos e que valores os atores vão buscar para justificar suas ações. Conhecer um pouco mais como cada participante do estudo pensa o tema da intersectorialidade, seu papel nas reuniões de rede, seu papel nas ações. Deixando que eles elaborem suas próprias teorias sobre a constituição do fenômeno social: redes intersectoriais. O movimento em torno da troca de coordenação na Rede 3, foi um exemplo dos diversos olhares sobre o tema.

Estar em uma mesma rede não significa que todos pensem igual. Não significa homogeneidade. Latour fala em heterogeneidade. Pensamentos discordantes também configuram uma rede e tudo que nela acontece é importante na constituição do social: as incertezas sobre algo, os diferentes pontos de vista, os elementos evocados. Controvérsias que expressam conflitos entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social.

E sob o olhar da intersectorialidade e das redes intersectoriais nas Políticas Públicas, o que pude concluir para o momento?

Vou começar pela história da formação das redes. O estudo apontou o valor conferido ao espaço físico, ao compromisso dos profissionais e às demandas dos territórios, para unir as pessoas em torno de um conceito ainda pouco conhecido, com pouca teoria. Chamaram de intersectorial caseira, numa perspectiva positiva de forças e fluxos que deram forma às primeiras iniciativas de construção coletiva e intersectorial. Formações de redes amparadas por vínculos afetivos, sem muita diretriz. Surgidas do desejo de fazer algo para o outro.

Elementos que de alguma forma, foram trazidos para a contemporaneidade contribuindo para a continuidade das formações atuais. Entre eles, os que mais se destacaram foram a motivação pessoal, a solidariedade e o compromisso em torno de um bem comum. Bem comum ainda pouco claro, mas que pode ir se constituindo no coletivo dos grupos. Remete à ideia de redes formadas a partir da interdependência entre os sujeitos, entre os setores e seus papéis. Redes como princípio de organização das ações do poder público.

Por outro lado, os participantes fizeram críticas negativas quanto ao envolvimento atual do poder público (gestão) para a continuidade das redes. Consideraram que estão por conta deles (trabalhadores e moradores), e por conta do “alicerce que foi feito lá atrás”. Considerei que há uma intencionalidade nas reuniões que se relaciona com os conceitos de integralidade da atenção, da complexidade das questões sociais, das trocas de saberes, do

interesse em ampliar a participação social etc. E, ainda, o compromisso em responder às diretrizes de cada setor ali representado.

A existência dos espaços de reuniões das redes foi uma das formas de operacionalizar a intersectorialidade ao longo do tempo. A intersectorialidade entendida também como uma rede, definida nas conexões/interações produzidas na relação entre os elementos e não apenas nos seus atos ou ações. Um conceito com múltiplas interpretações e que poderia chamar de IntersectorialidadeS, parafraseando Akerman et al³⁷.

Não importa se todos os setores pré-determinados pelas diretrizes das políticas públicas estiveram presentes o tempo todo. Ela (a rede) foi ora mais extensa, ora mais curta. Ora mais forte, ora mais fraca. Mas a intencionalidade em se trabalhar de forma intersectorial, esteve sempre presente nos discursos e nas ações dos diversos participantes.

Essa maleabilidade na formação das redes intersectoriais esteve à mercê da qualidade dos actantes evidenciados. O 18 de maio, por exemplo, sustentou a Rede 1 durante todas as reuniões do ano do estudo e parece que seguirá sustentando nos anos seguintes. É fato que concentrar as ações em um único evento, pode cristalizar e impedir que novos temas ou demandas venham a compor com a rede. No entanto, não posso dizer que não houve um esforço por parte dos componentes da Rede 1 em dar a ela um caráter intersectorial.

Da mesma forma, embora tenha evidenciado estruturas mais rígidas como a coordenação das redes, a forma de acessá-las, o local e os dias fixos, sem elas, talvez as redes não se sustentassem nos territórios.

Outro elemento de análise foi a rotatividade de participação dos sujeitos nas reuniões. Embora possa ter influenciado na condução dos temas, das pautas, não podemos dizer que essa diversidade de novos elementos não tenha sido interessante para o movimento das redes.

Gostaria de destacar uma percepção sobre o segmento *Sociedade Civil*, apontado nas políticas públicas como um dos elementos imprescindíveis na constituição da intersectorialidade. Embora nas 3 Redes tenha havido a participação de segmentos da *Sociedade Civil*, teçi uma diferenciação entre esses elementos e seus papéis nas redes. Entendi ser esse um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos que compõem a sociedade. Destaquei a seguir, *em itálico* pelo menos 6 diferentes representações.

Na Rede 1, uma presença expressiva de *OSC cofinanciadas*, subordinadas ao poder público e constituídas por trabalhadores que não moram no território. Na Rede 3, *a pessoa da sociedade civil*, representada pela ex-coordenadora da Rede. Uma voluntária que dedicou seu tempo para ajudar as famílias de um território ao qual ela não fazia parte. Da mesma forma, o elemento *Rotary*, presente na Rede 3, se constituindo por um grupo de voluntários na prestação de serviços para um território da qual também não faziam parte. Três representações da sociedade civil, presentes nas redes, interessadas em contribuir para as ações no território, sem que estivessem vinculadas ao mesmo. Que influência esse fato trouxe para as redes?

Na Rede 2 tivemos os segmentos: presidente da *Associação de Moradores* e presidente *do Bairro*. Ambos, moradores do território, atuando como mediadores entre a comunidade e os órgãos públicos a fim de melhorar a infraestrutura da região. Na Rede 3, a presença de *Associações* que lutam por causas específicas (doenças raras, idosos vulneráveis) formadas por moradores do território defendendo interesses particulares. Três representantes, agora, moradores do território. Que influência esse fato trouxe para as redes?

O que tem em comum e o que tem de diferente nessas representações? Embora todas sejam legítimas e tenham participado das redes, as *OSC cofinanciadas* estiveram a serviço do poder público e foram pouco representativas da comunidade local. Quanto às *associações específicas* e aos *presidentes de associação e de bairro*, entendi que protagonizaram as disputas de poder e de interesses presentes nos movimentos sociais. Disputas coerentes com a dicotomia que envolve os interesses individuais e coletivos presentes em uma sociedade. Sociedade que não está isenta de relações de conflito, poder e disputas por hegemonias. Um exemplo, foram os sentimentos ambivalentes diante da construção de um restaurante popular na periferia do município.

Essas disputas agiram como actantes, seguiram por novos fluxos, para além das redes intersetoriais, contribuindo para novas formações tecidas pelos representantes em busca de suas necessidades. Formações que surgem espontaneamente nos territórios como também possibilidades de influenciar nas redes intersetoriais instituídas.

Quanto às práticas produzidas, quais podem ser consideradas mais emancipatórias ou por outro lado, mais cristalizadoras? Sem querer rotulá-las a partir de características, cheguei em três possibilidades que a meu ver, expressam a forma como essas Redes vem se posicionando em cada território.

Entendi a Rede 1 como uma rede mais “técnica”, a considerar pela presença exclusiva de trabalhadores e gestores, envolvidos no cumprimento dos papéis profissionais e dos objetivos de seus serviços. Uma rede que não trouxe elementos novos em sua composição. Não diversificou suas práticas. Não se conectou com o território. Seguiu como uma extensão das funções cotidianas desempenhadas pelos setores da Assistência Social, Saúde e OSC. Atuou como um espaço de formação/informação, operando como um prolongamento das funções dos serviços públicos/OSCs

Na Rede 2 evidenciei um “campo de conflitos e negociações” considerando a diversidade de moradores presentes e as relações de força e poder em busca do reconhecimento de seus direitos. Arriscaria dizer que esta foi a rede que mais se aproximou do caráter intersetorial das políticas públicas em função da participação do público e do privado, e pelas pautas que valorizaram as demandas do território. Uma rede que funcionou como um “celeiro de diagnósticos” dos problemas do território, propiciando um olhar crítico sobre as diretrizes das políticas públicas e agindo em prol da reivindicação de direitos sociais

A Rede 3 teve um caráter mais “assistencialista” por assim dizer, representado pelo forte papel das OSC. Embora tenha existido maior integração com o território quando comparada com a Rede 1, as ações da Rede 3 serviram mais aos interesses das OSC do que às reais necessidades da comunidade.

A considerações sobre as práticas das redes, não excluem o caráter intersetorial das mesmas e o empenho no agir coletivo. Seguiram como IntersetorialidadeS se materializando e se desfazendo nas inúmeras conexões entre os elementos humanos e não-humanos.

Os relatos sobre o conceito de intersetorialidade versaram em aspectos potencializadores das redes e aspectos dificultadores. Entre os primeiros, aprender com as adversidades e com as diversidades, olhar para as questões de forma multifatorial, a possibilidade de ampliar as trocas quando estão nos territórios, poder identificar o que é de cada um e o que é coletivo. Já entre os dificultadores, algumas ideias cristalizadas sobre o que seja ou não intersetorialidade e um certo juízo de valor que conferiu à algumas práticas, mais legitimidade do que em outras. Ou quando se recusam a estar junto com os serviços privados em uma ação no território.

Novamente questiono: Quem define o que é intersetorial? Não poderíamos pensar em IntersetorialidadeS?

Considerações finais

Quando iniciei a escrita desta tese, imaginei a tessitura de uma rede construída pouco a pouco, com os diferentes elementos surgidos, tal como as mantas que teci na adolescência. Assim como a textura das linhas facilita ou dificulta a tessitura, sei que houve trechos onde as ideias fluíram com mais facilidade que outros, permitindo a maior ou menor compreensão do exposto. Senti que em alguns momentos eu poderia ter acompanhado por mais tempo o movimento dos atores para compreender a trama que estava sendo formada. Mas, tive que fazer escolhas e agora é preciso dar a laçada final. Trazer as incertezas de um estudo ANT e as considerações sobre o material produzido. E assim, minha contribuição para a ciência e para os que vão acessar esse trabalho.

Meu intuito não foi testar hipóteses e sim, tal como sugere a ANT, descrever o máximo de elementos presentes no fenômeno das redes intersetoriais no município de Campinas, deixando que os atores falassem por si só. Para tal, mergulhei no universo das redes seja nas entrevistas, no espaço das reuniões, nos momentos que as antecederam, no imaginário dos participantes ou nos documentos evocados, descrevendo e analisando os entrelaçamentos produzidos pelos atores.

Guiada pelos conceitos de ator-rede, controvérsias, caixa-preta, elementos não humanos, associações, fluxos, conceitos que fazem da ANT uma teoria inovadora nas pesquisas sociais, teci minha tese. E nesta, acredito ter feito jus aos objetivos do estudo explorando o surgimento das redes, os conceitos em torno do tema da intersetorialidade, agregando novos atores, assim como os consensos e as controvérsias que ora fortaleceram, ora enfraqueceram as associações produzidas nessa construção coletiva. Elementos que após se tornarem públicos, permitirão que os leitores estabeleçam novas associações em uma conexão infinita de possibilidades.

Os fatos que me acompanharam nessa jornada, nas reuniões, nas entrevistas e em todo o campo ampliado da pesquisa não aconteceram numa linearidade, e sim, em um movimento dinâmico, no tempo e no espaço. Entre as leituras e releituras do diário de campo e uma imersão nos áudios, me deixei levar pelos entrelaçamentos de ideias. Ao me aproximar das redes nos diferentes territórios, entendo que fui afetada e interferei na condução. Assim, fui também um ator-rede, no sentido da ANT.

Olhar para as redes intersetoriais à luz dos princípios da ANT revelou as diferentes configurações que foram surgindo e ainda os fios soltos e as novas redes ou malhas que foram se constituindo infinitamente. Elementos que vazaram do controle exercido pelas coordenações, pelo CRAS e pelo poder público e se constituíram por Redes paralelas feitas e desfeitas em busca de outras necessidades, em um movimento dinâmico, vivo e infinito, como define a ANT.

Identifiquei actantes e observei que o grau de conectibilidade entre eles, variou ao longo das reuniões. Conexões ora mais duradoura, ora mais frágeis, conforme as inter-relações iam acontecendo e fazendo sentido aos elementos. Um potencializador dessas conexões foi sem dúvida, a motivação pessoal em estar na rede, independente do papel profissional, das diretrizes governamentais ou das pautas pré-definidas. Motivações que contribuíram para a formação de novas redes de sentido, para além dos espaços das reuniões.

Foi evidente o clima de solidariedade na organização das práticas, além da potência das conversas nas salas de espera ou nos momentos do cafezinho. Momentos em que observei expressões de alegria quando conseguiam resolver algo pendente, ou quando traziam notícias de algum caso discutido em outras redes. A solidariedade, o desejo de fazer algo para si ou para o outro e o prazer de estar entre pares que partilham o mesmo interesse, foi significativo e tem contribuído para a sustentação das redes nos territórios. Redes sociais e de afeto.

Enquanto no passado, a partir do modelo de gestão Paideia, o setor Saúde tenha contribuído para as formações de redes intersetoriais, neste estudo, ele não protagonizou. Da mesma forma, o Poder público ficou como uma figura do imaginário dos participantes, “alguém lá de cima”, influenciando pouco no que acontece no território.

Em conformidade com o exposto acima, sobre a participação popular, os participantes das redes trouxeram diferentes olhares. Por um lado (Rede 1 e 3), uma relação com a comunidade pensada a partir de sujeitos passivos, que estão lá para serem atendidos/assistidos e pouco propositivos.

Por outro lado, na Rede 2, ao dar voz à comunidade, evidenciei uma ambivalência entre falar e ter medo de falar. Os discursos expressaram diferentes relações de poder da população sobre trabalhadores; do Poder público sobre os trabalhadores; da população sobre as lideranças; das lideranças sobre a população.

As controvérsias e os dissensos evidenciados nos discursos revelaram a diversidade de olhares sobre o papel das redes, ou sobre um tema ou sobre o papel de cada segmento na rede (poder público, trabalhadores, moradores). Discursos que remetem a questão do que é público e do que é privado. O que pode ser abordado em sala de aula ou o que pertence a esfera familiar (Rede 1).

No mesmo sentido, na Rede 3 os discursos remetem a ideia do interesse individual e do interesse coletivo quando se fala políticas públicas. Parece haver um dilema entre se relacionar com o poder público ou se manter “de costas” para ele. Ou um conflito entre o público e o privado onde os participantes se sentiram como “donos do território”. Fazem um ativismo discursivo em prol do valor da intersetorial para o território, mas operam em um dissenso prático.

Fico pensando se haveria outra forma possível para fomentar a participação popular e como fazer para que as práticas sejam de fato, representativas das demandas do território.

No entanto, de alguma forma, posso dizer que esses fatos contribuíram para alterar a estrutura das Redes e promover transformações. Os elementos novos que atravessaram as redes contribuíram para dissolver fatos consumados e verdades absolutas.

O estudo mostrou o quanto a entrada no campo das redes intersetoriais pode ser facilitada ou não a depender de onde você inicie a caminhada. O contato com os gestores do CRAS foi o caminho escolhido. No entanto, fiquei pensando se não haveria outras formas de acessar as redes ou o quanto a existência desses espaços é de conhecimento de trabalhadores e moradores. Em todo o percurso entendi que quem já frequenta a rede, sabe como chegar, conhece a pauta, os dias e locais dos encontros. E quanto aos moradores? Vi alguns surgirem e se irem ao acaso sem ter a clareza de como a divulgação desse espaço é feita para esse segmento importante quando falamos em intersetorialidade.

Como disse antes, meu intuito no foi testar hipóteses e sim descrever os movimentos do fenômeno redes intersetoriais no município de Campinas, identificando as conexões à luz da ANT e trazendo reflexões sobre a intersetorialidade nas políticas públicas. As conclusões deste estudo devem ser lidas como pertencentes a esse espaço e momento, portanto, parciais e provisórias. As incertezas de um estudo ANT emergem dos atores, do fenômeno estudado ou das próprias limitações da pesquisa e do pesquisador.

Ser trabalhadora e pesquisadora em instituições públicas (Prefeitura Municipal e Universidade Estadual), confere um compromisso em divulgar essa experiência para que

outras associações venham a contribuir com o fortalecimento dos espaços de construção coletiva. Espero que os leitores estabeleçam outras associações a partir do que lerem aqui e que novas redes sejam formadas e transformadas. Deixar que o exposto aqui se transforme ao passar de mão em mão entre os próximos leitores. Não se trata de aumentar o conhecimento sobre algo e sim promover uma transformação qualitativa no que se estuda.

Em rede, não há apenas uma passagem sistemática de fluxos e informações e sim, um movimento contínuo de entrelaçamentos e prolongamentos de práticas infinitas. Muito obrigada!!

Referências

1. Brody DE, Brody AR. As sete maiores descobertas científicas da História. São Paulo: Companhia das Letras; 1990.
2. Santos BS. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estud. av. (São Paulo)*. 1988; 2(2):46-71.
3. Latour B. Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador (BA): Edufba / Bauru (SP): Edusc; 2012.
4. Caponi S. Viver e deixar morrer. Biopolítica, risco e gestão das desigualdades. *Revista Redbioética/UNESCO*. 2014; 2(10):27-37.
5. Latour B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo (SP): Ed. UNESP; 2000.
6. Queiroz e Melo MFA. Voando com a pipa: esboço para uma psicologia social do brinquedo à luz das ideias de Bruno Latour [tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em psicologia social; 2006.
7. Musso P. A filosofia da rede. In: Parente A (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina; 2013. p.17-38.
8. Alves R. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Loyola; 2002.
9. Callon, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. In: Parente A (org.). *A trama da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
10. Bondía, JL. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação [online]*. 2002; s/v(19):20-8.
11. Enne ALS. Conceito de rede nas sociedades contemporâneas. *Comunicação e informação*. 2004; 7(2): 264-73.
12. Elias N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1994.
13. Elias N. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, 240 p.
14. Castells M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra; 1999.

15. Silveira FA. A noção de rede em Foucault. Unimontes Científica (Montes Claros). 2004; 6(1):87-100.
16. Han BC. Sociedade do cansaço. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
17. Ingold T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horiz. antropol. (Porto Alegre). 2012; 18(37):25-44.
18. Tassara ETO. Avaliação de projetos sociais: uma alternativa política de inclusão? In: Souza L, Trindade ZA (org.). Violência e exclusão convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p.75-104.
19. Benelli SJ, Ferri GG, Ferreira Junior N. Problematizando a noção de rede, suas origens e algumas de suas aplicações atuais. Rev. Psicol. UNESP (Assis). 2015; 14(2):54-73.
20. Bourguignon JA. Concepção de rede intersetorial. 2001 Set:1-9. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/29304594/CONCEPCAO-DE-REDE-INTERSETORIAL>>.
21. Dardot P, Laval C. A fábrica do sujeito neoliberal. In: A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 321-76
22. Santos BS. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto (PT): Edições Afrontamento; 1994.
23. Rego TLM. Os movimentos sociais e a participação popular no regime democrático brasileiro. Direito UNIFACS (Salvador). 2018; (211):00
24. Santos BS. As bifurcações da ordem: revolução, cidade, campo e indignação. São Paulo: Cortez Editora; 2017.
25. Brown W. Hoje em dia somos todos democratas, Sapere aude, 2018, 9 (17): 291-302
26. Giovanella L. (org). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. 1100p.
27. Nascimento S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. Serv. soc. (São Paulo). 2010; (101):95-120.
28. Conferência Nacional de Saúde, 8ª., Brasília,1986/ Anais – 8ª. Conferência Nacional de Saúde - Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1987. 430p.

29. Pereira KYL, Teixeira SM. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre). 2013; 12(1):114-27.
30. Rodrigues JMS. A intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde e de assistência social pós Constituição Brasileira de 1988. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas; 2011 Ago 23-26; Universidade Federal do Maranhão. São Luís (MA).
31. Santos NN. A intersetorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil: o caso do programa bolsa família no município de Guarulhos [dissertação]. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração Pública; 2011.
32. Mendes EV. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2011.
33. Brasil. Conselho Nacional de assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social. Brasília (DF), 2005.
34. Lima TM. O papel dos movimentos sociais na reforma do Estado no Brasil: avanços e recuos na década de noventa. *R. Pol. públ.* (São Luís). 2004; 8(2): 157-70.
35. Silva SF. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). *Cienc Saude Colet.* 2011; 16(6):2753-62.
36. Schutz F, Mioto RCT. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. *Sociedade em Debate* (Pelotas). 2010; 16(1):59-75.
37. Akerman M, Franco de Sá R, Moyses S, Rezende R, Rocha D. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! *Ciênc. saúde coletiva* (Rio de Janeiro). 2014; 19(11):4291-300.
38. Procopiuck M, Frey K. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. *Rev. Sociol. Polit.* (Curitiba). 2009; 17(34):63-83.
39. Magalhães R, Bodstein R. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. *Ciênc. saúde coletiva* (Rio de Janeiro). 2009; 14(3):861-8.

40. Fetz M, Defacci FA, Nascimento L. Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades. *Sociologias* (Porto Alegre). 2011; 13(27):284-317
41. Nunes ED. Merton e a sociologia médica. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 2007; 14(1):159-72.
42. Merton RK. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.
43. Tozzini DL. *Programa Forte em Sociologia do Conhecimento e Teoria Ator-Rede: a disputa dentro do Science Studies*. Curitiba, 2019.
44. Latour B, Woolgar S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1997.
45. Latour B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro (RJ): Editora 34, 1994.
46. Queiroz e Melo MFA. Mas de Onde vem o Latour? *Pesqui. prá. Psicossociais* (São João del Rei). 2008; 2(2):258-68.
47. Latour B. Gabriel Tarde and the end of the social. In: Joyce P (ed.). *The social in question: new bearings in history and the social sciences*. London and New York: Routledge, 2002. p. 117-32
48. Bruyne P, Herman J, Schoutheete M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1977.
49. Feyerabend PK. *Contra o método*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
50. Santos BS. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002: 237-280.
51. Santos BS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra). 2007; (78):3-46.
52. Denzin NK. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre. Artmed. 2006.
53. Minayo MCS; Guerriero ICZ. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014; 19(4):1103-12.

54. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 2008.
55. Spink MJP, Brigagão JIM, Nascimento VLV, Cordeiro MP (org). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).
56. Goffman I. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes; 1985.
57. Oliveira RC. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Ver. Antropol. (São Paulo), 1996; 39(1): 134-7.
58. Goldman M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. Cadernos de campo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 2005, 13(13).
59. Maesima, G. M., Barreto, M., & Beiras, A. (2019). O conceito de Ressonâncias no processo de formação do terapeuta: descobrindo potencialidades e limitações na prática terapêutica. Nova Perspectiva Sistêmica, 28(64), 105–118.
60. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.
61. Telles, Vera Silva. 1994. "Pobreza, movimentos sociais e cultura política: Notas sobre as difíceis. relações entre pobreza, direitos e democracia". In: O Brasil no rastro da crise São Paulo: Hucitec/Anpocs.
62. Paoli Maria Célia. 1995a. "Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político". In: Movimentos sociais e democracia no Brasil São Paulo: Marco Zero.

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista

Como surgiram as redes no seu território?

Há um coordenador da rede? Como isso é construído?

Qual o princípio que fundamenta o trabalho em redes para você? Há algo teórico, uma diretriz, um autor, uma figura importante? Se espelham em outras redes? Quais? Participa de algo semelhante?

Quais os setores que imagina deveriam estar representados nas redes? Quem pode ou não participar das redes? Como constroem as parcerias?

O que é esperado dos participantes das redes? Há um **perfil** pra participar das redes? Quem define quem vai participar em cada serviço?

O que pensa sobre o rodízio de participantes nas redes?

O que pensa sobre a participação ou não dos moradores nas redes? O que pode ou não ser discutido com eles? Há algum empenho para que participem?

Qual o papel de cada setor (público, OSC, moradores) nas redes? Há uma divisão de papéis?

Como são definidas as agendas e qual a intencionalidade de cada agenda/ação? Há um grupo que se ocupa disso? É feito na própria rede ou fora dela? O que pode ou não ser discutido nas redes?

Como constroem as ações? É no espaço das redes ou em outros? O que acontece após cada ação? Há um momento para avaliar os resultados?

Como repercute o trabalho das redes para dentro de cada setor? Como cada representante volta para seu serviço de origem?

Qual o impacto das ações das redes no desenvolvimento das políticas públicas? Quais as influências reais no território?

O que tem sustentado o trabalho das redes? O que as fortalece/enfraquece? O que tem motivado os participantes a estar nas redes?

Como agem diante das controvérsias e dos conflitos durante as redes?

O que é trabalhar intersetorialmente?

Como é ter a participação de um pesquisador na rede? Como ele pode influenciar a dinâmica das redes? O que esperam dele e da pesquisa?

Quais os desafios do trabalho das redes?

Apêndice 2 – Mapa das redes

NOROESTE F. 32212647	SUDOESTE F. 32694073	NORTE F. 32425552	LESTE F. 32514333	SUL F. 32733707
<p>Micro região I</p> <p>Micro região II –CRAS Satélite Íris: F. 32292299/32696544 Comunidade São Fcisco de Assis. Rua Dr. Dante Erbolato, 370 ultima 5ª bimensal às 14hs</p> <p>Micro região III – CRAS São Luiz: F. 32213899 Av John B Dunlop, 12800 3ª. Terça às 13:30hs</p>	<p>CRAS Nelson Mandela última sexta às 9h</p> <p>CRAS Campos Elíseos 1ª. Terça às 9h</p> <p>CRAS Novo Tempo F. 32242224 Rua Odete Terezinha S. Otaviano, 92 Vida Nova 1ª. terça às 14h</p>	<p>Estrela 1</p> <p>Estrela 2</p> <p>CRAS Espaço Esperança F.32164939 Local itinerante Rede Abraço Amarais 1ª. Terça às 8:30h</p> <p>Nascente</p> <p>Lua</p> <p>Sol Barão</p>	<p>CRAS Flamboyant F.32556401 Rede Mosaico</p> <p>CRAS Recanto Anhumas Rede São Quirino F.32371635 1ª. terça às 8:30hs Local: SETA Av Esther Moretzshon de Camargo, 318. Jd Santana</p> <p>DAS Leste Rede Costa e Silva 5as feiras 9h mensal</p>	<p>CRAS Bandeiras F.32273501 Rede Sul-Sul R. Altino Arantes, 140 3ª. quarta às 14h</p> <p>CRAS Campo Belo F 32654194 Rua Ademir Cubero Ruano s/n 3ª. quinta às 9hs</p>

Quadro 2 – Mapa das redes

Apêndice 3 – Caminhar cronológico no campo

27/03/19 - REDE 2
03/04/19 - E
22/04/19 - REDE 1
24/04/19 - E
07/05/19 - REDE 3
15/05/19 - REDE 1
16/05/19 - E
20/05/19 - E
23/05/19 - REDE 2
27 e 28/05/19 - Ação
30/05/19 - E
04/06/19 - REDE 3
05/06/19 - E
11/06/19 - E
13/06/19 - E
19/06/19 - REDE 1
02/07/19 - REDE 3
23/07/19 - Ñ houve REDE 2
06/08/19 - Ñ fui REDE 3
21/08/19 - Ñ fui REDE 1
03/09/19 - REDE 3
25/09/19 - REDE 1
26/09/19 - REDE 2
23/10/19 - REDE 1
30/10/19 - Ñ fui REDE 2
27/11/19 - REDE 1
03/12/19 - REDE 3

Quadro 3: Caminhar cronológico no campo.

Legenda: E = entrevista

Apêndice 4 – Uma formiga seguindo rastros

Seguindo as redes.....

Mapeamento das Evocações
 redes com gestores outras redes
Buscar porta de entrada

